Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte e Oito de Junho de Dois Mil e Vinte e Três

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito bom dia a todos. Estão setenta senhores Deputados e senhoras Deputados. Portanto, temos *quorum* para iniciar esta reunião. Queria cumprimentar as senhoras e os senhores Deputados, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta, o senhor Presidente da Câmara, as senhoras e o senhor Vereador, os senhores funcionários da autarquia, as senhoras da língua gestual portuguesa, a comunicação social e o público presente e o que nos acompanha. Dar conhecimento das substituições para esta reunião. Do Grupo Municipal Pela Guarda: falta António José Carvalho Mendes, substituído por Lídia Lucas Teles Matos Aleixo; falta Luísa Margarida Gonçalves dos Santos, substituída por Telmo Filipe de Carvalho Vaz; falta Sandra Cristina Amaral Marques Macedo Madeira, substituída por António José da Silva Quinaz. Do Grupo Municipal do PSD: falta João José Santiago Alves Correia, substituído por Sara Cristina Paulo Ramos; falta Dulcineia Catarina Moura de Sousa Coito, substituída por Francisco António Ricardo Jorge Robalo; falta Helena Isabel Barroso Saraiva, substituída por António José Venâncio Gonçalves; falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós, substituído por António Pereira de Andrade Pissarra; falta Alina Rosa Coelho Louro, substituída por José Alexandre Pires. Do Grupo Municipal do PS: falta Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho, substituída por Liliana Alexandra Palos Almeida; falta Rui Pedro Torres Ribeiro, substituído por Gonçalo Daniel Saraiva Marques; falta João António de Lima Vaz, substituído por Nélia Paula dos Santos Faria. Do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda: falta Bárbara Inês Gonçalves de Almeida Xavier, substituída por Marco Alexandre da Silva Loureiro. Relativamente aos senhores Presidentes de Juntas de Freguesia: falta o Presidente de Junta de Freguesia de Santana

da Azinha, Edgar José Dias Rodrigues, substituído pela Secretária, Mónica Paula de Jesus Farias; falta o Presidente de Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, substituído pela Secretária, Anabela Guerra da Cunha; falta a Presidente da Junta de Freguesia dos Meios, Maria Teresa Teles Cabral, substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Nascimento Pina; falta a Presidente da Junta de Freguesia da Faia, Liliana Filipa Brás Santos, substituída pela Secretária, Maria de Lurdes Máxima Pires. Em função destas substituições, cumpre-me agradecer aos líderes dos vários Grupos, à Sofia e à Vânia, o trabalho que foi realizado, mesmo ontem, à última da hora, para poderem estar aqui o maior número possível de senhores Deputados. Na sequência da ordem de trabalhos, há uma inscrição para intervenção do público. E daria a palavra, por cinco minutos, ao senhor Aires Antunes Diniz. Faça favor.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “Bom dia a todos. Eu venho falar sobre a água, fonte de vida, e do Arquivo Municipal da Guarda, fonte da história local. A recente realização das jornadas parlamentares do PCP, nos dias 19 e 20 deste mês, estiveram centradas na observação do estado da concretização do plano de reabilitação do Parque Natural da Serra da Estrela e também da questão da água como elemento fundamental do nosso ecossistema...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe o favor de aproximar o micro. Muito obrigado.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “De facto, todos sabemos que a má qualidade das águas que bebemos pode afetar a nossa saúde, levando-nos a reclamar o controlo da água fornecida ou recolhida nas fontes públicas, bem como o alargamento desse serviço a todas as localidades do nosso concelho. Sentimos, porque o observamos, que alguma da água dos nossos rios é poluída, tornando-a imprópria para consumo ou uso na agricultura. Por outro lado, alguém da Guarda, que eu não digo o nome mas que está no Público de 12 de junho deste mês, na página 4, observou que já não há muitas aberturas de furos porque o dinheiro é pouco e a agricultura bateu no fundo das nossas aldeias. E isso preocupa-nos. Sabe-se, ainda, que a proteção dos solos e o aumento da capacidade de retenção da água são medidas indispensáveis na luta contra as alterações climáticas, como disse a geógrafa Maria José Rojo em 17 de junho, no mesmo Público, na página 42. Também, agora, temerosas de que lhes falte água, algumas Câmaras

tentam articular com os vizinhos o seu uso, tal como acontece na do Sabugal. Também qualquer pessoa de bom senso recomenda a necessidade de nos prepararmos para termos menos água disponível no futuro devido às alterações climáticas, devendo apostar na eficiência energética e na boa utilização dos recursos hídricos. É o resultado de décadas de criminoso desleixo governativo que foi imposto ao nosso povo, levando a emigrar em massa, e assalto até, votando assim mesmo quando não se podia votar contra uma política fascista ao serviço de monopólios que reduziram drasticamente a liberdade de trabalharmos nos nossos campos e, conseqüentemente, de vivermos com dignidade na nossa terra. Ficaram, assim, as nossas terras ao abandono, deixando de se aproveitar as suas potencialidades. Tudo é agravado agora por políticas malthusianas cegas que diminuem a natalidade, provocadas por austeridades incompreensíveis pois se destina só a resgatar bancos mal geridos, reduzindo a natalidade a níveis assustadores e impedindo a necessária e natural reposição da população do interior e do nosso país. E, agora, passo para a questão do arquivo. Por outro lado, há poucos dias fui obrigado a procurar o paradeiro do arquivo da nossa associação comercial e, após várias tentativas, inicialmente estranhamente mal sucedidas, descobri que estava disperso entre a biblioteca municipal e o arquivo municipal. Como resultado deste esforço, sei que posso prosseguir com alguma dificuldade alguns trabalhos que quero realizar como membro da Comissão Executiva Concelhia do 50º Aniversário do 25 de Abril 1974, e aviso que se torna necessário, para realizar este e outros trabalhos, que exista um arquivo municipal bem arrumado e com instalações adequadas onde os que quiserem possam exercer o seu trabalho de investigação. Prossigo, por isso, os meus esforços de chamar a atenção da Câmara para a necessidade de criar um arquivo municipal bem instalado, tal como acontece em Miranda do Douro, Covilhã, Castelo Branco e em outros locais que tenho frequentado e estado. Pergunto, agora, se será demais pedir aos atuais autarcas um plano de investimento que permita que esta fonte da história local continue a ser um farol que explique o nosso passado desertificante e nos prepare para lutar por um amanhã mais feliz. Disse. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado pela sua atenção e pela sua intervenção. Colocava, agora, à votação, a ata da reunião de 27 de Abril de 2023. Se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado ou algum senhor Presidente de

Junta desejar pronunciar-se, faça favor. Não havendo intervenções, colocava a ata à votação.” -----

- **Resultado da votação da ata do dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e três.** ---

- Aprovada, por maioria, com setenta e sete votos a favor e três abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Muito rapidamente, como foi enviado aos senhores Deputados e aos senhores Presidentes de Junta, recebemos, da CCDR, o parecer que havia sido solicitado pela Mesa relativamente à questão da Assembleia da comemoração do 25 de Abril. Não vamos aqui perder tempo, no entanto, penso que o que daqui se retira deste parecer é que, efetivamente, não poderia haver uma sessão extraordinária. Até porque, segundo o parecer, não se enquadra nas competências da Assembleia. As moções serão direitos de expressão ou manifestações que a Assembleia, enquanto órgão colegial, aprova ou não aprova. O parecer é muito claro em dizer que os artigos 50º e 54º, que à Mesa sempre levantaram algumas dúvidas, terão que ser revistos, porque o que o parecer diz, creio que está no artigo 50º ou 52º da Lei 75, é que no período antes da ordem do dia não há deliberações. E, portanto, o que eu pedia aos grupos municipais é que, nas moções que hoje temos, onde se fala “deliberar”, teremos que consensualizar aqui uma outra palavra. Talvez tomar posição ou opina ou ... enfim, deixo isso ao critério. Portanto, resumindo, durante este período de férias até à próxima reunião, vamos ter que equacionar com os líderes a redação dos artigos 50º e 54º do Regimento. Fá-lo-emos atempadamente. Muito obrigado. -----

Iniciando, agora, o período antes da ordem do dia para moções e recomendações, pela ordem de entrada é o PSD sob a Moção “Pela captação de um grande investimento de saúde privada na Guarda”. Não sei quem vai intervir. Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. A nossa Moção resume-se em poucas palavras. O que nós pedimos aqui é claramente ao Executivo para que tenha como uma das grandes prioridades deste mandato, ou seja, para que faça tudo o que estiver ao seu alcance, por forma a captar um investimento privado de grande envergadura na saúde, que se consubstancie na construção de um hospital privado que nos permita ter mais uma alternativa de saúde na Guarda, que nos permita ter mais complementaridade e

que nos permita, também, ajudar a resolver os problemas da saúde na Guarda, porque nós acreditamos nas soluções que podem aqui ter lugar e que podem existir no nosso território e não nos perdemos com querelas ideológicas. É disso que nós precisamos, é de melhorar a saúde da Guarda por todos os meios, a saúde pública, o setor social, mas também seria necessário, no nosso entender, ter aqui um grande investimento de saúde privada que se consubstanciasse num hospital privado e na construção de um hospital privado. E o que nós pedimos nesta Moção, para que não haja equívocos, é dar uma mensagem clara ao Executivo que se posicione, que se coloque no terreno, que vá à procura dos investidores e que traga, para a Guarda, uma grande unidade de saúde privada que possa aqui construir um hospital. Muito obrigado. Não o Executivo, um grupo de investimento privado. Não haja equívocos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir sobre esta matéria? Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Não vemos problemas em votar favoravelmente esta Moção, desde que haja algumas alterações que peço aos senhores Deputados do PSD. Uma delas é quando se fala da criação de um seguro e que seja o município a despoletar isto... quer dizer, dinheiros públicos para o setor privado, neste caso, não nos parece bem, como é óbvio. Em segundo lugar, achamos que não terá que ser o município a desenvolver todos esforços. Quer dizer, o município terá, sim, de não criar problemas e, caso haja alguma associação do setor privado que queira aqui construir um hospital, não criar problemas. Pensamos que é só isto, mais nada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, já lhe dou palavra, está bem?” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Cumprimento, na pessoa do Senhor Presidente, todos e o público também que nos acompanha. Posto isto, a posição do Movimento pela Guarda é a mesma em relação à saúde. Desde que surgiu, acreditamos que SNS é espinha dorsal da saúde no nosso país, permite atender todos e que deve ser forte e robusto. Deve ser essa a grande prioridade do Estado. Não obstante, claro que o município deve estar aberto e diligenciar tudo aquilo que estiver ao seu alcance para a

instalação da iniciativa privada, do setor privado. É um bocadinho como defende o PS. Facilitar se houver interesse de algum grupo privado. Não tem de ser o Executivo a tomar a iniciativa e fazer todos os esforços. Por isso, a nossa posição seria abster-nos. Um bocadinho na lógica como o grupo municipal do PS, se forem feitas essas alterações, podemos considerar o voto a favor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Faça favor. Senhor Deputado, espere lá. Desculpe lá. Não leve a mal. Não leve a mal. Faça favor.” --

- **Marco Loureiro, Deputado (BE):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Bom dia a todos e a todas. O posicionamento do Bloco é óbvio que será não acompanhar esta Moção, pensando claramente que o que está em causa é que nunca se deve esquecer o Serviço Nacional de Saúde. E, por isso, debater hospitais privados, temos mais o que fazer. Temos é que debater a qualidade do nosso Serviço Nacional de Saúde, a qualidade do nosso hospital da Guarda. Se as especialidades não existem, se não há quem cá fique, debater o porquê? Isso sim, é importante. Relativamente à mistura dos cheques municipais, era o que faltava agora os contribuintes andarem a contribuir para o privado. Infelizmente são poucos os que têm dinheiro, esses nunca vão poder ir ao serviço. Por isso, há que apostar no serviço público, há que possibilitar a toda a gente o acesso ao Serviço Nacional de Saúde em todas as condições. A lista de espera existe, é conhecida. Há que combater essa lista de espera, mas não é com a criação de serviço privado. É sim com a criação de serviço público de qualidade e que vá ao encontro das necessidades de toda a população. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Senhor Deputado Miguel Borges, há aqui uma questão que é a parte inicial da Moção. Portanto, a Moção é a partir de: “A Assembleia Municipal, reunida a 28 de junho 2023, delibera”. Portanto, é este ponto número um aquilo que pedimos ao Executivo. O que está em cima são apenas meros considerandos. Vinculatividade, neste caso, pode não haver. Mas aquilo que nós queremos, com a nossa Moção, é apenas o ponto um. Isto da questão do seguro de saúde municipal é uma coisa que eu defendo e continuarei a defender, mas isto é apenas uma sugestão ao Executivo.

Agora, o corpo da Moção está aqui em baixo. É isto que nós estamos aqui a deliberar, que o Executivo faça tudo o que estiver ao seu alcance para fixar aqui um grupo de saúde privado. Em relação à intervenção do Deputado do Bloco de Esquerda, o que se pede é, única e exclusivamente, mais uma alternativa. Nós não estamos contra o Serviço Nacional de Saúde. Nós sabemos os problemas que existem na saúde da Guarda. E digo-lhe uma coisa. Era muito importante que houvesse um hospital privado na Guarda. Muito importante. Principalmente por uma questão. Obviamente, por uma questão direta de melhoria de condição dos cuidados de saúde na cidade. Mas, principalmente, também, para a fixação de famílias, de jovens médicos que aqui se querem fixar, que fogem para as cidades vizinhas. As cidades vizinhas estão a captar investimento. Eu relembro que a Covilhã vai ter um hospital privado, um investimento de 40 milhões. Quer dizer, um guardense, quando olha para uma coisa destas, fica a pensar que o comboio lhe passa ao lado. Quer dizer, nós estamos na estação à espera do comboio, perdemos três, quatro, cinco comboios e, mesmo depois de perdermos esses cinco comboios, continuamos a renegar ideias novas e a ser uma barreira àquilo que pode vir. Eu acho que, aqui, o compromisso e o preconceito ideológico deve desaparecer um pouco. Eu percebo a sua posição. Mas também tem que entender que, face aos problemas que nós vivemos e que assolam a saúde da nossa terra, temos que procurar todo o tipo de soluções que possam envolver o setor social, que possam, à cabeça, logicamente, o SNS, o nosso hospital da Guarda, mas também o setor social. Também, neste caso, uma alternativa forte e musculada de saúde privada, que possa articular com as clínicas de saúde privada, que possamos ter as melhores condições possíveis na nossa cidade. É por isso que nós estamos aqui a apresentar hoje esta proposta. Isto não é hediondo e não me parece que se vá traduzir num gasto de investimento público. O que aqui está é uma sugestão ao município, para que se coloque, para que faça, para que se mexa, porque até agora não temos nada e as outras cidades ao lado já começam a ter. Já têm.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe desculpa. Aproveitando o parecer que nos foi enviado pela CCDR, diz aqui que as moções não são atos administrativos, mas apenas direitos de expressão que a Assembleia Municipal,

enquanto órgão colegial, aprova ou não. E aquilo que eu sugeria era, onde estão as palavras “delibera”, se concorda que fique “aprova”.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Concordo. Sim.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Concorda? Então, na próxima que também tem...” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Sim, mas o senhor Presidente disse que ficava para a próxima. Nós não sabíamos antes.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não. Tem toda razão. Eu só lhe pergunto é se podemos que em vez de delibera fique aprove. Pronto. Ok. Muito obrigado.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Aqui, em cima, as sugestões. Mas aqui seria... foi isso que eu estava a explicar ao Deputado Miguel Borges.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Certo. Aproveitando a palavra, passam todas a “aprova”. Exatamente. Muito obrigado. Não havendo mais inscrições, colocava a Moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela captação de um grande investimento de Saúde privada na Guarda** -----
----- **que se traduza na construção de um Hospital Privado** -----

- *Aprovada, por maioria*, com vinte e oito votos a favor, cinquenta e uma abstenções e um voto contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passamos à segunda Moção «Pela criação de um portal no site do município». Tem a palavra o PSD. Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Esta Moção vem no seguimento daquilo que discutimos aqui na Assembleia anterior e acolhe, de um modo geral, aquilo que disse o Pedro Pinto, o que disse também aqui o Deputado José Gonçalves e é para a criação de um portal no *Site* do Município, *Site* que já existe. Portanto, não é para a criação do *Site*, é para a criação de um portal dentro do *Site* e para a criação de uma página do *Facebook* possa divulgar exaustivamente as atividades da Assembleia Municipal, na aproximação do que aqui se debate e do que aqui se desenvolve, ou seja, na aproximação dos eleitos e dos eleitores. É isso que se pede nesta Moção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se... faz favor, Senhor Deputado.” -----

- **Pedro Pinto, Deputado (PS):** “Então, muito bom dia a todos, a quem está aqui, a quem nos acompanha pelas vias online e aos jovens que estão lá em cima, que é sempre bom ver aqui a assistir. Bem, relativamente a esta questão, o grupo parlamentar do PS é sempre a favor da transparência, ao acesso fácil à informação e preservação da mesma. O grupo parlamentar do PS é totalmente a favor da digitalização, do uso dos novos e impactantes meios de comunicação. O grupo parlamentar do PS é totalmente a favor de uma comunicação simples, direta e inequívoca. Verificamos que refizeram a proposta anterior e aceitaram, e bem, as nossas sugestões, o que é sempre importante. Ainda assim, um pequeno pormenor. Achamos que a proposta deve ser ajustada só nesta questão, pois consideramos que a documentação que é enviada para os grupos parlamentares, não seja disponibilizada antes nas redes sociais, para não banalizarmos propriamente a questão. Está lá na vossa proposta. Se esta Moção for aprovada, deixamos, também, aqui, algumas questões que é: quem é que irá fazer a gestão da informação do micro *site* e da página do *Facebook*? Quem irá fazer o tratamento da imagem? Quem irá produzir *banners*? Quem irá solicitar essa criação? Quem irá fazer a gestão dos comentários nas redes sociais? Relativamente à criação da conta de *Facebook*, lembrar que nem todos têm conta do *Facebook*, não é? E nós fomos eleitos pelos cidadãos. E, também, pelo que analisamos, no geral, as páginas da Assembleia Municipal, especialmente nas redes sociais, não têm propriamente muita interação e muita da informação que é partilhada é do próprio Município. Não sei se a gente também quer isso. Penso que não é por aí. É importante definir o que é que se vai publicar e quem o irá fazer e coordenar tudo isto. Nas redes sociais, ainda que da responsabilidade da Assembleia Municipal, consideramos que não se deva individualizar a documentação, pois pode ter muitas leituras erradas. As redes sociais são importantes para partilhar os diretos que nós temos aqui e, se calhar, *links* diretos para a informação genérica.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Já tinha pedido. Já lhe dou a palavra, está bem? Senhor Deputado José Rodrigues, faz favor.” ---

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia, novamente. Genericamente, concordamos com os pressupostos e fundamentos da proposta. Dar aqui apenas nota que o ponto um para nós, em termos de comunicação, não faz sentido. Não faz sentido estar a fragmentar as redes sociais da Autarquia em duas páginas. Pode ter um efeito contraproducente de diminuir a atenção e os seguidores de uma página que atualmente o Município tem, que tem muitos seguidores, e estar a pulverizar em duas diferentes. Acho que faria sentido, a Autarquia é uma estrutura e, portanto, partilhar lá como as várias divisões do Município partilham várias coisas, a Assembleia também fazer essa divulgação e a publicação dos seus conteúdos. Em relação ao ponto 2, tem de se articular bem, como o Deputado Pedro Pinto salientou, quem é pública, quem é que gere, com que recursos humanos. Mas faz todo o sentido e aumenta a transparência e a interação com os eleitores. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Prescinde? Muito obrigado.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Queria dar apenas uma achega. Sim, fragmentar, no início será sempre mau. Primeiro a página tem que ser trabalhada para ter seguidores para ter abrangência. A questão que se coloca aqui é que o município não faz nenhuma divulgação daquilo que se passa. Isso é a questão. Portanto, pedir uma página, a página tem que ser trabalhada e tem que haver aqui sinergias entre a página da Câmara Municipal e a página da Assembleia. Não é uma ideia de fragmentação, é uma ideia de separação da informação. Se quisermos ter informações da Assembleia, vamos à página da Assembleia, se quisermos ter informações do Município, vamos à página do Município. E o Município deve promover ativamente a página da Assembleia. Quem vai tratar da página? As mesmas pessoas que tratam da página do Município. Se for preciso arranjar mais recursos humanos, então que se arranjem. Eu acho que estamos numa altura em que as pessoas precisam de saber o que se debate aqui nesta casa, porque as pessoas lá fora estão a falhar o debate da Assembleia Municipal. As pessoas precisam de saber e precisam de conhecer mais e de estar mais à vontade com os assuntos que aqui debatemos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Globalmente de acordo. No entanto, na nossa perspetiva, não faz sentido haver duas páginas. Nesse sentido, mantendo o PSD esse ponto, nós iremos abster-nos. Se considerarem deixar só uma página para manter a página que está, nós votaremos a favor” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Eu mantenho a página que está, sem problema nenhum. O problema é que a página do Município, no meu entender, devia começar a divulgar as atividades da Assembleia. Mas isso não vai acontecer. Até hoje, a página deve ter quase dez anos, só se vê uma, quando é a Assembleia: vai decorrer o vídeo no YouTube da Assembleia Municipal. É a única notícia que nós temos da Assembleia. Mais nada. Portanto, se a página do Município não faz a divulgação, precisamos de uma página de divulgação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Em nome da Mesa, queria dar o seguinte esclarecimento. Houve algumas dificuldades transmitidas pelos grupos na introdução das moções na plataforma. Foram enviadas por email. A Mesa já falou com quem devia no sentido de, em setembro, não voltar a acontecer. De qualquer modo, a introdução, pela Mesa, das moções e das recomendações, não responsabiliza a Mesa. Responsabiliza apenas quem as produz. Até porque, algumas moções e recomendações que hoje aqui estão, nos levantam sérias dúvidas de enquadramento legal. Nomeadamente esta Moção, levanta-nos aqui uma dúvida de enquadramento legal. É se, antes das assembleias, é ou não legítimo, à Mesa, divulgar todas as moções e recomendações a todos os cidadãos em geral. Esta é uma dúvida que nós temos. De qualquer maneira, a Moção é o que é. E, portanto, parecendo não haver mais intervenções, colocava a Moção à votação. Como é normal, vamos votar primeiro quem vota contra. Quer intervir? Faça favor. Peço-lhe desculpa.” -----

- **Pedro Pinto, Deputado (PS):** “Só para orientarmos o nosso sentido de voto, perguntamos se vão tirar aquela parte do antes. Se vão reformular. Tem antes e depois, não é? Ok.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, é o que diz: para que os cidadãos a elas possam ter acesso antes e depois das sessões. É este enquadramento legal.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Eu vou-lhe responder, com todo o respeito. Não vamos retirar, por um simples motivo. Porque as pessoas, eu não sei, mas mais de dez pessoas já me pediram que eu apresentasse esta proposta. E por isso, por respeito a elas, não vou retirar, porque elas querem ter acesso aos documentos. Muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado, pelo esclarecimento. Colocava, então... senhor Deputado, peço-lhe, por favor, que se sente para ver se conseguimos proceder à contagem. Muito obrigado. (...) Peço-lhe só, há um parecer da CCDR, já que hoje estamos com pareceres, que recomenda ou que obriga a que nenhum senhor Deputado que esteja presente na sala não vote. Ou contra, ou abster-se, ou sim. Há um parecer da CCDR, já tem uns anos, mas existe. Portanto, peço aos senhores Deputados um pouco de atenção.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Pela criação de um portal no site do Município** -----
-- onde possam constar os documentos relativos à Assembleia Municipal da Guarda --
----- **Pela criação da página de *Facebook* da Assembleia Municipal da Guarda** -----
- *Aprovada, por maioria*, com dezoito votos a favor e sessenta e três abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor. Peço-lhe desculpa.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “A declaração de voto é dizer que nos abstivemos, com pena nossa, porque, na realidade, se tivesse sido alterado apenas aquele ponto em que nós também não temos a certeza que seja legal. Mais, é assim, quando a nós, Deputados, não nos é disponibilizada a ata da última reunião de Câmara, a nós, Deputados, quanto mais quisermos isso para os cidadãos da Guarda. Era bom. Mas a nós, Deputados, neste momento, estamos sem todos os instrumentos que precisaríamos para estar aqui. E, portanto, pedimos ao Executivo para fazer esse esforço no sentido de rapidamente as coisas entrarem numa normalidade. Também achamos

que uma coisa será a página do *Facebook* da Assembleia Municipal e outra coisa a página do Município. Uma coisa não terá nada a ver com a outra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado pela declaração de voto. Terceiro ponto, do Partido Social Democrata, é sob o título “O estatuto de Capital Regional dos Santos Populares”. Não foi catalogada nem como Moção, nem como Recomendação. No entanto, o artigo 36º do nosso Regimento diz: recomendações, moções ou outras intervenções de interesse. De maneira que, faça favor, tem a palavra.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Senhor Presidente, muito bom dia, bom dia a todos, sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa. Em relação à Recomendação, quando se coloca na plataforma, pede sempre se é uma Recomendação ou se é uma Moção e ficou colocado, na plataforma, como Recomendação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Recomendação? Muito obrigado.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Sim. Obrigada. O atual Executivo lançou um projeto ambicioso e arrojado - ser capital regional dos Santos Populares. Não querendo tirar importância às festas dos Santos Populares, sobretudo porque são um bom exemplo do trabalho associativo, queremos que fique claro que somos a favor da melhoria constante que os eventos, qualquer um deles, possam gerar, e este em particular, porque os executivos do PSD estiveram na génese do seu atual formato. Mas não podemos deixar de verificar que ser capital regional dos Santos Populares, é apenas a tentativa de fazer algo para tapar a lacuna da ausência total de outras ideias. O que está aqui em causa é a afirmação proferida pelo senhor Presidente da Câmara, é a natureza da ambição deste projeto, é a natureza da ambição para a cultura na Guarda, é esta insignificante em termos de posicionamento estratégico da Capital de Distrito. Pasmese, nós somos capital de Distrito. Lançar esse slogan ou cartaz local, para uma espécie de competição regional que não existe, demonstra que se faz política apenas para o voto do povo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe desculpa. No tempo que nós consideramos de cavalheiros de seis minutos, tem trinta e sete segundos. Muito obrigado.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Obrigada. Quem é que vai atribuir este estatuto? É evidente que não será uma prioridade para mais nenhuma autarquia, e este Executivo não vai, provavelmente, colocar esta situação à CIM Beiras e Serra da Estrela. A Guarda merece mais, merece ter outro tipo de ambição. Está na hora de a Guarda assumir a legítima posição de líder cultural. A cultura não está no rumo certo, na Guarda. Não podemos deixar cair tudo o que vem de trás, só porque vem de outros executivos. As boas ideias devem ser continuadas. Há como “A Carta da Paisagem da Guarda” que deveria ser tomada em conta. Outras ideias que já surgiram, como a Capital de Turismo de Natureza, essa, sim, seria um projeto com olhos postos no futuro e nas próximas gerações. Acreditamos que ainda é possível reverter a situação da cultura na Guarda, acreditamos que o bom trabalho feito nesta área pelos anteriores executivos possa vir a ser considerado e trabalhado para que a cultura seja de todos e não seja só a cultura do PG. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora deputada, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado ou Presidente Junta, deseja intervir. Não? Muito obrigado. Passava, então, ao último ponto do Partido Social Democrata, que é “Moção para a criação de uma Comissão Municipal de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho e ao Assédio Sexual”. Faça favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Ora, muito bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e peço que, na pessoa dele, se sintam todos cumprimentados. E o que o PSD traz, muito brevemente, é uma Moção para a criação de uma comissão municipal de prevenção e combate ao assédio no trabalho e ao assédio sexual. Nada tendo a ver com as últimas notícias que vieram a lume. Pensamos e julgamos que é importante criar este tipo de comissões, dado que todas as grandes organizações, neste momento, as possuem. Não tecemos regulamentos. Pensamos que deve ser uma comissão aberta e com integração de todos os grupos aqui presentes e não presentes. Ou seja, também com abertura ao PCP, que não tem agora aqui assento, com assento também dos sindicatos e, obviamente, com assento do senhor Presidente da Assembleia na primeira reunião. Portanto, pedimos que seja votada favoravelmente, uma vez que vem defender os interesses dos funcionários, vem defender os interesses da autarquia

e os interesses dos guardenses, para evitar que se passem situações que, muitas vezes, nos envergonham quando olhamos para a televisão e para os jornais. Muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava a Moção à discussão, se algum senhor Deputado desejar intervir. Senhor Deputado José Valbom, faça favor, tem a palavra.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia. Senhores elementos da Mesa, senhores elementos do Executivo, senhores Deputados, todos os cidadãos que nos estejam a ouvir neste momento. Os riscos psicossociais, que é assim que chama esta temática, é um assunto importante. Em 2004, dois investigadores da Fundação Dublin, disseram que era um dos principais riscos laborais dos próximos anos. Estamos mais avançados, provavelmente o assunto é pior. É óbvio que todas as organizações, esta Câmara também, mas todas as organizações, a minha, todas, as vossas, devem-se preocupar com este assunto. Por isso, o assunto é bem-vindo e é pertinente. Criar uma comissão onde eu, por hipótese, saia do lugar de Deputado para funções executivas de controlo, de vigilância, de outra coisa, de funcionários da Câmara, não tem enquadramento legal. E algumas das atividades que a comissão faz, e são pertinentes, o que a comissão iria fazer era útil, mas colide com outros organismos que já estão no terreno, o canal de denúncias, a ACT, que até é o mais problemático. Por isso, o que eu acho é o seguinte: que este assunto é importante - é; que o Executivo se deve preocupar - sim; que nós devemos fazer a Comissão - não; que devemos exercer a nossa função, enquanto Deputados - temos mandato para o fazer. Nós somos organismo de fiscalização do Executivo. Podemos fazer, devemos fazer. É uma preocupação de todos. Agora, nós vamo-nos abster porque não tem enquadramento legal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor, senhor Deputado. Estava só a ver se algum senhor Deputado queria ir e depois respondia a tudo.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Dr. José Valbom, é assim. O que eu referi aqui, não seria que os integrantes seriam os deputados municipais, mas sim que cada grupo poderia indicar uma pessoa, eventualmente

técnicos mais especializados, para esta comissão. Ou seja, não seria um de nós, mas sim um indicado por cada grupo, um indicado por cada partido. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma intervenção. Então, colocava a Moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Para a criação de uma Comissão Municipal** -----

----- **de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho e ao Assédio Sexual** -----

- *Rejeitada, por maioria*, com vinte e um votos contra, quarenta e duas abstenções e dezoito votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa, declaração de voto? Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Nélia Faria, Deputada (PS):** “Muito bom dia. Na pessoa do senhor Presidente da Mesa, cumprimentar todos os presentes. Importa aqui fazer a declaração e explicar o porquê do voto contra do grupo municipal do Partido Socialista. Decorrente da política de responsabilidade social das organizações, sejam elas do domínio privado ou do domínio público, deve vigorar o Código de Conduta. De entre outras temáticas, deve ser vertida a prevenção e o combate ao assédio no trabalho, seja ele moral, seja sexual. E isto já está previsto nas últimas alterações ao Código do Trabalho, à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e mesmo no Código de Processo do Trabalho, portanto, pela aplicação da Lei 73, que já existe desde 16 de agosto de 2017. Portanto, na posição do grupo municipal do Partido Socialista, a criação desta comissão, sem que antes esteja cimentada a comunicação, a sensibilização...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, eu peço imensa desculpa. É apenas uma declaração de voto.” -----

- **Nélia Faria, Deputada (PS):** “Sim, sim. E consciencialização de pressupostos vigentes no Código de Conduta, que deve efetivamente existir e ser efetivo em todas as organizações, não colabora no tratamento destes assuntos de alta importância para o bem-estar das instituições e, neste caso em particular, para o bem-estar social das entidades autárquicas da Guarda. Temos ainda que referir que a criação de comissões não deve significar a colisão ou sobreposição de competências e diligências, na medida

em que já existem diversas organizações para o apoio, como já foi aqui referido, a ACT para a parte empresarial, as próprias Inspeções Gerais, neste caso o IGF da Autoridade de Auditoria, a CIT, Tribunais, entre outros, que têm conhecimentos e competências específicas, capazes de assegurar o acompanhamento merecido das vítimas e imputação de sanções aos agressores. Todavia, parece-nos, sim, que a responsabilidade das entidades autárquicas da Guarda passa por implementar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, eu peço...” -----

- **Nélia Faria, Deputada (PS):** “Estou mesmo a terminar, é só uma frase.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Já esgotou o tempo.” -----

- **Nélia Faria, Deputada (PS):** “Passa por implementar e assegurar ações concretas que deem cumprimento àquilo que já são os imperativos legais, começando, desde logo, por implementar o Código de Conduta e respetivos procedimentos, dando ênfase à comunicação, sensibilização e consciencialização para prevenção do assédio no trabalho e tratamento disciplinar, se assim exigido. Portanto, a nossa posição é contra, pois entendemos que as ferramentas, se corretamente aplicadas, e os organismos já existentes, convergem no sentido de assegurar o tratamento profícuo de incidentes desta natureza. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Declaração de voto, Senhor Deputado?” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votámos contra por tudo aquilo que já foi referido e votámos contra também porque foi aprovado, há já um ano, por unanimidade, a criação do Provedor do Município, onde havia algumas das questões que se tocavam e, até hoje, nada foi feito. Nós já estamos habituados a que isto aconteça neste município. E, portanto, como nós, Partido Socialista, já tínhamos trazido essa figura, até agora nada foi feito, achamos que isto aqui, de alguma forma, se poderia sobrepor. Mas, como é óbvio, estou de acordo com aquilo que a Deputada Nélia acabou de dizer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto, Senhor Deputado? Faça favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “É assim, o que foi trazido a esta Assembleia foi uma proposta que existe em muitos outros municípios. Ou seja, a lei também existe para os outros municípios e foram criadas, em muitos outros municípios, comissões semelhantes. Relativamente ao Provedor do Município, nada tem a ver. O município está lá fora, os funcionários estão cá dentro. O votar contra esta Moção é visivelmente votar contra os interesses e o bem-estar, pelo menos dos funcionários municipais. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Passava, agora, ao CDS-PP. Voto de Protesto.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Bom dia, senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Bom dia também ao público presente. Então, a minha primeira intervenção vai no sentido de um voto de protesto contra o atraso no serviço de entrega postal no concelho da Guarda. Nós temos vindo a verificar este mesmo atraso em relação, por exemplo, a correspondência importante, faturas, documentos e até mesmo encomendas de valor, têm sido entregues com considerável atraso, causando incertezas, perda de prazos, prejuízos financeiros e consideráveis transtornos. Exemplo flagrante foi, por exemplo, a chegada das notas de cobrança do IMI no dia 9 de junho, quando o prazo terminava dia 31 de maio. Entendemos que problemas pontuais podem ocorrer no setor da distribuição postal, mas a frequência e a gravidade destes atrasos são inaceitáveis. Têm-nos sido reportados atrasos no serviço de distribuição postal do concelho da Guarda que chega a ultrapassar os vinte dias com os consequentes prejuízos para os munícipes. Solicitamos que este voto de protesto determine a implementação de medidas imediatas de correção do funcionamento do serviço postal e que dele seja dado conhecimento à Autoridade Nacional de Comunicações e ao Ministério das Infraestruturas. Em conversa com o deputado Miguel Borges, ontem ou anteontem, o Miguel perguntava-me porque é que este voto de protesto não iria também para os CTT. Isso foi feito Miguel. Ou seja, houve muitas pessoas que fizeram queixa e reclamações, nomeadamente por escrito na estação dos CTT, mas não foi... sim, embora, até agora, essas pessoas de que eu tenho conhecimento pessoal, não receberam qualquer resposta. E, por isso, eu aqui apelo à entidade que

fiscaliza a atuação dos CTT. Sim, ok, tudo bem. Aos três e ao Ministério das Infraestruturas. Tudo bem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Terminou? Muito obrigado. Não se importa de ocupar o lugar? Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se? Pediu a palavra o senhor Deputado Luciano Calheiros. Faz favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes e aqueles que nos estão a ver e a ouvir através de outros canais. Senhor Presidente, se me permite, antes de falar sobre este voto de protesto, se me desse um minuto, só, excecionalmente, para me referir ao parecer que Vossa Excelência apresentou no início da sessão. O parecer, só minutos. Ora bem, relativamente ao parecer, eu gostaria de dizer o seguinte. Da minha parte, eu concordo quase na totalidade com o que é dito no parecer, relativamente ao assunto, porque, efetivamente, é no período da ordem do dia que são produzidos atos administrativos e, portanto, é o período de deliberação, digamos assim. No entanto, nós sabemos que, quando fazemos regimentos, para além do enquadramento legal da 75 e da 169, nós vamos também visitar ou revisitado alguns dos regimentos um pouco por todo o país. E, se eu fizer esse exercício, por exemplo, o Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e o Regimento da Assembleia Municipal do Porto têm exatamente, a fazer fé no parecer, o mesmo vício que nós temos no mesmo conteúdo. Mas se eu fizer uma consulta a outros regimentos acontece absolutamente a mesma coisa. Portanto, eu estou de acordo, no essencial, com aquilo que é dito no parecer, mas, senhor Presidente, deixo uma sugestão, não sei se não valeria a pena pedir exatamente sobre o mesmo conteúdo um parecer à DGAL também, que também tem essa essa função, digamos assim. Não sei, isto é apenas uma sugestão.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu já tenho, só para informar, já pedi a impressão de dez ou doze regimentos de várias Assembleias, desde os mais pequenos aos maiores, para depois poder...” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “E vai ver que encontra exatamente o mesmo vício. Ora bem, sobre o assunto que nos traz aqui, dizer o seguinte. Eu corroboro,

na íntegra, o que disse a senhora Deputada e, portanto, também deixava a sugestão ao Presidente da Câmara no sentido de tentar, através da administração da empresa, naturalmente, fazer chegar essa mensagem, porque nem no Estado Novo nós tínhamos, no que diz respeito aos CTT, atrasos desta natureza, E os meios de comunicação na altura era o que eram. E, portanto, nos tempos de hoje, não se justificam, de todo, atrasos desta natureza. E, portanto, aqui, o Presidente da Câmara, com o seu poder de influência, naturalmente que fará essa diligência junto do poder. Porque a ANACOM e o Ministério das infraestruturas, nem daqui a um ano terá resposta. Muito obrigado.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Deseja intervir? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Marco Loureiro, Deputado (BE):** “Muito obrigado, senhor Presidente. O Bloco de Esquerda acompanhará este voto de repúdio, de alerta, relativamente a tudo o que de mal se passa nos CTT. Mas é incrível! Ainda bem. Ainda bem que passado tantos anos se começam a recordar e a cair a ficha. Sim, a cair a ficha daquela privatização. E de quem é que iniciou essa privatização? Quem é que foi que iniciou essa privatização e quem é que deu azo a que isto tudo acontecesse e continuasse a acontecer? Não, não! Não foi a Troika. Foi quem mandava na altura e que teve o poder de decisão. E esse poder de decisão foi o que foi. Foi vender. Vender para que depois o argumento fosse a melhoria das condições em toda a sua logística. Foi esse poupar dinheiro e esse melhorar a forma como se entregavam as coisas, neste caso, o correio e tudo o que está envolvido ao CTT, às populações. Mentira! Pura mentira! Foi aqui provado, mais do que uma ou duas vezes trazido aqui a esta Assembleia, pelo o Bloco de Esquerda, muitas moções, muitas alertas. E aqui, na altura, PSD e CDS-PP, sempre caladinhos. Pois é, ainda bem. Ainda bem. Acompanhamos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir. Colocava... ó senhor Deputado, faça o favor de se sentar. Colocava, então, este voto de protesto, à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Protesto** -----

----- **Atraso no serviço de entrega postal no concelho da Guarda** -----

- Aprovado, por unanimidade, com oitenta votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, a Recomendação, faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Já agora, ó senhor Deputado, quando traz do passado realmente esta história da privatização, uma das cláusulas da privatização não é a perda de qualidade, nem se pode exigir isso. Está bem? Penso que é um bocadinho.... mas pronto, não vou entrar em discussão consigo. Então, Recomendação. Criação de um parque de estacionamento nas imediações da cidade, com serviço de transporte regular para servir os Passadiços do Mondego. Porque é que eu trago esta Recomendação aqui hoje? Considero, e penso que isso é geral, que os Passadiços do Mondego têm sido um sucesso, pelo número de visitantes que têm atraído. Se falarmos com alguns proprietários e com algumas pessoas ligadas ao turismo, essa informação é-nos dada. No entanto, a cidade da Guarda, principal polo comercial do concelho, apenas residualmente tem beneficiado desse fluxo turístico. Ou seja, a maioria dos visitantes vem aos Passadiços e vai sem conhecer a Guarda. No sentido de criar um compromisso maior entre a cidade e a atração turística que são os próprios Passadiços, recomendamos a criação de um parque de estacionamento nas imediações da cidade, com serviço de transporte regular para servir os mesmos Passadiços. Ter um parque de estacionamento na cidade que esteja convenientemente conectado aos Passadiços pode trazer atratividade turística para a própria cidade. Como? Ao construir um parque de estacionamento próximo e acessível, a Guarda pode facilitar o acesso dos turistas aos Passadiços, mas também e essencialmente à própria cidade. Isto aumentará o interesse dos visitantes em explorar a Guarda e os seus arredores, apresentando diversas vantagens. Comodidade para os turistas - ao construir um parque de estacionamento com ligação aos passadiços, a cidade oferece comodidade aos turistas e elimina a preocupação com a procura por estacionamento, tornando a experiência turística muito mais agradável. Desenvolvimento económico - o turismo pode impulsionar o desenvolvimento económico de uma cidade. Com a criação de um parque de estacionamento conectado aos Passadiços, a cidade pode atrair mais visitantes e incentivar o crescimento do setor turístico. Isto pode levar à criação de empregos diretos e indiretos, como na área de hospitalidade, serviços turísticos e comércio local. Também há vantagens na preservação do meio ambiente. Ao disponibilizar um parque de

estacionamento, a cidade pode incentivar os visitantes a deixarem os seus veículos num local centralizado, reduzindo assim a circulação de veículos nas áreas naturais sensíveis. Isto ajuda a preservar o meio ambiente, minimizando a poluição e o impacto negativo nos ecossistemas locais. Em resumo, ter um parque de estacionamento conectado aos Passadiços pode ser de grande importância para a cidade lucrar com os turistas, atrair ainda mais visitantes e gerar receita adicional.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este tema? Não há. Sendo uma Recomendação, passava ao tema seguinte. Por ordem de entrada, tem agora a palavra o PG. Voto de Pesar, Virgílio Mendes Ardérius. Faça favor.” -----

- **Paulo Teixeira, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Na figura do senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e os que nos assistem através dos meios audiovisuais. Bom, estou aqui para apresentar o Voto de Pesar pelo falecimento de Virgílio Mendes Ardérius. A biografia está no Voto de Pesar submetido, pelo que quero aqui salientar apenas a figura multifacetada que durante décadas tanto deu e trabalhou em prol da comunidade da Guarda. O padre, o escoteiro, o professor, radialista, empreendedor, o empresário, o associativo, são algumas das dimensões que o podem caracterizar, mas que serão sempre parcelares e incompletas, não fazendo jus à sua figura. Deixou uma obra extensa que a nenhum cidadão da Guarda deixa indiferente. O escotismo, o ISACE, a Fundação Frei Pedro, o CFAD, o ensino, a comunicação social com a Rádio F ou o Terras da Beira, são marcas fortíssimas da sua passagem pela Guarda, que o tempo não apagará. É justo afirmar que a Guarda se tornou um sítio melhor, pela sua ação contínua ao longo de décadas em prol do concelho e da cidade, da comunidade e das pessoas. Virgílio Mendes Ardérius partiu a 16 de maio de 2023, tendo o Município da Guarda cumprido dois dias de luto municipal pelo seu falecimento. Face ao exposto, proponho que a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 28 de junho de 2023, aprove um Voto de Pesar pelo seu falecimento e cumpra um minuto de silêncio em sua homenagem. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Micael Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo (PS):** “Bom dia a todos. Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo, agradecemos este Voto de Pesar e as homenagens feitas em vida, lamentando profundamente a perda de um amigo que nos deixou. A paróquia do Divino Salvador de Aldeia do Bispo, abençoada e agradecida por ter podido partilhar com o Dr. Virgílio Mendes Ardérius ao longo dos últimos dezassete anos da sua vida. A sua dedicação foi um exemplo e é um legado que continuará a inspirar e a guiar aqueles que tiveram o privilégio de o conhecer. Será sempre lembrado com gratidão e respeito. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Então, colocava este Voto de Pesar à consideração e à votação dos senhores Deputados.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pelo falecimento de Virgílio Mendes Ardérius** -----

- Aprovado, por maioria, com oitenta e quatro votos a favor e duas abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Guardávamos, de seguida, um minuto de silêncio.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Permitam-me, com o vosso respeito, permitam-me uma pequena nota pessoal em função deste voto. John Donne, um poeta Inglês dos séculos XVI e XVII, “Nenhum homem é uma ilha isolada. A morte de qualquer homem diminui-me, porque sou parte do género humano. E por isso não perguntes por quem os sinos dobram, eles dobram por ti.” Muito obrigado. Passávamos, de seguida, à Recomendação por um orçamento participativo em 2023. Faça favor.” ---

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Vou ser breve. Partindo de alguns considerandos, os orçamentos participativos têm décadas de história, já foram desenvolvidos no Município da Guarda e a Junta de Freguesia da Guarda também tem um orçamento participativo em vigor. Isto está previsto no plano eleitoral do Pela Guarda e está também cabimentado em orçamento de 2023 com 100 mil euros. Para além disso, e mais importante do que estes pressupostos, é um instrumento de inovação, participação cívica dos cidadãos, de envolvimento com o poder político e de

participação ativa entre eleições. O município pode ainda, com esta iniciativa, receber excelentes contribuições de como melhorar o dia a dia dos cidadãos. Como tal, é o momento, é a hora de criar um novo orçamento participativo robusto, bem estruturado, com um regulamento bem feito e transparente em todas as suas etapas. Pode e deve ainda ser utilizado para estimular este espírito empreendedor e criativo nos mais jovens. Face ao exposto, e agora passo a ler, o Grupo Municipal do PG propõe o seguinte: implementar o projeto de orçamento participativo de 2023 no Município da Guarda com a dotação prevista de 100 mil euros; assegurar, previamente à sua implementação, a construção de um regulamento que explicita devidamente os moldes da iniciativa e que seja perfeitamente transparente nas diferentes etapas, nomeadamente áreas temáticas, objetivos, critérios de admissão e exclusão, processo de votação e metodologia de implementação, entre outros aspetos relevantes; considerar ainda alocar uma parte da dotação previamente mencionada a um orçamento participativo dedicado aos jovens ou às escolas. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou se algum senhor Deputado deseja intervir. Parecendo que não, é uma Recomendação. Passava, agora, a palavra ao Bloco de Esquerda. Moção Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+. Faça favor.” -----

- **Marco Loureiro, Deputado (BE):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Não é coincidência, é mesmo hoje, 28, à data da realização desta Assembleia, que se assinala o Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+. Esta data é uma data histórica deste movimento. Celebra-se a revolta de Stonewall de 1969, em Nova Iorque, onde várias pessoas que frequentavam um bar lutaram contra uma rusga policial de opressão extremamente violenta para com as pessoas que lá estavam nesse bar e que tinham a sua opção de vida e de amar que eles bem entendiam. Não foi o entendimento, na altura, da polícia, a mando de todos aqueles que oprimem as pessoas, só porque elas pensam e gostam de algo diferente do que elas. Desde esta data, a resposta coletiva à repressão trouxe as vivências LGBTQI+ para o espaço público e campo político. Em vez de continuarem a ser vistas como uma experiência do privado, reconhecem-se como experiências coletivas de opressão, ressignificadas como identidades de resistência e assumidas com orgulho como identidades de luta. Foi com o crescimento do movimento

LGBTQI+ que se alcançou um vasto leque de mudanças legislativas e de políticas públicas nos últimos vinte anos: uniões de facto; princípio de não discriminação na Constituição e no Código de Trabalho; casamento e adoção; lei da identidade de género; programas antidiscriminação; criminalização das terapias de conversão. Estes são exemplos de mudanças, tanto na lei como na sociedade que determinaram uma visibilidade mediática e social que faz a diferença todos os dias. Repito, todos os dias. Contudo, ainda há um caminho a fazer-se e esse caminho também passa pelo interior do país, também passa pela Guarda. E, em cidades do litoral, já se observou um avanço significativo no trabalho em estruturas representativas, com planos municipais inclusivos, fazendo contraste com muitas regiões do interior onde ainda muito falta fazer. No Sistema Nacional de Saúde falamos de obstáculos, no que toca a doenças sexualmente transmissíveis, pessoas e cuidados trans, onde ainda se sente uma falta de resposta e formação por parte dos profissionais de saúde. Assim sendo, lutamos por uma educação sexual inclusiva tanto nas escolas como junto dos mesmos profissionais, não sendo negado nenhum cuidado. Com a crise da habitação, pessoas LGBTQI+ tiveram que voltar para casas de familiares que não as aceitam, pondo em causa os processos de autodeterminação e descoberta, e, em outros casos, provocou situações de coabitação violentas com pessoas desconhecidas. E existe ainda a discriminação sistemática sobre casais e famílias LGBTQI+ por parte de senhorios homofóbicos, que infelizmente ainda continuam a persistir, esperemos que cada vez menos. No acesso ao trabalho, luta-se por oportunidades de emprego reais, estabelecendo-se este compromisso nas mais diversas áreas, no combate à precariedade, sendo o acesso ao trabalho fundamental para uma luta emancipatória. Assim, a Assembleia Municipal reunida hoje, neste dia tão importante para esta comunidade, aprova, ao abrigo do artigo 25º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: Saudar o 28 de Junho, dia Internacional do Orgulho LGBTQI+ e toda a população que todos os dias luta pela igualdade plena, tanto na lei como na sociedade; Saudar e prestar a nossa solidariedade à população da Guarda que em vários momentos se sente condicionada na sua expressão de identidade, género ou orientação sexual. A eles o nosso apoio. A todos aqueles que, por todas as circunstâncias que atrás eu disse e que não o podem dizer abertamente e sentir e dizer aquilo que querem seguir e que querem estar junto com quem eles bem entendem, a eles a nossa total solidariedade, pois eles também são

guardenses, eles também são pessoas com todo o direito de serem felizes. Sublinhar a importância do Município da Guarda se evidenciar na luta dos direitos LGBTQI+, através do hastear da bandeira arco-íris, no dia 28 de Junho de 2024, no exterior da Câmara Municipal da Guarda. Eu sei que isto é sempre alvo de grande discussão em vários municípios. Mas, a verdade é esta, já são muitos e muitos os municípios e outro género de associações e comunidades e coletividades que não têm problema em assumir este dia e a importância deste dia. Podem-me e vão certamente dizer aqui que para este movimento ter este direito deste ar a bandeira, também outros movimentos, como, por exemplo, a luta contra o cancro, podem e devem ter como possibilidade hastear. É óbvio que podem. Qual é o problema de hastear causas positivas? Causas que vão possibilitar aos outros os direitos consagrados na Constituição Portuguesa? Mas há problema em hastear bandeiras à porta da Câmara Municipal, bandeiras essas que promovem a igualdade? Promessas essas...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, esgotou o seu tempo. Agradeço que...” -----

- **Marco Loureiro, Deputado (BE):** “Muito obrigado, termino já. Bandeiras essas que vão, claramente, ao encontro dos princípios básicos de toda uma Constituição Portuguesa? Eu acho que não há qualquer incómodo. Basta haver vontade e, acima de tudo, respeito pelas diferenças em todos os setores. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Sobre esta Moção, se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado desejar intervir, será o momento. Não parecendo haver nenhuma intervenção, colocava a Moção à votação.”

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+** -----

- Aprovada, por maioria, com trinta e dois votos a favor, vinte e sete abstenções e doze votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Nada tenho contra as pretensões do movimento. Antes pelo contrário, compreendo e sou a favor da maior parte delas. Dizer, no entanto, que não concordo com uma parte do conteúdo do texto que foi aqui

apresentado, na medida em que muitas das coisas que são ali ditas já foram também reclamadas por muitas outras pessoas, entidades e instituições. O caminho já foi feito, foi sendo feito há muito tempo e não se deve essencialmente ao movimento LGBT. Segundo, dizer que também estabelece, no mesmo texto, uma dicotomia entre o interior e o litoral, no que diz respeito ao Serviço Nacional de Saúde e a outras áreas da governação, com as quais eu também não concordo com aquilo que é dito no texto. Ou seja, quase que estigmatiza os médicos do interior, como os políticos do interior, como se no interior fosse uma desgraça e no litoral já tivéssemos feito um caminho, que não é verdade. E, portanto, não há essa dicotomia, no meu entender. Há políticos que são sensíveis a estas matérias no interior e já fizeram também esse caminho, há outros no litoral que não o fizeram. E, portanto, não concordo com o texto nesse particular. E, também, no que diz respeito ao Serviço Nacional de Saúde, porque, recorde-lhe só, nomeadamente em relação à prostituição, por exemplo, que já há muito tempo que o Serviço Nacional de Saúde em algumas áreas do país foi fazendo este trabalho que diz respeito ao apoio às pessoas. E, portanto, não é o movimento LGBT que agora é o arauto das alterações no que diz respeito às alterações legislativas que foram produzidas, muito menos em relação ao Serviço Nacional de Saúde. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais uma declaração de voto. Senhora Deputada, faça favor. “ -----

- **Maria Manuel Pimentel, Deputada (PS):** “Bom dia a todos, senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e quem nos ouve. O voto do Partido Socialista é positivo, considerando que o ser humano merece respeito. Seja qual for a cor, a raça, a orientação sexual, a sua condição física ou outra, todo o ser humano merece respeito e é nesse sentido que o Partido Socialista vota favoravelmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Para dizer que corroboro inteiramente as palavras da senhora Engenheira. Eu vinha aqui dizer basicamente o mesmo. E dizer-lhe também a si, senhor Deputado Marco Loureiro, eu li a sua Moção, não concordo com muitas das coisas que lá estão em termos de forma, mas a verdade é que o conteúdo, lá no fundo,

está no sítio certo. E por isso é que eu votei favoravelmente, porque temos que separar o trigo do joio, muitas vezes, nestas intervenções, e temos que perceber onde é que o interlocutor quer chegar. Eu percebi onde é que o senhor quis chegar e votei a favor, pese embora não concordando em parte ou em algumas coisas que o senhor diz na sua Moção. Se fosse eu faria de outra maneira. Mas, no fundo, há aqui um ponto de entendimento que é efetivamente a dignidade da pessoa humana, a sua autodeterminação e a sua capacidade, ou melhor dizendo, a sua possibilidade de se afirmar tal como é e não ser rejeitada pelos seus pares. Eu não sinto isso na pele, nunca senti discriminação, mas tenho muitos amigos que sentem, conheço muitas pessoas que sentem e é ao lado delas que eu voto a favor. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Penso que não há mais nenhuma declaração de voto. Passava, então, às Moções e Recomendação do Partido Socialista. Pela ordem de entrada, a Moção Centro Histórico da Guarda. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Maria Manuela Fernandes, Deputada (PS):** “Bom dia a todos. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e os que nos ouvem em casa. Faz agora um ano que o PS apresentou uma Moção tendo em vista a definição de uma estratégia para a reabilitação do Centro Histórico da Guarda. Passou um ano e nada foi feito. Não foi feito um plano, não foram efetuados contactos, não se delinearam estudos, não se definiram processos e procedimentos. Em suma, não se reconheceu a necessidade de fazer fosse o que fosse. Um ano depois da Moção que pretendia impulsionar a reabilitação do Centro Histórico ser reprovada, estamos aqui novamente porque sempre representaremos aqueles que votaram em nós e procuram soluções e porque apesar da contradição que existe em quem nada faz, mas muito fala, verificamos que nos últimos tempos o Executivo muito tem falado de Centro Histórico. É com pesar que constatamos que quando se fazem referências ao Centro Histórico, transparece, em todos os cidadãos da Guarda e seus visitantes, um sentimento de tristeza, de impotência e de vergonha. No entanto, há uma sintonia de vozes no que diz respeito à necessidade da sua reabilitação. Não há um plano de reabilitação e de requalificação. Há regulamentos sobre como fazer, mas não sobre o que fazer. Há, então, que dar o primeiro passo. A Praça Velha é o local onde todas as pessoas convergem, com o objetivo de verem ou de

estarem perto da monumental Sé Catedral. Depois desta ser visitada e depois de se visitar o Museu, não há, por enquanto, muito mais onde possamos ir. Ela é, pois, a nossa sala de visitas e, como sala de visitas, não está apresentável. Transparece o desleixo na falta de limpeza, de dignidade conferida ao Rei fundador da cidade, no pavimento da praça que tem de ser reajustado de modo a torná-lo num lugar seguro para quem ali passeia, nas ruínas de dois prédios que a ladeiam e na segurança. Mas a Praça Velha é apenas a prioridade no imediato e há muito mais a fazer no Centro Histórico. Assim, temos a honra de submeter à votação da Assembleia Municipal as seguintes propostas:

- Que a Câmara Municipal elabore, com a brevidade possível, um plano para a reabilitação do Centro Histórico;
- Que a Câmara informe os seus munícipes sobre o destino a dar à Casa da Legião, após a consulta pública efetuada;
- Que, para início desta reabilitação, no que diz respeito aos edifícios de domínio municipal, seja dada prioridade aos edifícios contíguos aos ex-Paços do Concelho, com os números de polícia a partir do 36, aproveitando para fazer a reabilitação simultânea do outro edifício municipal que confina do lado de trás e cuja fachada dá para a Rua Sacadura Cabral;
- Que o projeto de reabilitação dos dois edifícios em ruínas na Praça Luís de Camões e Rua Sacadura Cabral, caso não exista ainda, se inicie dentro de um curto espaço de tempo;
- Que a Câmara apresente, numa próxima Assembleia Municipal, para consulta e acolher sugestões, um quadro de identificação de todos os edifícios pertencentes ao município, onde se mencione o fim a que se destinam ou se pretende que venham a destinar-se.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado Breia, faça favor, tem a palavra.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Muito bom dia a todos. Bom, só para dizer que nós vamos votar contra pelas razões que vamos expor a seguir. Esta Moção faria sentido se não se verificassem já os seguintes factos. Em relação à vossa alínea a), já está a ser elaborado o plano de reabilitação para o Centro Histórico. No que diz respeito à alínea b), a Casa da Legião está no grupo de trabalho para avaliação do valor histórico e patrimonial. As vossas alíneas c) e d) são contraditórias com a alínea a), pois a alínea a) aponta para a elaboração do plano, mas as outras apontam já para a efetivação, para medidas sobre esse plano. Em relação à alínea e), podemos já dizer hoje o seguinte: 1 - a Câmara adquiriu recentemente doze prédios para habitação acessível e social,

enquadrados numa estratégia de disponibilidade de cinquenta fogos nos próximos três, quatro anos; 2 - foram adquiridos quatro prédios na antiga Judiaria, na zona onde se presume ter existido uma Sinagoga, para ser construído um equipamento cultural interpretativo da cultura Judaica e assim atrair mais turismo; 3 - haverá espaço para um novo equipamento cultural na cidade no prédio atrás dos balcões, na Rua Augusto Gil, onde funcionou o antigo teatro, um quartel de bombeiros e, por fim, a Auto Serviços da Sé; 4 - estão em elaboração os projetos para a reabilitação das casas da Praça Velha e da antiga Associação Comercial; 5 - o regulamento para apoios à reconstrução de edifícios privados está em consulta pública; 6 - há uma preocupação permanente com a animação cultural e turística na zona do Centro Histórico; 7 - haverá lugar à colocação de novos serviços no Centro Histórico, como são os casos do espaço tecnológico, da proteção civil, do aumento das instalações da CIM, do aumento do Quarteirão Associativo, entre outros. Face ao exposto, vamos então votar contra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se... senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Era inevitável! Aqui está a ilusão do PG. Sete pontos, nada para cumprir. Não sabemos de nada. Só o senhor Deputado Breia é que sabe. Quer dizer, demonstrem! Demonstrem qualquer coisa. Não é dizer que vamos reabilitar cinquenta fogos. Mas vão reabilitar cinquenta fogos como? Dizer que o Centro Histórico da Guarda fervilha de cultura, fervilha, sei lá, aos domingos ou aos sábados é bom ir visitar o Centro Histórico porque temos tudo aberto, temos restaurantes, temos bares, nós podemos, contentes, visitar o Centro Histórico da Guarda. Não é verdade!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma... faz favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Ó senhor Miguel Borges, só uma coisa. Sabe que há a história da cigarra e da formiga. O PS é mais a história da cigarra. Cantar, cantar, cantar. Mandar para cá uns bitaites, fazer de conta que se fez alguma coisa. Olhe, primeiro, sabe que andar a anunciar coisas publicamente, para já, uma vez que temos que adquirir edifício, seria um bocado perigoso porque vai levar à especulação imobiliária. Certo? Portanto, não é muito inteligente andar a dizer que precisamos de comprar, ou que

vamos comprar e depois, de repente, as coisas começam a valer mais. Por outro lado, Roma e Pavia não se fizeram só num dia, temos que dar tempo ao tempo. Calma! Há projetos, há coisas para fazer. Olhe, vêm aí uns dinheiros, nos pontos que vêm aí à frente, vêm aí uns dinheiros, vamos ver como é que vocês se comportam em relação a isso. Ok?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pode.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Deputado, diga-me uma coisa. Os anúncios foram feitos por Vossa Excelência. Acabou de anunciar aqui uma série de coisas que eu ainda não tinha ouvido falar, quer dizer. Foi o senhor que acabou de anunciar aí nos sete pontos. Então, mas diga-me uma coisa, é o senhor que está a fazer com que haja especulação imobiliária na Guarda? É que nós não sabemos, a maior parte das coisas que aí estão são ilusões, não correspondem a nada, não é a realidade. Quando fala de cigarra e formiga, olhem-se ao espelho. Até agora não fizeram nada!... Ó senhor Presidente, as pessoas do PG, e normalmente o líder do PG tem sempre aquela coisa de dizer: por favor, eu quero respeito. Senhor Presidente, eu quero respeito. E, portanto, agradeço-lhe que ponha ordem à Assembleia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Todos temos que nos respeitar. Isso, aí, tem toda a razão.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, exijo o mesmo tratamento que o senhor Presidente tem dado ao Presidente da Câmara em todas as outras Assembleias Municipais, faz favor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Confesso a minha falta de inteligência, mas não percebi agora esse recado. Não. Não, senhor Deputado, não vamos... não, por amor de Deus. Está bem, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Presidente, o senhor Presidente da Câmara Municipal, cada vez que é interrompido ou cada vez que lhe é dirigido qualquer coisa da bancada ou do Executivo, o senhor Presidente da Câmara cala-se, vira-se para trás e diz: senhor Presidente, eu fui desrespeitado, exijo que me respeitem. Era isso. E, depois, normalmente, o senhor Presidente faz uma intervenção. Era essa a intervenção que eu estava à espera.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção. Então, colocava a Moção Centro Histórico da Guarda à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Centro Histórico da Guarda** -----

- *Aprovada, por maioria*, com trinta e cinco votos a favor, sete abstenções e trinta e quatro votos contra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “No senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e todos os ouvintes. É só dizer aquilo que já disse mais do que uma vez. É significativo que, em coisas que estamos todos de acordo, cavamos diferenças. Eu, sobre isto, o que digo é o seguinte. Se o Centro Histórico, quando acabar o meu mandato de Deputado, estiver como nós herdámos, eu considero-me um derrotado. Vamos fazer os possíveis para que esteja diferente. E o caminho está a ser feito, pode ser reconhecido ou não.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei quem pediu primeiro. Pode ser depois. Senhor Deputado, faz favor. Ó senhor Deputado, eu peço-lhe imensa desculpa. Não estou a interromper, estou apenas a adiar. Eu peço aos senhores Deputados, se não for por mais nada, por amor de Deus, não passem o tempo a entrar e a sair da sala. Não percebo. Sinceramente, não percebo. Não entendo. Por um pouco de respeito pelo povo que nos elegeu, acho que nos devemos manter aqui o máximo de tempo possível, sem estarmos constantemente a sair. Acho que, quem nos assiste, é uma vergonha. Peço desculpa por estas palavras, mas tinha que as dizer. Peço desculpa, pode.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. O que eu tenho a dizer relativamente a esta questão é que eu acrescentaria, complementarmente ao que aqui foi dito e que eu dei o meu voto sim, a possibilidade e a obrigação que nós temos de complementar todas as propostas que são feitas com a habitabilidade do Centro Histórico. Temos de tornar habitável o Centro Histórico. A estrutura do Centro Histórico, por si, até porque estamos no século XXI, a própria dinâmica das pessoas, em termos sociais, obriga-nos a ter determinadas qualidades na habitação que a estrutura do Centro Histórico, eu diria que 90%, não sei, 90%, 70%, 80%, essa avaliação há de ser feita, da capacidade do Centro Histórico em termos de reconstrução no sentido de ser habitado, necessita de muita imaginação. E

um Centro Histórico sem ser habitado, para mim, é mais uma medida pífia. Peço desculpa pelo exagero da expressão. É fundamental que o Centro Histórico seja habitado e devemos pensar em medidas para que isso se possa concretizar. Entretanto, eu lançava um desafio que era o seguinte. Há determinado tipo de pessoas que pela sua singela forma de viver, que são os nómadas digitais, que se calhar achariam atraente viver naquele tipo de urbanidade. Se calhar, deveríamos pensar em transformar a Guarda na capital dos nómadas digitais e assim promover a atratividade deste tipo de pessoas que, se calhar, são capazes de achar engraçado, também passo a expressão, vir habitar para a Guarda. Tudo isto é economia. Sem economia temos deserto. Eu não acredito aqui que ninguém, com a vivência social que tem, acredite que é capaz de ir viver para o Centro Histórico nas condições em que ele existe e que, sendo reconstruído numa perspetiva de manter a traça, possa ser habitável para os padrões do século XXI.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votei a favor porque defendo a Guarda, defendo o Centro Histórico da Guarda e porque penso que só com propostas, com estratégia é que nós realmente conseguimos reabilitar o Centro Histórico. Deputado Valbom, vamos a isso, votem favoravelmente. Nós apresentamos propostas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Deseja declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Pedro Pinto, Deputado (PS):** “Bom dia novamente. De facto, os nómadas digitais, como foi aqui falado, e temos uma Moção aprovada, mas ainda nada foi feito, relembrar também as últimas notícias que os nómadas digitais estão a fugir dos grandes centros por causa das rendas. Ainda ontem saiu um estudo que mostra que as rendas na Guarda são mais baixas e isso pode-nos tornar muito mais atrativos. Tem também duas interpretações, o facto de serem mais baixas. Mas como defendemos na nossa Moção, aqui já há algum tempo e ainda não vimos qualquer tipo de desenvolvimento, também estamos cá para tentar ajudar nessa questão dos nómadas digitais que foi ali falado.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Continuando nas Moções do Partido Socialista, Moção pela célere devolução do IMI. Senhor Deputado Miguel Borges... é a senhora Deputada? Faça favor.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Na pessoa do senhor Presidente, endereço os meus respeitosos cumprimentos a todos os presentes e aos demais que nos acompanham através dos meios digitais. A proposta de orçamento que previa a redução do IMI foi aprovada por larga maioria, nesta mesma sala, no passado dia 20 de dezembro de 2022. Contudo, um erro técnico fez com que as famílias abrangidas por esta medida efetivamente não o fossem e pagassem o referido imposto sem qualquer redução. Esta é uma falha injustificável, ou talvez não. A falta de orientação e competência da Câmara Municipal está mais uma vez demonstrada. E, em vez de tentar imputar as culpas a um técnico da autarquia, à semelhança do que tem feito relativamente a outras falhas deste Executivo, numa autêntica caça às bruxas, pelo contrário, o senhor Presidente e a Vereadora responsável pelo Pelouro da Divisão Financeira e de Aprovisionamento, deviam antes assumir a culpa que lhes assiste, a responsabilidade que lhes assiste nomeadamente por ainda não terem ainda hoje, a meio do mandato, um dirigente que chefie aquela Divisão a quem delegar responsabilidades nesta área, o que poderia ter evitado esta situação. Os casos e casinhos que têm vindo a público sobre os concursos de admissão de pessoal, com diversas ilegalidades e irregularidades, levam a que situações semelhantes a esta possam, naturalmente, acontecer. Não se pretende que o senhor Presidente seja onnipresente, como nos quer fazer pensar, mas deveria, sim, saber rodear-se de dirigentes competentes a quem delegar as devidas responsabilidades nas diversas Divisões, cujas vagas continuam, até hoje, por preencher.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, o tempo do Partido... agradeço-lhe que acelere. Obrigado.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Serei breve. E a senhora Vereadora responsável por este Pelouro, não teve nada a dizer sobre este assunto? Na falta de Chefe de Divisão na área, porque não tomou a senhora Vereadora as medidas necessárias? Enfim, não obstante ser importante averiguar responsabilidades, urge é resolver o problema com a maior brevidade. Assim, perante a incapacidade deste Executivo resolver de forma

célere esta questão, como se exigia, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária a 28 de junho de 2023, delibera: 1 - Que a Mesa da Assembleia Municipal requeira de imediato à Autoridade Tributária a execução da medida dos descontos do IMI familiar, aprovada por este órgão a 20 de dezembro de 2022, para que as famílias elegíveis possam efetivamente beneficiar da redução do IMI; 2 - Que requeira ainda à Autoridade Tributária a criação de um procedimento excecional para a célere devolução das quantias pagas indevidamente por essas famílias, em função da medida que foi aqui aprovada; 3 - Que a Mesa da Assembleia Municipal remeta ao Ministério das Finanças a presente deliberação, para que promova a resolução do problema, em colaboração com a Autoridade Tributária. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Está aberto o período para discussão. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todas as senhoras e os senhores Deputados, o senhor Presidente de Câmara, as senhoras e os senhores Vereadores e todos os que nos estão a acompanhar. Obviamente que o Movimento pela Guarda e esta Assembleia vão recusar e votar contra esta Moção, pois, no nosso ponto de vista, nem sequer tem sentido e, para além de tudo o mais, é inconsequente. E porquê? Em nosso entender, é mesmo e só se justifica pela busca de dividendos políticos, que obviamente são legítimos por quem os procura. São legítimos e contribuem para o robustecimento da democracia que se deseja o mais sã possível. Mas repare-se. Estamos perante um lapso, erro humano. O senhor Presidente assumiu, desde logo e no imediato momento, a responsabilidade política, procurando a melhor e mais rápida solução. Obviamente que todas as pessoas vão ser ressarcidas dos valores a que têm direito. Direitos que haviam sido aprovados pela Câmara e por esta Assembleia Municipal. A solução já foi trabalhada, encontrada e acordada com as diferentes autoridades, bem como com a tutela governamental. O que falta? Operacionalizar. Os assuntos são resolvidos, os obstáculos difíceis são ultrapassados por este Executivo que muito trabalha e nunca são ignorados. Que o Senhor Presidente e o seu Executivo continuem a imprimir toda a energia na concretização de projetos e na realização da obra, com ambição e de forma transparente como tem feito até aqui. Pela Guarda, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Deseja intervir? Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, senhor Presidente. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimentar todas as pessoas que me estejam a ouvir. Eu penso que perante um erro e porque temos aqui o Executivo, eu não sei se é possível em termos regimentais, mas se for possível ouvir o senhor Presidente e dar-nos um esclarecimento sobre a fase em que nós estamos nisto, penso que ficava enriquecida a Assembleia, as pessoas que representamos e quem nos está a ouvir. Eu não sei se isso é possível nem se não. Mas se tiver enquadramento, era bom, se calhar, ouvirmos o senhor Presidente sobre este ponto. Não sei se isso é possível.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, no entendimento da Mesa, no fim deste período de Antes da Ordem do Dia, a Câmara Municipal da Guarda tem direito a quinze minutos. Mas se quiser falar já, se quiser dar algum contributo. Não sei se mais alguém quer falar ainda sobre o tema. Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Eu queria intervir com a condição de o senhor Presidente me ceder um minuto para ficar mais ou menos em paridade com os outros grupos que já excederam o tempo. Se não for possível, não vou intervir. Se houver essa possibilidade. Posso? Ou seja, contando, tendo em conta... pode ser? Muito obrigado. Eu vinha aqui dizer apenas uma coisa. No meu entender, nesta questão temos aqui dois erros. Temos um erro que é da Câmara Municipal, mas acho que também é da responsabilidade aqui da Assembleia Municipal. E nós já andamos aqui há muito tempo a pregar. Parece que pregamos no deserto. É que isto é uma proposta que foi a reunião de Câmara, veio aqui para Assembleia, foi deliberado, foi cumprida aqui, é mais uma proposta que não foi tida em conta. Senhor Presidente da Assembleia, o senhor tem que ter aqui atenção e tem que avisar a Câmara. Portanto, a Câmara sabemos que é incompetente. Não consegue comunicar, fazer uma simples comunicação à Autoridade Tributária, não tem capacidade para isso. Portanto, o seu papel, aqui, ainda é mais redobrado, que é comunicar esta deliberação tomada aqui na Assembleia à Câmara. Mas como todas as deliberações que aqui são tomadas, esta é mais uma que não foi tida em conta. E, portanto, é sinónimo de que as instituições não funcionam. Portanto, a Câmara falha, mas a montante falha também a Assembleia e continuará a falhar porque

o dinheiro não vai voltar aos bolsos dos contribuintes. Muito obrigado. Portanto, são dois problemas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Telegraficamente, dizer duas ou três notas que considero muito importantes, não sem antes cumprimentá-lo a si e à restante Mesa, a todo o Executivo, às senhoras e aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, às senhoras e aos senhores Deputados, aos Técnicos do Município, às Chefias aqui presentes, ao Público que aqui assiste e também àqueles que assistem online, via *streaming*. Sobre algumas expressões que aqui foram ditas, nós não podemos admitir o que encapotadamente querem acusar o Executivo. Tudo vale. Infelizmente, tudo vale. É este o estado da política, para algumas pessoas, na Guarda, tendo em conta a linguagem que utilizam. Mas também é bom dizer o que se passou, já que todos falam. Falam, falam, mas não sabem daquilo que falam, do que é que aconteceu com o concurso da Chefia de Divisão da área financeira que teve que ser anulado e o futuro a Deus pertence. Mas tudo o que havia, também devo dizer, tudo o que havia a referir e a esclarecer sobre os concursos, foi em devida altura dito e foi em devida altura esclarecido. Só tenho, é isso mesmo, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, tenho que lamentar a política baixa do bota abaixo, a política mesquinha do ódio pessoal que assistimos, ao longo das últimas semanas particularmente, ódio pessoal, ódio político, que tem sido manifestado por alguns aprendizes de políticos, mais parecendo uma verdadeira perseguição pessoal, similar ao que aconteceu há dois anos na campanha eleitoral. É só recuar dois anos. Leiam a comunicação social, ouçam as rádios à época e aquilo que aconteceu com as expressões e com a perseguição pessoal que tentaram fazer. Sobre a matéria de facto, foi um lapso técnico, aliás, até ordenei a abertura de um inquérito, mas o lapso foi detetado, a origem foi detetada e que politicamente assumimos, claramente que sim. Mal feito fora que nós não assumíssemos politicamente esse erro, esse lapso técnico. E por isso devo dizer às senhoras e aos senhores Deputados que esta Moção não faz qualquer sentido, porque nós estamos, desde a primeira hora... nós não andamos a fazer, como alguém dizia há pouco, a cigarra a dizer o que é que andamos a fazer. Nós

estamos em articulação, desde a primeira hora, com Autoridade Tributária e com a Tutela Governamental, desde a data em que foi detetada a situação. Devo-vos dizer que a solução está encontrada. Não perguntem ainda qual é que é a solução, porque eu não estou autorizado a dizê-lo. Publicamente, não estou autorizado a dizê-lo. Mas aguarda, a todo momento, um despacho. E, tal como eu disse publicamente, todos os guardenses serão devidamente ressarcidos. Devo dizer que o montante de todo este desconto, chamemos-lhe assim, ronda sensivelmente cerca de 100 mil euros, mais coisa, menos coisa. Todos vão ser absolutamente ressarcidos, nos termos da lei. Por isso, assim que esteja aprovada a solução, será publicamente difundida essa solução e, ato contínuo, naturalmente, será implementada. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, agora, a Moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela Célere Devolução do IMI** -----

- Rejeitada, por maioria, com quarenta e dois votos contra, doze abstenções e trinta votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Temos ainda... Declaração de voto? Faça favor. Peço desculpa.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votámos a favor a favor a esta Moção, porque pensávamos perceber aquilo que o PG aqui há algumas Assembleias atrás nos trouxe, relativamente, por exemplo, à UEPS, por exemplo, ao Porto Seco, onde dizia que precisávamos de fazer pressão pelas Entidades. E, portanto, nós, foi aquilo que viemos aqui fazer, foi tentar auxiliar o senhor Presidente na pressão a fazer à Autoridade Tributária, no sentido de que a situação do IMI, que realmente é um erro técnico, mas que deve, como é óbvio, é um erro político... É um erro técnico que é óbvio, é também um erro político. E é um erro político precisamente porque, neste momento, não temos, na Guarda, a Chefe de Divisão ou o Chefe de Divisão da parte financeira. E não temos, na Guarda, porque foi anulado o concurso. E, como sabe, senhor Presidente, está a ser impugnada a anulação desse concurso. E, realmente, a razão para a anulação desse concurso tem muito pouco de sustentável àquilo que nos parece a nós. Muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “É óbvio que votamos a favor desta Moção. Estamos perante um erro que é gravíssimo. Este Executivo prometeu um choque fiscal. Não só há choque fiscal, portanto, não só há a baixa dos impostos municipais, como ainda há um aumento por incompetência. Portanto, o voto a favor é mais que óbvio. E o voto a favor, pela segunda razão, é que perante o fracasso e perante a vergonha, que não tem outro nome, isto é uma vergonha nacional. Acho que só são para aí oito Municípios, em trezentos e oito, que não têm o IMI familiar. E a Guarda... eu não sei quantos é que não declararam, mas a Guarda deve ser caso único ou anda lá perto. Perante o fracasso, perante a vergonha, o senhor Presidente continua com os seus argumentos, com a sua retórica e continua a falar de ódio. Quer dizer, ódio? Ódio devem sentir os contribuintes quando veem a fatura do IMI.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Já lhe dou a palavra, está bem?” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, e na pessoa do senhor Presidente cumprimentar todos. A declaração de voto, votei como votei, está explicado. Mas só dizer que não chamo nem considero nenhuma das pessoas que aqui está dentro incompetente, nem sinto vergonha por nenhum. Sobre os erros, antes me quero com pessoas que façam erros e que os assumam, em detrimento de outros que digam: eu nunca tenho dúvidas, eu nunca erro, eu sei tudo, etc. Mas isso é uma questão pessoal, minha.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.”

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. É assim, o que assistimos aqui é que, sempre que é apontado qualquer erro ou qualquer falha, vem um discurso de vitimização. Depois vem também um discurso de: não posso dizer como é que vou resolver. No mínimo, uma coisa. Quando é que vai resolver? Quando é que os cidadãos da Guarda vão receber aquilo que não deviam ter pago? Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. O Partido Socialista tem ainda uma Recomendação. O tempo está esgotado e ultrapassado e,

segundo me informa o senhor Secretário, tem trinta segundos do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fernão Joanes. Não sei se quer ocupar os trinta segundos, mas não posso dar mais tempo. Ó senhora Deputada, tem trinta segundos.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Mas ainda não começaram. Eu ainda nem cumprimente a Mesa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, espere. Têm trinta segundos.... Pode resolver... mas quando chegarmos lá. Pronto.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Só para só para ficar registado...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas, senhor Deputado, peço-lhe só desculpa. Não estamos aqui para complicar.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Posso, senhor Presidente? É assim, eu tinha uma intervenção preparada para o 2.1. Eu não quero neste momento estar a gastar mais tempo e estou a ser sincero. E, portanto, neste momento, aquilo que eu estou a dizer é assim, existem três intervenções, penso eu, do Partido Socialista, preparadas para o 2.1. Uma das intervenções que está inscrita será esta que nós iríamos agora apresentar. E, portanto, pode perfeitamente continuar com a Assembleia, sem estarmos neste momento, de alguma forma... A sério, não queremos arranjar problemas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, sem querer obviamente complicar, em qual ponto é que é? Há aqui prazos de apresentação de documentos, há prazos diferentes. O 2.1 é até cinco dias úteis antes. As Moções é dois dias antes. Em que ponto é que o inclui? É só para depois perceber. Gestão Autárquica. Pronto, estamos resolvidos. Pediu a palavra e está inscrito o senhor Presidente da Junta de Freguesia de João Antão. Tem o seu tempo e tem o tempo de alguns Presidentes de Junta, de quem? Ramela? Então peço-lhe que seja célere, porque o tempo é pouco.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. A minha intervenção é relativa à declaração feita pela concelhia do Partido Social Democrata, onde passo a citar: “um Presidente de Câmara que desempenha o papel de um autarca de freguesia que, ao invés de trabalhar em prol do território e das suas gentes, consta

que prefere andar de adegas em adegas.” Eu pergunto a todos os Presidentes de Junta aqui presentes se se consideram bêbados. E mais, os Presidentes Junta são os autarcas que trabalham com maior proximidade com os seus fregueses. O que vocês afirmam como defeito, no meu ponto de vista é uma enorme qualidade porque estar ao lado dos fregueses que nos elegeram é o maior reconhecimento que podemos dar em quem depositou confiança em nós para os defendermos e representar. E ainda outra publicação da Juventude Social Democrata, em que criticam a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda nas freguesias. Peço desculpa...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “E eu peço-lhe que seja célere.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Ok. Onde diz, passo a citar: “Os guardenses pagam ordenados ao Presidente e à sua comitiva para irem buscar votos em horário de trabalho.” Posto esta declaração, os fregueses das freguesias da Guarda são de segunda, pois os seus impostos não são tão válidos... Peço desculpa, outra vez. “Os guardenses pagam ordenados ao Presidente e à sua comitiva para estes irem buscar votos em horário de trabalho.” Posto esta declaração, os fregueses das freguesias da Guarda são de segunda, pois os seus impostos não são tão válidos como os habitantes da cidade, como se os territórios das freguesias não pudessem ter representantes do Executivo municipal nas suas atividades e nos seus eventos. Estas palavras são uma profunda falta de respeito, tanto para nós, representantes das nossas terras, como para quem depositou a confiança em nós para os representar. Os senhores dizem que existem dois tipos de eleitores na nossa Guarda, os de primeira e os de segunda, sendo que a maioria dos habitantes da cidade da Guarda têm ligações às freguesias. Por isso, quero perguntar aqui de forma clara e transparente e que digam aqui perante os quarenta e três autarcas eleitos das freguesias, se nos consideram bêbados, se nos consideram como autarcas de segunda e se consideram os eleitores das freguesias de segunda. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Para defesa da honra. Mas é mesmo para defesa da honra.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “O que o senhor aqui disse é mentira. É falso. O que o senhor aqui disse não foi um comunicado da JSD, foi uma publicação pessoal

minha e eu não disse absolutamente nada disso. O que eu critiquei foi o Presidente estar, em horário de trabalho, a fazer campanha eleitoral. O senhor Presidente deve ir às freguesias. Deve lá estar todos os dias, todos os dias. Mas não é servir-se do seu horário de trabalho para fazer campanha eleitoral. Quando lá for, que vá lá com bandeiras do movimento Pela Guarda, mas não use o seu horário de trabalho e de expediente para fazer campanha eleitoral nas freguesias. Foi isso que eu disse. Em momento algum eu disse que o Presidente não devia ir às freguesias. E essa publicação que o senhor referiu aqui é uma publicação do meu Facebook pessoal, não vincula a estrutura. Daí eu defendo a minha honra e a honra da estrutura, porque a estrutura não é só constituída por mim. O senhor vai à minha página, tira uma publicação pessoal minha e conota-a diretamente com a estrutura. Isso é demagogia, é mentira.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Só para defesa da honra mesmo. Pedro, penso que talvez seja melhor deixar primeiro o senhor Deputado intervir. Talvez seja melhor para não estar outra vez... Pode sentar-se. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Os Presidentes das Juntas de Freguesia merecem a nossa maior atenção e a nossa maior cordialidade. O beber um copo não é ser bêbado, muito pelo contrário. Agora, o que nós criticamos, sim, é a ação do Executivo. Se alguém teve e está ao lado das freguesias, é o PSD. E, por outro lado... estamos ao lado das freguesias, não tenham dúvidas, como sempre estivemos. E tudo o que for para votar a favor das freguesias, nós estamos cá para vos defender. E mais, todos nós somos de uma freguesia. Rural ou urbana, todos pertencemos. E outra coisa, o que diz o comunicado do PSD é fazendo uma campanha à moda antiga, nada comparando com tempos atuais. Ou seja, vamos salvaguardar também isso. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Pedro.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Bom dia outra vez. É só referir que a analogia foi feita. Se foi mal feita, tem que pedir desculpa. Quem não se sente, não é filho de boa gente. E você, como líder de uma

estrutura, também não devia ter essas palavras para com os Presidentes de Junta, nem para com as pessoas que os elegeram. Então, mostre a publicação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já está explicado. Muito obrigado.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Ora, muito bom dia a todos. Tentarei ser breve. Tinha aqui duas perguntinhas para deixar aqui ao Executivo Municipal que me preocupam. Gostaria de saber qual é a situação da linha da Beira Alta, se já vemos uma luz ao fundo do túnel, digamos assim. Eu sou do Barracão e vi uma novela, durante doze anos, para ser reabilitada a linha da Beira Baixa e gostaria de saber se já sabemos qualquer coisa sobre a linha da Beira Alta. Gostaria também de saber e perguntar se os subsídios aos agricultores que perderam tudo nos incêndios do ano passado já foram pagos. E, já agora, gostaria de falar trinta segundinhos sobre os Santos da Guarda. Gostaria apenas de dar os parabéns a todos os funcionários desta autarquia, parabéns aos catorze bairros que participaram com as suas associações, grupos de moradores, voluntários, e um especial bem-haja aos nossos marchantes da Sequeira e do Bairro da Luz pela sua prestação magnífica. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Damos por encerrados estes... Peço desculpa, faça favor. Depois tenho que dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, faça favor. Eu é que peço desculpa, não me lembrei.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Já agora, só para que conste, o tempo foi-me dado pelo CDS e pelo senhor Presidente da Junta dos Trinta a quem eu agradeço penhoradamente esse gesto. E, na sua pessoa, por uma questão de economia de tempo, cumprimento todos os presentes. Lewis Carroll, na sua brilhante obra Alice no País das Maravilhas, a determinada altura, a rapariga Alice pergunta ao gato Cheshire: podes dizer-me que caminho devo seguir? Ao que o gato responde: isso depende muito do sítio para onde queres ir. Alice contrapõe: mas eu não sei para onde ir. Então, continua o gato, se não sabes para onde ir, qualquer caminho serve. Este pequeno excerto da obra citada, traduz, em forma de analogia, com uma clareza messiânica, aquilo que se está a passar na Guarda nos últimos meses. O Executivo que preside a esta autarquia, tem-nos brindado, de forma recorrente, com

um conjunto de casos, situações e episódios, que não só evidenciam o enorme desnorte que se vive na edilidade, como coloca a nu a impreparação política que caracteriza estes governantes. É por demais evidente que a Câmara da Guarda não tem uma estratégia para o concelho, nem tão pouco construiu um fio condutor que oriente os destinos do nosso concelho. Desde já, incompreensivelmente, prescindiu de um apoio ao TMG no montante de 800 mil euros, proveniente da DGArtes, quando, escassos meses antes, se congratulava publicamente pela aprovação deste subsídio. Tamanha esquizofrenia gestonária é passível de vir a ser um caso de estudo. Isto, quando o município foi dos poucos a nível nacional a ser alvo desta contemplação, deixando com inveja outras candidaturas que muito o ambicionavam, mas que não tiveram capacidade para o obter. Com esta decisão, ficou patente a inexistência de uma estratégia cultural, consolidando-se cada vez mais a atividade popularucha e o espetáculo brejeiro. Honra seja feita ao futuro evento Guarda-livros, 1º Salão do Livro da Guarda, pese embora ser um projeto herdado do anterior Executivo e onde incompreensivelmente se esperaram dois anos para a sua concretização. Se nos voltarmos para habitação, a Câmara da Guarda está a constituir-se como uma agência imobiliária, adquirindo vorazmente imóveis atrás de imóveis, muitas vezes acima do preço de mercado e sem ter predefinido qual o uso a dar a maioria destes ativos. Ainda nesta área, desdenhosamente, teve a segunda mais baixa candidatura em valor para o financiamento de um programa de apoio à habitação a custos acessíveis, protocolado entre a CIMBSE e o IHRU, candidatando apenas onze imóveis para um montante de 485 mil euros. Comparativamente, o Fundão candidatou duzentos e sessenta e nove imóveis, no valor de 30.5 milhões de euros. Como se não bastasse tal displicência, vem agora, e de forma totalmente errada, constituir uma empresa municipal para gerir o património habitacional e esquecendo toda a problemática havida num passado recente relativamente às duas empresas municipais que transitaram do último mandato socialista e que muito trabalho e horas de sono custaram ao Executivo Social Democrata, à data, e do qual, curiosamente, o senhor Presidente fazia parte enquanto Vereador. Se olharmos para a área de recursos humanos, constata-se, de forma surpreendente, a enorme debandada de funcionários do município que, vá-se lá saber, pediu e continua a pedir mobilidade laboral para outras entidades da administração pública. Provavelmente esta situação não será alheia ao facto de uma Assessora e pessoa da mais elevada confiança e estima do senhor

Presidente, ter sido condenada em primeira instância e confirmada na segunda por um crime de perseguição laboral ou assédio moral, perpetrado sob outra colega de serviço com a conivência e passividade do ocupante da cadeira mais alta da autarquia. São os autos que o afirmam. Claro está que esta situação é geradora de um enorme mal estar e dá sinais errados aos colaboradores, deixando no ar um sentimento de impunidade para os prevaricadores, que destrói a confiança dos funcionários. Para apimentar um pouco mais o ambiente, e agora numa perspetiva mais erótica da coisa, também a Câmara da Guarda foi palco de um alegado caso de assédio sexual, que, para além de caricato, deixa no ar um desgoverno da autarquia, prefigurando um ambiente de total rebaldaria laboral no seio da entidade. Como se não bastasse, ainda na área dos recursos humanos, estamos há vários meses sem Chefes de Divisão nas áreas cultural e financeira, existindo uma correlação positiva entre este facto e o erro técnico que deixou algumas famílias da Guarda sem o devido desconto de IMI, conforme havia sido aprovado no final de 2022. E como esta área é pródiga em acontecimentos que mancham e denigrem a imagem do Executivo da autarquia e da própria Guarda, a rematar, não nos podemos esquecer dos famigerados procedimentos concursais para recrutamento de colaboradores em variadas áreas, cuja constituição dos júris e relações familiares e de proximidade de alguns candidatos, criavam um ambiente propício ao nepotismo, temperado por uma transparência um pouco nebulosa. Para isso, muito contribuiu o facto de a já referida colaboradora, citada judicialmente por crimes de perseguição laboral, ser mantida em cargos de direção e confiança política e pessoal do senhor Presidente da Câmara...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já ultrapassou em vinte e sete segundos. Muito obrigado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Estou quase. São trinta segundos. E ainda ter feito parte como membro do júri, e até Presidente do mesmo, em vários concursos. A consciência estava tão à vontade que houve necessidade, após denúncia da JSD, de suspender pelo menos um procedimento concursal e afastar a dita-cuja funcionária de toda e qualquer participação em júris, embora, nos dias que sucederam a esta decisão, a mesma ainda constar nos diversos documentos disponíveis e acessíveis na plataforma de concursos da Câmara da Guarda. Dizem-nos os dicionários da língua portuguesa,

entre outras definições, que a ambição se traduz no grande desejo de realizar algo ou atingir algo. E, para o atual Executivo, a cereja no topo do bolo e preocupação cimeira do seu trabalho é constituir a Guarda como Capital Regional dos Santos Populares. Que visão tão estratégica. Enquanto outros concelhos, como o Fundão, investem na liderança de um consórcio europeu na área tecnológica, a Guarda aposta em atividades mais popularuchas e sem qualquer acrescento para o aumento da competitividade e criação de riqueza e promoção da qualidade de vida, e, ainda por cima, atribuindo mais de 80% dos ajustes diretos a entidades fora do concelho, pese embora, na Guarda, existirem empresas que prestam os mesmos serviços e vendam os mesmos produtos. Estranha forma de manifestar o propagado amor a esta terra. Muitos mais casos poderia aqui anunciar que evidenciam o desgoverno desta autarquia e a impreparação política destes autarcas. Infelizmente, a Guarda anda anestesiada com tantas festas e festinhas, e, inconscientemente, esquece-se que o programa eleitoral do movimento PG está quase todo por cumprir. As ruas da cidade estão completamente degradadas e sem um horizonte temporal definido para a sua recuperação. A malfadada Alameda dos F's continua a ser uma miragem, a revisão do PDM..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, dois minutos e cinco segundos a mais." -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** "Dez segundos. A Alameda dos F's continua a ser uma miragem, a revisão do PDM não é certamente uma prioridade para este Executivo, as empresas propagandeadas para a PLIE tardam em estabelecer-se, etc., etc. Está na hora de dar um rumo à Guarda ou, por este andar, brevemente, cairemos num abismo de onde muito dificilmente conseguiremos sair. Muito obrigado." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, muito obrigado. Findo estas intervenções, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Tem cerca de doze minutos. Depois já ultrapassámos aqui, o Bloco e o CDS que excedeu em dois minutos e vinte e seis segundos. Faça favor, senhor Presidente." -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** "Muito obrigado, senhor Presidente. Reitero os cumprimentos a todas e a todos. Sobre aquilo que foi aqui falado de um hospital privado. Nós sempre dissemos que éramos a favor de um qualquer hospital privado,

desde que não fosse o Município a pagar um cêntimo que fosse. O dinheiro é dos investidores, façam o favor de investir e cabe ao Município da Guarda criar as condições de licenciamento necessárias para que isso seja possível. Para que conste e para recordar que aquilo que nós sempre dissemos é aquilo que dizemos e que vamos continuar a dizer. E por isso, todos os investimentos privados, serão sempre bem-vindos à Guarda. Mas devo realçar, também, que é absolutamente fundamental e primordial o reforço no SNS. O Serviço Nacional de Saúde será sempre a base da saúde no nosso país. Nós nunca poderemos, nós nunca deveremos inverter esta situação, sob pena dos últimos cinquenta anos de governação do nosso país estarem totalmente em causa. Isto mesmo eu já o referi em vários fóruns. O último fórum, na Escola Nacional de Saúde Pública, em Lisboa, onde se falava sobre as competências na área da saúde e eu defendi sempre isto. Mesmo que, no futuro, os municípios venham a ter algumas competências na área da saúde, será sempre o SNS que deverá pôr e dispor, no que diz respeito à prestação de cuidados de saúde das nossas populações. Mas importa realçar também a preocupação que todos devemos ter com a diminuição das listas de espera, com a falta de médicos de algumas especialidades, com a redução dos enfermeiros precários, enfim, são as notícias que têm vindo a público, concretamente do nosso hospital. E é esse objetivo, é essa preocupação que nos deve unir a todos e é por ela que nós nos devemos pautar também. -----

No que diz respeito à questão aqui falada sobre a Comissão de Prevenção do Assédio. Bom, eu devo apenas realçar aquilo que foi aprovado. Há algumas ou alguns senhores Deputados que não leem as atas. Tenho pena. Mas eu convido a que leiam as atas da reunião de Câmara, porque traduzem *ipsis verbis* aquilo que é dito e aquilo que é decidido nas reuniões de Câmara. Há uns meses atrás, foi aprovado o Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. Está a ser desenvolvido todo o processo e já foi feita uma contratação, nomeadamente para o canal de denúncias. Este canal de denúncias, naturalmente, terá um custo anual para o Município e que será um canal absolutamente sigiloso. É isto que nós estamos a fazer para ir ao encontro, naturalmente, daquilo que deve ser feito em matéria de políticas públicas e de prevenção, conforme diz o plano, a prevenção dos riscos de corrupção e infrações conexas. -----

Sobre a questão do Centro Histórico da Guarda. Senhor Deputado Miguel Borges, eu convido-o a ler as atas das reuniões de Câmara ao longo do último ano e meio. Está tudo dito. Sempre que é adquirido um imóvel, está lá dito na reunião de Câmara e nas respetivas propostas para que é que serve. Está lá escrito mesmo. E, por isso, senhor Deputado José Breia, certamente andou a ler as atas e fez bem e pode continuar a ler porque há lá muito mais decisões que já foram tomadas, que já foram aprovadas, seja do Centro Histórico, seja de tantas outras zonas da cidade ou do nosso do nosso concelho. E por isso está em construção o Plano de Revitalização do nosso Centro Histórico e por isso nós adquirimos doze prédios. Alguns dizem que é especulação imobiliária. Agora dá jeito dizer isto. Vamos ver, à tarde, como é que se comportam. A reabilitação para prédios de habitação, sempre com aquele objetivo de nos próximos três a quatro anos poderemos ter cerca de cinquenta fogos em habitação acessível, em habitação social, só no Centro Histórico. Mas depois, mais adiante, falaremos mais pormenorizadamente sobre essa matéria. E vejam só, e o regulamento de apoio à reabilitação dos edifícios privados, o apoio à reabilitação das coberturas, das fachadas, das caixilharias, cujo processo está em consulta pública. Façam o favor, já agora, assim que a consulta pública sair, se não saiu há de estar a sair porque foi aprovada na última reunião de Câmara, façam o favor de darem boas opiniões, naturalmente, para engrandecer esse regulamento absolutamente necessário para ajudarmos à reabilitação dos núcleos históricos da cidade, não é só o Centro Histórico, mas os vários núcleos históricos da cidade e, naturalmente, cada uma das freguesias. Mas também falar sobre a reabilitação dos prédios adquiridos, ao longo deste tempo, para as mais diversas atividades, (está tudo nas atas das reuniões de Câmara. Façam o favor, podem lá ir ler) ao nível da cultura, ao nível dos serviços e ao nível do turismo. São as frases feitas. É a tal política do bota abaixo. O que interessa é deitar abaixo. É falar mal, é falar mal, é falar mal. Façam o favor de ler as atas da reunião de Câmara, deleitem-se com tudo aquilo que lá está dito, dos mais diversos Vereadores, e de facto poderão comprovar o trabalho que está paulatinamente a ser feito. O tal trabalho do planeamento para que depois possamos almejar a sua execução num futuro próximo. E devo dizer também que as prioridades das intervenções, permitir-me-ão, são da responsabilidade do Executivo, nos termos das competências da tal Lei 75/2013, é ao Executivo que cabe a execução ou a definição das prioridades das intervenções. E, da mesma forma, o planeamento e o

destino dos edifícios cabe ao Executivo. Então para que serviria uma Câmara Municipal com sete elementos? É para isso que serve. E por isso apenas pedimos que nos deixem trabalhar, que as coisas estão, paulatinamente, a aparecer. Mas à tarde certamente falaremos muito mais sobre isso. E, por último, dizer, sobre este ponto, que na semana passada tivemos a visita de um Secretário de Estado do Governo, que muito agradeço a visita, nas tais áreas tecnológicas. Só no Centro Histórico, desde novembro, nós conseguimos colocar lá mais de cinquenta técnicos a trabalhar no espaço tecnológico do Centro Histórico. É o caminho que nós estamos a fazer e acho que é o caminho certo. Concordaram todos, certamente, que este é o caminho. É claro que o caminho faz-se caminhando. Ainda há um longo caminho a fazer, naturalmente, para a reabilitação, para a repovoação do Centro Histórico e é isso que nós nos preocupamos em fazer durante todos os dias. Ao mesmo tempo que, naturalmente, estamos a preparar o novo quadro comunitário de apoio para 2030. -----

Sobre o IMI, já há pouco falei. Orçamento participativo, Deputado José Rodrigues, no orçamento participativo, que ainda não foi concluído, no caso concreto em Vila Garcia, está um muro em construção, a iluminação pública está para ser colocada e, naturalmente, é altura para retomar este processo e seguir em frente com o novo orçamento participativo e, naturalmente, aceitar o repto que aqui nos foi lançado. -----

Quase a terminar, senhor Presidente, eu estou a ser poupadinho para que este tempo que eu não use, depois possa ser usado noutros pontos, porque eu hoje vou cumprir, penso eu, o tempo que aqui me foi destinado. -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de João Antão, apenas dizer isto. O Presidente da Câmara da Guarda e as senhoras Vereadoras não têm horário de trabalho. São as 24 horas por dia. Também precisamos de dormir, mas, muitas vezes, são 24 horas seguidas, como bem sabem, por razões menos boas. Mas o Presidente da Câmara não tem horário de trabalho e, portanto, trabalha de manhã, à tarde e à noite, seja na Guarda, seja nas freguesias, seja de uma forma ou seja de outra, ou seja também em Lisboa ou em qualquer outro grande centro do país. -----

Senhor Deputado Daniel Gonçalves, a propósito das obras da linha da Beira Alta, aquilo que nós conhecemos publicamente é que as obras irão terminar no dia 12 de novembro.

Foi isso que foi continuamente afirmado durante várias vezes e nós queremos acreditar, apesar de, por quem lá passa, as obras estão manifestamente atrasadas. Mas queremos acreditar que ainda seja possível, assim que entrem as máquinas para espalhar o balastro, para espalhar as travessas, para estender os carris, que esse prazo possa ser cumprido. Até porque, vejam só, ontem mesmo de manhã, tive no meu gabinete a Administração da APDL para falarmos sobre o Porto Seco mais uma vez. E eles precisam de iniciar as obras de adaptação do terminal rodoferroviário para iniciar a operação do Porto Seco, mas estão à espera que as obras da linha da Beira Alta terminem e, naturalmente, o estaleiro seja dali retirado para poderem seguir em frente com estas intervenções, para que o Porto Seco possa ser uma realidade nos primeiros meses do ano de 2024. Mas devo recordar, também, não sei, senhor Presidente da Assembleia, se já temos alguma novidade sobre aquela moção que aqui foi aprovada, penso que na última Assembleia, sobre a execução da variante da Sequeira e a execução da variante dos Galegos, absolutamente fundamental também para o sucesso do Porto Seco da Guarda, seja na localização provisória, seja na localização definitiva que a APDL está a estudar. -----

O Deputado Daniel Gonçalves fazia também aí uma questão sobre os subsídios dos incêndios de 2022. Até há pouco tempo, no que diz respeito aos subsídios da área agrícola (da área agrícola, mas os ditos mais precários), já foram feitos os pedidos de elementos por duas vezes. Até há pouco tempo sei que havia muitas pessoas que ainda não tinham recebido esses montantes. Não sei se está dependente do Ministério da Agricultura, se está dependente de outro Ministério. Mas a informação que eu tenho é que, até há relativamente pouco tempo, havia muitos agricultores, não digo a totalidade, mas muitos pequenos agricultores, a agricultura familiar, a agricultura de subsistência, que ainda não tinham recebido um cêntimo desses apoios ditos mais precários, sejam de 500 euros, sejam 1000, 1200 ou 1300 euros. -----

Sobre o evento Santos da Guarda, senhor Deputado, de facto, foi um grande espetáculo de cultura. Nem todos lá foram. Nem todos puderam ver aquilo que lá se passou durante estes mais de quinze dias. De facto, agradecer muito, mas agradecer mesmo muito aos catorze bairros da cidade aderentes, às suas associações, aos moradores, às comissões de moradores, aos voluntários. Enfim, agradecer a todos, tal como aos funcionários da

Câmara que tiveram um trabalho herculeano, um esforço sobre-humano para poderem assegurar a logística e o acompanhamento de todos os espetáculos que foram surgindo ao longo de todo este tempo. Um agradecimento enorme a todos quantos ajudaram a que os Santos da Guarda de 2023 tivessem, efetivamente, sido aqueles com mais aderência do povo, da população. E a população da esquerda à direita, os mais baixos, os mais magros, os mais gordos. Todos eles, de facto, ficaram satisfeitos, porque é este o caminho de uma boa marca que são os Santos Populares na Guarda e que nós devemos, naturalmente, continuar com esse caminho. -----

Sobre as barafundas, sobre a demagogia...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, um minuto e vinte e poucos segundos. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Vou terminar, senhor Presidente. Há discursos, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia que, de facto, tresandam a demagogia. Quando nós virmos sair da boca de alguns responsáveis políticos algo a falar bem deste Executivo, certamente que alguma coisa estará para acontecer. Porque aquilo que nós ouvimos dizer, por parte de algumas bancadas, nomeadamente da bancada do Partido Social Democrata, dos representantes da bancada do Partido Social Democrata, sobre as intervenções aqui feitas, eu já falei há pouco sobre os casos, sobre tudo isso, sobre o bota-abaixo, sobre a perseguição pessoal. Vejam só, os senhores bem assistiram. Depois há por aí umas coisas que põem nas redes sociais. Eu recuso-me a ver isso. De facto, são ataques pessoais mesquinhos, do ódio pessoal, do ódio político, que nada engrandecem a política na Guarda. Eu lamento ter de dizer isto. Lamento muito. Mas, de facto, é aquilo que alguns aprendizes de políticos teimam em querer fazer, denegrir a imagem. Porque ao quererem denegrir a imagem do Presidente da Câmara, vejam só, até da sua família, é lamentável que isto aconteça num Estado de Direito, cinquenta anos do 25 de Abril. E isso, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, na altura certa, deve ser efetivamente castigado por todos vós e por toda a população. Muito obrigado.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Defender a honra? Não percebi. Senhor Deputado, aqui, nesta casa, a começar por mim... senhor Deputado, qualquer crítica...

senhor Deputado, eu peço imensa desculpa. Há aqui pessoas que estiveram oito anos no mandato. Eu estive nove anos na ARS. É possível que a gente erre, engana-se. Quando se diz que um indivíduo se enganou, ofende-se a honra? Então não podemos criticar rigorosamente ninguém. Por amor de Deus! Pobre da honra que anda aqui, a toda a hora, a ser invocada. Não sei o que é que ela anda a fazer, coitada. No entender da Mesa, e a Mesa assume, o senhor Presidente da Câmara não ofendeu a honra de ninguém. E, já agora, permitam-me. Eu trouxe o jornal, o Expresso, permitam-me que leia aqui uma notícia. É o jornal Expresso, de 09 de junho. Uma Senhora australiana foi acusada e condenada, esteve presa vinte anos por matar quatro filhos menores. Filhos bebés. Era considerada a pior assassina em série do país. Quatro filhos. Em 2003, o Tribunal condenou-a a vinte anos de cadeia. A pior mãe do mundo. Divórcio. Vinte anos depois vem-se a provar que os filhos tinham um defeito genético e morreram todos por asfixia. Esta mulher perdeu vinte anos da vida. Destruíram-na. É preciso nós termos cuidado com algumas afirmações que fazemos, para não destruímos ninguém. Esta é a notícia do jornal do dia 9 de junho.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, estava aqui a falar com o senhor Deputado Miguel Borges e sugerimos entrar já no ponto 2.1. Miguel, sugerimos, até, por volta da 13h15. Foi a sugestão do senhor Deputado, se concordam, entramos já no ponto 2.1 e vamos aproveitando o tempo. Bancada do PSD, Porto Seco, quem vem intervir? Senhor Deputado, faça favor. Senhores Deputados, pedia um pouco de silêncio para nos ouvirmos.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Bom, eu pedi para falar sobre o Porto Seco, que seria no período da ordem do dia, supostamente na parte da tarde, mas vou ser muito breve. É um assunto muito importante e gostaria de trazer aqui à colação, porque eu creio que, segundo o senhor Presidente, está a haver desenvolvimentos. Mas, dizer o seguinte. O senhor Presidente, na reunião de 28 de abril, disse que tinha estado em reunião com o Secretário de Estado, João Galamba, sobre o tema e que da reunião saiu o compromisso para uma instalação provisória do Porto Seco, junto à plataforma

rodoferroviária da Guarda. O Vereador Carlos Monteiro perguntou, nessa reunião de Câmara, o porquê sobre uma localização provisória. O senhor Presidente não teve uma resposta clara, não respondeu. E, portanto, essa questão, digamos assim, está em aberto. Eu só queria lembrar aqui que o Porto Seco, naturalmente, não ficará nunca bem próximo de zonas residenciais, como é evidente. Porquê? Porque é uma infraestrutura que tende a ser ampliada, porque é uma infraestrutura que tem os seus desenvolvimentos, é uma plataforma logística, como sabemos. E, naturalmente, nós somos uma zona de interior e temos condições para pugnarmos, cada vez mais, por esta importante infraestrutura. Estamos a falar de um centro de transbordo que é muito importante. Agora, embora não se reflita no imediato para a economia local, é muito para a economia nacional, mas é muito, muito importante. Agora, a minha preocupação tem a ver exatamente com a sua localização. É importante para o desenvolvimento da Guarda? É. É uma âncora para a atração de empresas? É. Se tivermos em conta que o Porto Seco de Valongo, e eu conheço essa realidade porque eu moro perto e na altura falei com o Presidente da Câmara, José Manuel Ribeiro, e, no início, o Porto Seco começou com uma área sensivelmente idêntica a cento e oitenta mil metros quadrados. Neste momento, quase que duplica. E, portanto, temos que ter em atenção o crescimento e aqui pode crescer. Nós estamos aqui na confluência de duas autoestradas, temos o comboio, a linha Internacional e a Guarda é estrategicamente uma zona do país onde um Porto Seco assenta que nem uma luva. Mas vai crescer e vai crescer muito. E, portanto, uma zona provisória, deixem-me que vos diga que pode ser manifestamente insuficiente. E, depois, senhor Presidente, também não sei, em termos de logística, como é que o senhor vai transformar uma zona provisória numa zona definitiva, sendo que o potencial de crescimento é muito. Por exemplo, agora, em Valongo, instalou-se lá uma empresa, a Panattoni, uma empresa italiana de grande dimensão para a economia local e nacional e essa empresa é quase responsável por um acréscimo de quase um terço da área. E, portanto, não se compagina muito, digo eu, um Porto Seco com uma zona provisória. Ele tem que estar perto do nó rodoferroviário, é verdade. Tem que estar numa zona muito boa. Eu acredito que o senhor Presidente esteja a estudar a melhor solução. Essa solução já vem de trás, o Vereador Carlos Monteiro, então Presidente, também defendia esta ideia. Aliás, foi aí que começou o Porto Seco. E, portanto, estamos todos de acordo. Acho que não há aqui ninguém contra

um Porto Seco. Não há. O de Valongo está a funcionar muito bem, volto a dizer, é uma empresa, a SAPEC, que está a explorar. Cresceu imenso, tem muitas empresas à volta. E, portanto, eu conhecendo um pouco esta zona aqui da Guarda, eu acho que poderá haver aqui uma solução definitiva. Era preferível aguardar algum tempo, senhor Presidente, e partir para uma solução definitiva. Se isso for possível. Se não, é evidente que temos que fazer aquilo que temos. Mas é essa a minha preocupação e gostava de o ouvir sobre isso. Porque, volto a dizer, eu votarei sempre a favor de uma infraestrutura destas, porque pode ser responsável pelo desenvolvimento do país, e da Guarda em particular, porque é uma âncora de atração de investimento. É só. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. O Partido Social Democrata tem ainda um outro tema sob o título atualidade política. Faz favor.”

- **Francisco Robalo, Deputado:** “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente Sérgio Costa, eu gostava de dizer que não é por gritar às rádios com ameaças que vai condicionar a nossa ação política. Jamais admitiremos que ponha em causa a atividade do PSD enquanto partido da oposição. Os profissionais do bota-abaixo não somos nós, é o senhor o profissional do bota-abaixo. Foi o senhor que, enquanto Vereador já sem pelouros, Presidente da Concelhia do PSD, e, mais tarde, depois de sair do partido, continua na Câmara a fazer o bota-abaixo. O senhor está legitimamente e democraticamente eleito, está onde está graças à sua oposição e graças ao seu bota-abaixo. As regras são iguais para todos. À governação compete governar e governar bem, que é coisa que o senhor não faz. O senhor governa mal. E por isso à oposição compete fazer oposição. E a oposição deve ser feita com personalidade, a pensar nos superiores interesses da Guarda e da sua população, e não com palmadinhas nas suas costas. Uma oposição que se cala perante os erros da governação, nem é posição nem faz bem à democracia e muito menos será alternativa na qual a população possa votar. Volto a repetir o que lhe disse há uns meses. Vivemos em democracia. Não sou eu nem o senhor que ditamos as regras. É o povo que está a ver, é o povo que está a avaliar a sua governação e a nossa oposição, o mesmo povo que o elegeu a si e que nos elegeu a nós. As regras são iguais para todos. Se não aguenta o escrutínio e o debate democrático, se não aguenta a crítica, não pode andar na política. Mas o senhor não

mede as suas palavras. É que agora afirma que o PSD anda a perseguir a sua mulher. Senhor Presidente, foi o senhor que cometeu o erro político de nomear a sua Assessora, duplamente condenada numa sentença que não admite recurso. E isto é verdade. Foi o senhor que cometeu esse erro político de nomear júri e membro de outros procedimentos concursais e, em dois desses procedimentos, coincidem a sua mulher e a referida Assessora. Foi isso que nós denunciámos. Não fizemos perseguição a absolutamente ninguém. E digo-lhe mais, senhor Presidente. A sua mulher tem todas as condições para se candidatar. E eu espero e digo aqui de viva-voz que se candidate e que não desista de concurso nenhum, porque tem todo o direito de se candidatar. O que o senhor tem que fazer é retirar essa pessoa que é da sua confiança, que está duplamente condenada. Eu sei que o senhor pediu a nulidade da sentença, mas vamos esperar até ao término disso. Agora, o senhor tem é que retirar esta pessoa do júri enquanto ela for membro de procedimentos concursais. E, portanto, é disto que nós estamos a falar. A solução para este problema era simples. O senhor extrapolou. Veio dizer que há aqui perseguição. Nós denunciámos uma coisa óbvia, à luz e aos olhos de toda a gente. Era uma coisa que estava a acontecer e que nós denunciámos em momento oportuno. Portanto, nós não dissemos que alguém tem direito de se candidatar. O que nós dissemos é que o senhor tinha que tomar medidas. Disse, primeiro, que ia anular um concurso. Estamos a falar de oito concursos, pelo menos. Anular um não resolve absolutamente nada. Depois, veio dizer que a sua Assessora não fazia parte do júri de mais nenhum. É falso. Consultamos o site da Autarquia, lá está. É membro do júri de mais sete procedimentos. E, depois, no final, vem dizer que sua mulher vai desistir de todos os procedimentos, quando isso não é necessário. O que o senhor tem que fazer é mudar o júri. Ponto final.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Seguidamente, pela ordem de entrada, grupo municipal Pela Guarda, o caminho da Guarda e as obras que não se veem. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, novamente. Ou boa tarde para alguns. A minha intervenção vai ser de âmbito político e começo por uma frase forte, a Guarda é um oásis. Não são palavras minhas, não são palavras do mais fervoroso apoiante do PG. São de Ana Abrunhosa, Ministra da Coesão Territorial, no mês passado

e relativamente à cobertura de fibra ótica e conectividade móvel no concelho da Guarda, ambas acima dos 90%. Um investimento superior a 4 milhões de euros, que deve, certamente, deixar alguns desapontados, porque não é obra que se veja. E não é, de facto, obra que se veja, mas é uma medida fundamental para preparar a Guarda para o futuro, muito para além deste ou dos próximos ciclos eleitorais. Ter uma cobertura destas, coloca a Guarda à frente dos demais na digitalização, captação de pequenos negócios, captação de trabalho qualificado, captação de habitantes que trabalhem remotamente, e que já foi e bem falado hoje, atratividade turística. Enfim, encerra um mar de oportunidades. O que lhe pedimos agora, senhor Presidente, é que catapulte esta infraestrutura em prol dos habitantes e das empresas. Sabemos que será capaz. Apesar de não à velocidade da luz transmitida pela fibra ótica, o que é, aliás, humanamente impossível, este Executivo tem dado passos largos no caminho que regularmente analisamos nesta Assembleia. Um sinal disso mesmo é um dado objetivo, o valor das exportações internacionais por concelho é superior ao de Viseu, da Covilhã, Coimbra, Castelo Branco, ou Fundão. Este é um resultado das empresas que estão no nosso concelho, que fazem um trabalho extraordinário e que empregam milhares de cidadãos. Aqui, senhor Presidente, o caminho também é claro. Continuar a acarinhar e a dar condições para o crescimento dessas empresas e trabalhar, trabalhar muito para captar novas. Mas nem só de números, exportações e empresas vivem os guardenses. Por isso, é com satisfação que soubemos que a Guarda foi reconhecida como município com mérito social pela Associação Nacional de Gerontologia Social, tornando-se o primeiro município do distrito a receber esta distinção. A justificação é a seguinte: a autarquia guardense deu mostras de um conjunto de ações junto da população mais vulnerável e pelo apoio aos mais necessitados, às famílias e às instituições. Neste aspeto, esta Assembleia também tem responsabilidade. Aprovámos aqui o orçamento para 2023, em que um dos grandes vetores para 2023 era a vertente social, com o Plano Municipal de Emergência Social, orçamentado em 500 mil euros. Está a dar frutos. Mais uma obra que não se vê, que não se pode admirar ao passar de carro por uma rotunda, mas que se sente em muitos bolsos e em muitas famílias. Mas, de que vale ter bons resultados em exportações, apoiar os mais necessitados, se não protegemos o território? O grande desafio do século XXI são as alterações climáticas e, neste âmbito, a gestão da água assumiu uma preponderância enorme. Ainda, recentemente, o

município anunciou que os sistemas de rega vão ser inteligentes, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos. Pode parecer de somenos, mas é um campo em que a Guarda vai à frente e nos vai dar vantagens competitivas no futuro. Mais uma obra que não se vê, mas muito mais importante do que alguns tijolos no longo prazo. Voltando à cultura, tem sido tema frequente, já foi discutida hoje, e muito bem, porque é uma dimensão fundamental do ser humano, emancipadora, geradora de consciência, que nos faz mais livres, permite saber quem somos, de onde vivemos, para onde vamos. Há caminho feito. De forma eclética, do popular, com os Santos da Guarda, ao mais erudito, Guarda in Jazz, as comemorações do Centenário de Eduardo Lourenço, as muitas atividades promovidas pelo Museu e também o primeiro Salão do Livro da Guarda que irá começar daqui a dois dias. E quanto ao futuro, senhor Presidente? Há, senhor Presidente, três grandes opções que vão marcar este caminho, que são três pontos desta ordem do dia. A discussão da Carta Educativa, uma revolução na educação, que vem atrasada. A criação de uma empresa municipal para quatro grandes desafios, reabilitação urbana, revitalização do Centro Histórico, implementação de estratégia local de habitação, revitalização da Serra da Estrela e gestão de área empresarial. Temas que são muitas vezes discutidos aqui, muitas vezes acaloradamente, e bem, novamente, e aqui recebem uma proposta concreta, estudada, trabalhada. Finalmente, a constituição dos serviços intermunicipalizados para a gestão da água, tema muito importante, como já referi anteriormente. Posto isto, vou terminar, salientando apenas que muitas obras, na pólis do século XXI, não são visíveis, mas causam muito impacto. Os passos que foram dados mostram isso mesmo, mas os do futuro falarão mais alto. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dava agora a palavra à Senhora Deputada do CDS-PP. Título, Centro Histórico.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Bom dia a todos outra vez, novamente. Penso que se tivesse que escolher algum eixo de importância em relação ao município, seria sempre o Centro Histórico. E é nesse sentido que faço, então, esta minha intervenção. O Centro Histórico de uma cidade é de extrema importância, por várias razões. É um testemunho da preservação da história e da cultura e, como tal, ajuda a preservar a identidade de uma comunidade. É também um importante destino turístico para quem

vem de fora. A preservação do Centro Histórico requer esforços contínuos de conservação, restauração e planeamento urbano. É necessário equilibrar a proteção do património histórico com as necessidades modernas da comunidade, garantindo que estas áreas permaneçam vivas e relevantes. Não é isto que se passa na Guarda. Ou que ainda, quero acreditar, não se passa na Guarda. O Centro Histórico deve ser o coração económico da cidade, que deve ter um papel fundamental na vida urbana e no desenvolvimento sustentável. O centro da cidade pode e deve contribuir para a vitalidade, promovendo interações sociais e oportunidades de negócio. Na Guarda e no Centro Histórico, o comércio tradicional vai morrendo. É preciso trazer as pessoas ao centro. Será por isso importante concentrar aqui diferentes tipos de serviços (e por que não localizar, por exemplo, a loja do cidadão na antiga Câmara Municipal?) e diferentes atividades. Por exemplo, já apresentei, nesta Assembleia, a ideia de um Museu em relação à Carolina Beatriz Ângelo. Por que não trazer um Museu ou, por exemplo, falamos no centenário de Eduardo Lourenço, uma Casa das Artes para a Praça Velha? É necessário trazer as pessoas, não só as pessoas que vêm de fora, mas também os guardenses. Na formação, por exemplo, de uma Casa das Artes na Praça Velha, as pessoas têm que ir à Praça Velha, têm que ir ao Centro Histórico que está numa situação muito problemática. Tarda a requalificação dos edifícios da Praça Velha, e não só, que são propriedade da Câmara. O centro da cidade precisa de uma intervenção de fundo requalificadora. É urgente olhar para o eixo central da cidade (e aqui incluo também a Rua Francisco dos Prazeres, a Rua Manuel de Arriaga, a Rua Batalha Reis e até a Rua 31 de Janeiro) e requalificar. Será ainda fundamental manter restaurantes e monumentos abertos, limpos e iluminados, mesmo aos fins de semana. Olhe-se para a Torre dos Ferreiros, por exemplo. A vitalidade e recuperação do Centro Histórico não pode deixar de ser uma prioridade. A ideia da cidade banal expressa por Unamuno quando a visitou, é uma marca que a Guarda foi abandonando, sendo difícil que hoje não conste de mapas de cidades aconselhadas a visitar. Também na Guarda o futuro se constrói e tem bons fundamentos. É preciso, no entanto, melhorar o que há para oferecer, por exemplo, a quem nos visita e também aos próprios guardenses.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado pela sua intervenção. Dava a palavra ao senhor Deputado do Bloco de Esquerda. Faça favor.” -----

- **Marco Loureiro, Deputado (BE):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Agora mais oficial, tendo em conta o tempo, cumprimentar todos os membros do Executivo e restantes Vereadores, Deputados e Deputadas, Público presente, Funcionários, Comunicação Social e a todos aqueles e aquelas que nos acompanham, via online, lá em casa. Há cerca de dois meses atrás, o senhor Presidente da Câmara afirmou que até 2030 a autarquia queria projetar a Guarda como a Cidade Europeia do Desporto. Ainda temos na memória o sabor amargo da candidatura Guarda Capital Europeia da Cultura, 2027. A ver se, no que toca ao desporto, o sabor é tão doce como bolo típico D. Sancho. Com isto, perguntar, senhor Presidente, qual o plano/infraestruturas previstas a serem criadas até 2023? Recuando onze anos, agora, atrás, e já vão perceber o porquê deste recuo, porque foi algo que passou, um pouco, não houve direito a grandes foguetes. Depois, outros, apanharam as canas. Mas, entretanto, eu vou fazer questão de frisar esta temática que tanto andou, durante anos, a ser debatida na Guarda. E agora, com os Passadiços, tão importante será. Em janeiro de 2012, a Pousada da Juventude da Guarda fechava as portas, por ordem da governação PSD e CDS-PP, melhor dizendo, Passos Coelho e Paulo Portas. Não foi a Troika. Foi um dos estabelecimentos que encerrou devido à falta de condições dos edifícios, juntamente com as Pousadas de Vila Real, Leiria, Portalegre e Setúbal. Agora, onze anos depois do seu encerramento, mais concretamente no passado dia 19 de maio, reabriu. Vejam bem. Graças a uma intervenção de reabilitação no valor total de 90 mil euros. Repito, 90 mil euros. Era isto que estava em causa durante onze anos. Para refletir e facilmente concluir o quanto gozam com os guardenses e seus impostos, o restauro da futura locomotiva que vai ser instalada na rotunda junto ao parque urbano do Rio Diz, vai custar 74 mil e 500 euros, mais IVA. Ou seja, 91 mil 635 euros. Vejam bem. Cobria completamente a Pousada, nestes últimos anos, desde que fechou. Vejam bem. Vejam as prioridades políticas tomadas até hoje. Se isto não é uma afronta aos guardenses, não sei o que será. Durante onze anos, vimos encerrado um importante equipamento para a promoção e garantia da coesão territorial e da igualdade de acesso à mobilidade e ao turismo juvenil, que tanto hoje nos vai ser tão importante para com aqueles milhares de visitantes que têm acompanhado, e muito bem, a nossa cidade, nomeadamente, não só os passadiços, mas toda a sua envolvência e todas as freguesias.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem 40 segundos” -----

- **Marco Loureiro, Deputado (BE):** “Muito obrigado. Todos os envolvidos neste triste processo, deviam ser proibidos de exercer cargos públicos. Envergonham o povo que os elege. Voltando ao senhor Presidente da Câmara, bem sei que muitos dirão que ainda é cedo para pedir o cumprimento de promessas políticas, mas perguntar não ofende. Aqui vai: para quando as onze novas áreas de localização empresarial no mundo rural? Para quando a requalificação do estádio municipal e o respetivo pavilhão desportivo; o famoso Parque Tecnológico e Incubadora de Empresas; a redução de 50% das taxas de licenciamento urbanístico; o Centro de Investigação Nacional de Envelhecimento; mais parques urbanos; o Gabinete de Apoio às Freguesias; a reflorestação do concelho; a requalificação das ruas da cidade; a nova Praça da Liberdade junto ao TMG; a mata municipal, o parque biológico da Maunça; a variante da Sequeira, que já tinha sido aqui extremamente debatido; a variante dos 5 F’s concluído em dois anos? Bem sei que não se pode ter tudo, mas pior é ainda não se ter começado praticamente nada. Os guardenses esperavam mais, muito mais. Disso, não tenho dúvida, senhor Presidente. Termina, apenas com esta última situação que eu acho que tem que ser esclarecida, de uma vez por todas. Ouve-se e fala-se sobre o fecho da Escola de São Miguel. Sem grandes rodeios, senhor Presidente, confirma, hoje, perante esta Assembleia, o fecho da mesma? Espero uma resposta concreta. Todos aqueles que o elegeram também assim esperam. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Temos agora o Partido Socialista. Senhor Deputado, gestão autárquica?” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, todos os que estão presentes aqui. Chegou até nós, uma denuncia feita ao senhor Presidente da Câmara da Guarda, aos restantes Vereadores e à Procuradora do Animal, por um ex-tratador do CRO - Canil/Gatil deste município, sobre maus tratos que alegadamente têm vindo a ser infligidos aos cães e gatos recolhidos. Foi no final do seu POC, em novembro passado, que este ex-tratador foi falar com a senhora Vereadora, Dra. Diana Monteiro, para lhe relatar o que tinha testemunhado. A senhora Vereadora, dizendo-se chocada, ou pelo menos deu isso a entender, convocou de imediato uma reunião mais alargada. Podemos, então, concluir que o Executivo está ao corrente das

ilegalidades que têm tido lugar, pelo menos desde novembro passado. Mas, como passados sete meses, constou ao ex-tratador que nada tinha mudado, pôs por escrito a denúncia agora em questão. Passo a mostrar algumas das imagens (que vou já dizer que são chocantes, mas são muito poucas) que foram apresentadas à senhora Vereadora. As restantes constam do link do relato que está carregado na plataforma. Portanto, o link dá acesso a todas as outras imagens. (...) Estas imagens são do Canil/Gatil, neste caso do gatil e é aquele espaço que têm para viver. (...)” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, eu chamo à atenção, permite-me, porque o PS ainda tem uma outra intervenção. Se esgotam o tempo, depois não há mais intervenções. É só para chamar à atenção. Giram o tempo como entenderem, é óbvio.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “(...) Portanto, estão aqui só umas imagens de um gato dentro de um ninho, mas, como veem, está um gato bom e um gato todo esventrado. A imagem seguinte, passo-a rapidamente, porque é a imagem da ferida. (...) Vou mostrar mais uma. (...) Este aqui também teria som e era para mostrar a ferida que um cão que entra no canil e que devia ter sido abatido ou tratado, estava todo esventrado também. E, finalmente, vou tentar passar este último. (...) O que justifica esta situação no canil da Guarda? O veterinário não dá sedação aos cães, antes do abate, porque gosta que os animais sofram? Eu não mostrei essa, é uma imagem de um cão que está ligado a um laço de metal e é assim que o senhor veterinário vai abater os cães. Portanto, não lhes dá sedação. O cão é agarrado, depois um tratador salta-lhe em cima, e depois o senhor veterinário, com uma seringa, vai tentando encontrar o coração diretamente, sem haver sedação prévia, até o cão morrer, obviamente. Portanto, peço desculpa desta história, tem a ver com o som. Portanto, o veterinário não dá sedação aos cães, antes do abate, porque gosta que os animais sofram? Porque está com pressa para ir para os muitos outros afazeres que talvez tenha e não tem tempo para esperar que um sedativo faça efeito? Ou será porque não conhece o código...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, esgotou o tempo do Partido Socialista.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Deontológico da Ordem dos Veterinários? Ou será porque o Executivo da Câmara Municipal...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, não sei se me ouviu, mas esgotou o tempo do Partido Socialista. Muito obrigado.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Ouvi, ouvi. Estou a terminar, obrigada. Ou será porque o Executivo da Câmara não providencia para que haja sedativos em armazém, nem medicamentos? Será que estas ilegalidades, que configuram maus-tratos a animais, acontecem porque o Executivo da Câmara não sabe gerir um Centro de Recolha Oficial? Nem se empenha devidamente em fiscalizar essa gestão e o horário do veterinário? Será porque não existem orientações para a contratação de tratadores com o perfil adequado? Será porque não providencia para a sua formação antes de iniciarem funções e confia antes em quem já lá está para ensinar e reproduzir os vícios que são a sua prática do dia a dia? Será que não foi ver como funcionam outros canis de boa reputação no país? Mas, falemos do futuro, muito rapidamente. Que planos tem este Executivo...”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, eu peço-lhe imensa desculpa...” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Eu tenho que chamar à atenção só de um assunto...” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas eu peço-lhe imensa desculpa. O Bloco de Esquerda ultrapassou em cinquenta e três segundos. A senhora Deputada já vai em cinquenta e nove e eu vou ter que lhe retirar a palavra. É tão simples quanto isto.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Eu vou só chamar à atenção...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Diga, diga. Pronto. Tudo bem. Mais um minuto, senhora Deputada?” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Sim. Mas falemos do futuro. Que planos tem este Executivo para transformar o Canil/Gatil num centro de boas práticas? No seguimento da presente denúncia, diz-se que mandou instaurar um inquérito, mas, seis, sete meses decorridos, ainda não transparecem resultados. Para quando a contratação prevista de um novo veterinário? Para quando a alteração do mapa de pessoal, de modo a acrescentar a contratação de um enfermeiro ou enfermeira veterinária? Sabemos que

planeia um novo gatil, mas sabemos também que este projeto não tem espaço adequado a felinos, nem simulação na natureza. Terá paredes de vidro, por onde irá entrar mais frio no inverno e um calor asfixiante no verão. Espera o Executivo, então, para breve, mais uma denúncia ao Ministério Público ou por mais maus tratos a gatos? Para terminar, recomendamos aos responsáveis que repensem o funcionamento do CRO – Canil/Gatil. Façam dele um lugar onde quem lá trabalha goste de animais, um lugar que se possa visitar de manhã e de tarde, durante toda a semana, um lugar onde se cumpra a legalidade e haja transparência. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Neste período não há discussões, é só apresentação. Lamento, haveria, ainda, um tema do Partido Socialista sobre o centenário da morte de Eduardo Lourenço. Mas como a Mesa tem que tratar todos por igual, o tempo está esgotado. Interrompemos para almoço e sugeria, permitia sugestões... Só se for muito rápido, senhor Deputado. Faz favor. Senhor Deputado, peço só um bocadinho. Só para dizer que não vamos ainda almoçar porque o senhor Presidente da Câmara pediu a palavra ainda. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Eu tinha uma intervenção feita, um texto sobre o centenário do nascimento de Eduardo Lourenço. Faria todo o sentido ser nesta Assembleia, porque, no passado dia 3, deram-se início às comemorações do centenário de Eduardo Lourenço. Não é possível. Lamento imenso que esta Assembleia não se associe e não faça essa homenagem merecida a alguém a quem tanto deu à Guarda. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado. Se se me permite, só uma pequena nota. É evidente que eu creio que todos os que estamos aqui na sala lamentamos a situação. Só que compete às forças partidárias gerir o tempo. Sabem qual é o tempo, vão acompanhando, têm que gerir o tempo. Não pode é a Mesa atribuir cinco a um e nada a outro. Isso, aí, não contem com a Mesa para isso. Tentamos harmonizar isto, mas, mais que isso, creio que é impossível. Diga, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Eu percebo-vos. Eu percebo-vos e, realmente, dou-vos toda a razão. Têm toda a razão. Mas dizer que estamos a falar sobre Eduardo

Lourenço, sobre o centenário de Eduardo Lourenço. Eu pedia, não sei se é possível, senhor Presidente, não sei se o partido CHEGA tem ou não tem tempo disponível para falar sobre Eduardo Lourenço, Ok? Não sei se tem ou não tem. Não tendo, tudo bem. É para falar sobre Eduardo Lourenço, não é para fazer política. Não tem nada a ver. É só sobre isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa, mas, se a Mesa interpreta o Regimento, neste ponto não há cedência de tempo. Não se inscreveram. Senhor Presidente da Câmara, utilizando o seu tempo... Não pode haver cedências... senhor Deputado Virgílio Bento, quanto tempo pensa que ocupa na sua intervenção? Como? Pronto. A título excepcional, dado estar em causa a figura de Eduardo Lourenço, mas com duas condições. Se esta excepcionalidade for mesmo excepcional para hoje e se a Câmara não se opuser, obviamente. Câmara, Assembleia. De vez em quando utilizo Câmara. Concordam? Não, se houver alguém que vote contra, oponha-se. Eu percebo. Eu percebo. Por isso é que eu disse que é excepcional, excepcionalíssimo e não é para se repetir. Para a próxima, giram o tempo como deve ser.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, esta intervenção só se justifica neste momento, atendendo ao que estamos a viver. E eu tive o cuidado ontem de escrever um texto, que vou tentar cortar algumas partes. E, se me desse autorização, começava a ler. Este pequeno texto pretende ser uma homenagem desta Assembleia Municipal, por ocasião do centenário do seu nascimento, a um cidadão de S. Pedro de Rio Seco, da Guarda e do Mundo. Mas é também um momento para recordar as vivências, os afetos, os risos, as marcas que deixou na sua cidade, o seu Centro de Estudos Ibéricos e a sua Biblioteca Municipal. Iniciaram-se, no passado dia 23 de maio, as comemorações do centenário do nascimento de Eduardo Lourenço, na sua aldeia natal, tão pobre que até o rio é seco, e na sua capital, como se referia afetuosamente à Guarda, organizadas pelo Centro de Estudos Ibéricos, Câmara Municipal de Guarda e Câmara Municipal de Almeida. É neste pequeno mundo que se encontram as origens deste navegador por ruas estrangeiras. Numa lúcida reflexão identitária refere que «viver com tanta paixão o elo que os liga à pátria - ou melhor, à terra, no sentido arcaico do termo - do que os portugueses, é difícil, porque essa paixão é o nome da sua identidade». No começo da sua errância, Eduardo Lourenço sai do seu mundo aldeão e

vem para a sua capital de distrito que foi, diz ele, «a cidade, como Roma era a Urbe para o cidadão romano». A Guarda, a Penalva evocada por Vergílio Ferreira na sua “Estrela Polar”, causou ao pensador maior surpresa que qualquer outra cidade por onde iria passar. Na Guarda, deu-se a passagem da comunidade para a sociedade, o encontro com os outros, apesar de ser uma realidade espectral «onde ninguém nos conhece», diz, «somos espectros de nós mesmos». Por ocasião das comemorações do Oitavo Centenário, no dia 27 de Novembro de 1999, Eduardo Lourenço foi convidado a refletir sobre o nosso passado e nos ajudar a projetar o futuro. No elogio à Guarda, a que deu o título “Oito Séculos de Altiiva Solidão”, refletiu sobre a interioridade da Guarda que considera ser, diz ele, «mais filha da história do que da geografia», uma vez que a Beira só é interior, e diz novamente, depois que «Portugal se define por um mar que hoje não fica longe para ninguém, mas então era como um outro planeta». À Guarda, não interior, mas coração de Portugal, o pensador lançou o repto da criação, na senda de Oliveira Martins, de qualquer coisa como um “Instituto da Civilização Ibérica”, que tivesse por função pensar a jangada de pedra, utilizando a metáfora de José Saramago, que dos Pirenéus se desloca para o Atlântico, para que nós soubéssemos quem somos e onde estamos. A este desafio, a Câmara Municipal não podia ficar indiferente e, juntamente com duas das mais antigas universidades da Europa, constituíram o Centro de Estudos Ibéricos. Mais tarde, ele iria reconhecer insólito este acontecimento, pois, talvez pela primeira vez, um pensamento, uma ideia sua se tornava realidade. Comentava muitas vezes, quando se referia ao Centro de Estudos Ibéricos, que dizia muitas coisas, mas nunca ninguém lhe ligava. Logo na sua Capital o haviam de levar a sério. Tal como a criatura está ligada ao criador, também Eduardo Lourenço está ligado indelevelmente ao CEI. Talvez por isso, este ilustre cidadão do mundo se revê nas palavras escritas no início do “Labirinto da Saudade”, quando afirma «Não queremos deixar perdido aquilo que nos foi valioso. É uma espécie de contínua ressurreição da vida». Mas foi o Centro de Estudos Ibéricos que fez o pensador regressar aos espaços míticos do seu próprio imaginário. Não tivesse existido o repto, e talvez ele tardasse a voltar. Sempre que regressava à sua aldeia e à sua capital, revisitava as paisagens, os sons e os rumores invisíveis das falas da lembrança, onde o passado se torna presente. Aí ele redescobria o seu pequeno grande mundo e cumpria a ansiada peregrinação silenciosa para, como

Machado de Assis, atar as duas pontas da vida - a do nascimento e a do crepúsculo - num só nó.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, pedia-lhe celeridade, está bem?” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Já estou a acabar. No dia 18 de maio de 2001, por ocasião do ato de assinatura do Centro de Estudos Ibéricos, a então Presidente da Câmara pediu-lhe este especial favor, o de aceitar que o seu nome fosse dado à Biblioteca Municipal. Foi por se reconhecer, diz «atento aos outros e distraído de mim» que Eduardo Lourenço aceitou ao convite «digo que sim, porque tenho vergonha de negar» dizia ele, embora se confessasse «surpreendido, quase aterrado» ou «mesmo encostado a uma parede para ser fuzilado com uma honraria». Com a humildade própria dos grandes pensadores, Eduardo Lourenço considera este gesto «injustificado, inadequado, não me reconheço nenhum valor especial para que uma honra dessa natureza me tenha sido concedida». Mas o seu nome ficará ligado à Biblioteca também por outras razões. Será a sua “oikos”, a última viagem dos seus livros, onde, ao serem disponibilizados na nova biblioteca, ganharão «uma outra vida, uma memória futura». Foi a sua esposa, Annie, aquando da doença do seu marido em abril de 2002, que me confiava, durante a viagem do Aeroporto da Portela para o Hospital da Universidade de Coimbra, que «o Eduardo queria doar os livros à Biblioteca da Guarda». Esta inconfidência foi mais tarde confirmada pelo próprio Eduardo Lourenço, insistindo que tínhamos que ir a Vence buscar os livros. Em abril de 2007, deu entrada na Biblioteca Municipal o acervo de três mil obras do seu espólio. Foi no dia 23 de maio de 2008, por ocasião do seu octogésimo quinto aniversário, que é formalizada a doação do espólio, comprometendo-se a Câmara a cuidar desse espólio e instalar o Fundo Documental. Esta doação do espólio, considera o pensador como leitor compulsivo, é o cúmulo do narcisismo, pois, diz ele «estou a oferecer os livros dos meus amores, dos meus estudos, das minhas paixões». Mais do que oferecer livros, diz ele «estou dizendo adeus a mim mesmo e preparando o mais confortável dos túmulos que é o de saber que assim continuarei entre gente que teve alguma consideração por aquilo que eu sou, e que escrevi». Os livros assumem assim uma dimensão que transcende a realidade do dito e do escrito, transfigurando a palavra, e sendo a expressão da melancolia e da felicidade,

da tristeza e da alegria. O leitor, este «anjo expulso do verde paraíso dos amores infantis», terá a tarefa de desocultar o invisível da palavra, ler o não escrito, dizer o não dito. Todos nos sentiremos, na opinião de Jorge Luís Borges, «proprietários deste tesouro intacto e secreto». Muito obrigado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Senhores Deputados. Só, não ficaria bem comigo próprio, nem com a com a minha bancada, dizer que esta intervenção foi importante e é muito importante e realça um tema necessário e que todos devemos homenagear aqui, mas eu fiz sinal de um ponto de ordem à Mesa porque, se havia vozes discordantes na atribuição do tempo adicional, devia ter sido votado. Era só dar nota desse meu desagrado agora, por esta ação da Mesa. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Vamos interromper para almoço. Quer falar ainda? Então, faça favor, tem tempo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Tentarei ser breve, telegráfico, apesar da hora. Bom, sobre o aqui referido neste ponto 2.1, do há pouco falado Porto Seco, devo aqui recordar que o Porto Seco da Guarda começou verdadeiramente a ser falado, precisamente nesta casa, por volta do ano 2015, 2016, nas Conferências da Guarda. Foi aí que começou a ser falado o Porto Seco, com alguns especialistas na matéria, com alguns empresários do setor a nível nacional. E à época, depois, essa conferência até teve a honra do encerramento do senhor Presidente da República. E, portanto, foi aí que se começou a falar da necessidade, da importância do Porto Seco da Guarda. Senhor Deputado, quando nós chegamos à governação, em outubro de 2021, o que estava em cima da mesa, eu já o disse aqui e vou voltar a repetir, porque um Presidente da Câmara está obrigado a dizer a verdade. Quando nós chegámos, o que estava em cima da mesa era fazer o Porto Seco, com a sua ampliação, paredes meias com as casas do Bairro Nossa Senhora de Fátima. Era isto que estava previsto. Há documentos escritos sobre essa matéria. Depois de um intenso processo comercial, aquilo que nós dissemos à APDL e ao Governo, aliás, e todos acabaram por concordar e é esse caminho está a ser feito, é que o Porto Seco começará ali no terminal rodoferroviário, (onde, sob o ponto de vista legal, já pode funcionar) de uma forma provisória, sem qualquer ampliação para as casas adjacentes. Isso é ponto de honra do Município e já o é também da APDL e da própria Tutela Governamental. Mas, senhor

Deputado, nós temos que aproveitar para iniciar já a operação do Porto Seco. Só para ter ideia, se nós tivéssemos, já hoje, um qualquer terreno disponível, hoje, um terreno qualquer com uma área considerável, daqui a seis ou sete anos nós teríamos o Porto Seco a funcionar. Estudos de impacto ambiental, avaliação ambiental estratégica, projetos de execução, concursos de obra, a execução da obra, os tribunais de contas, seis, sete anos, passam rapidamente. E nós veríamos, como alguém já aqui disse hoje, noutra contexto menos feliz, a ver os comboios a passar. E por isso é importante que, no imediato... e quem diz isto também, muito mais do que o Presidente da Câmara, são os empresários do setor. É importante que imediatamente comece a funcionar o Porto Seco. E se, ao fim de algum tempo, o Porto Seco já estiver a abarrotar pelas costuras, permitam-me a expressão mais brejeira, será um bom problema, porque rapidamente vai ter que se encontrar, então, outra solução. É isso que vai ter que efetivamente acontecer. É isso que nós estamos a discutir e a dialogar com APDL para que, no âmbito da revisão do PDM que está em curso, fique já consagrado qualquer espaço que eles pretendam para esse fim. -----

Falava-se, há pouco, uma vez mais... bom, isto tem a ver com aprendizes de políticos. Vimos por aí espalhado, algures na comunicação social, fizeram-me chegar esta informação. Aqui d'El Rei que, num qualquer concurso, estava presente (isto está escrito, para que não venham dizer que isto é mentira ou que deixa de ser verdade), que num determinado concurso, que lá estava a mulher do Presidente da Câmara e o sobrinho. Pobre sobrinho da minha mulher que tem 9 anos e que já vai ter que concorrer para a Câmara da Guarda. Infelizmente, é isto que temos. São os ataques pessoais mesquinhos, perseguição pessoal que, infelizmente, continua a acontecer. Bom, vale o que vale e temos é que seguir em frente e continuar a governar, e bem, para que a Guarda possa almejar ter um futuro próspero. -----

Senhora Deputada, sobre aquilo que há pouco mostrou, decorre um processo de inquérito interno e eu, enquanto Presidente da Câmara, e as senhoras Vereadoras, não tecerão um único comentário quando existe um processo de inquérito a decorrer. Quando houver as conclusões, aí será encaminhado para a instância respetiva. -----

Senhor Deputado José Rodrigues, o caminho das obras que ainda não se veem. Bem-haja pela sua intervenção, porque há aquelas profecias da desgraça, mas é bom

recordar e é bom falar sobre o caminho que se vai fazendo. O tal trabalho da formiga e que depois o trabalho vai aparecendo aos poucos. Muito mais do que as obras. Outro tipo de intervenções, outro tipo de iniciativas que, de facto, causam um verdadeiro impacto no desenvolvimento futuro da nossa terra. A fibra ótica, permita-me dizer-lhe que não são 90%, são 95%. E não é da população, é das casas do nosso território. 95% dos fogos do nosso território, do nosso concelho, já tem cobertura de fibra ótica à porta. E aguarda-se que, a todo momento, palavras do Senhor Presidente da ANACOM, que esteve aqui na Guarda, como bem sabem, numa conferência sobre esta matéria, juntamente com a senhora Ministra Ana Abrunhosa, que muito agradecemos a sua presença e as suas palavras que teceu sobre o oásis da Guarda, o oásis do interior ao nível da fibra ótica. De facto, parece que esse concurso, para cerca de cinco freguesias, sensivelmente, possa sair rapidamente para acabar com as zonas brancas em termos de fibra ótica. E, por isso, a Guarda é pioneira muito mais do que na região. É pioneira, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, é pioneira mesmo, a nível nacional, na cobertura de fibra ótica, nos seus fogos habitacionais. Qualquer nómada digital que se preze, terá a Guarda, efetivamente, como um grande farol para aqui se instalar, porque em 95% das casas do nosso concelho está lá a fibra ótica e é essa a exigência fundamental de qualquer nómada digital. -----

Mas devemos falar também sobre a parceria que a Câmara da Guarda lidera. Convém falar também, é bom falar sobre isto. A parceria que o Município da Guarda lidera, dos seis Municípios do Parque Natural da Serra da Estrela, para o Plano de Avaliação dos Recursos Hídricos. É mesmo a primeira vez que os Municípios do Parque Natural da Serra da Estrela se juntam pelo mesmo objetivo. O objetivo para o estudo do abastecimento da água para consumo humano, para o regadio e para a produção de energia. Este é o desafio. Não é dos próximos meses, nem próximos anos. É das próximas décadas. E temos que começar já a fazer este planeamento. -----

E o que dizer de um acordo do contrato intermunicipal? A famosa estrada verde? Eu cheguei à Guarda há trinta anos, honrosamente. Há quase trinta anos que já ouço falar na estrada verde. Pela razão A ou pela razão B nunca se conseguiu executar. Mas, pela primeira vez, existe um acordo entre três Municípios, a saber, Guarda, Celorico da Beira e Gouveia para se poder fazer o projeto. É o Município da Guarda que está a liderar.

Estamos a tratar de fazer esse projeto de execução para a pavimentação daquele caminho florestal, com os perfis certos e adequados, devidamente licenciados pelas instâncias do ordenamento do território, para que nós possamos almejar, no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, que esse caminho pavimentado, essa estrada verde possa ser uma realidade nos próximos anos. -----

Mas para quem está atento às atas da reunião de Câmara, também lá está que foi aprovado, e vamos pagar agora rapidamente, o protocolo com a EnsiGuarda. Vejam só, uma candidatura do PRR para a criação de um novo centro tecnológico. É o tal trabalho da formiga que nós vamos fazendo, mas que o trabalho vai aparecendo. -----

E o que dizer em relação ao galardão de Município Amigo da Juventude? E o Município com Mérito Social que também já referiu o senhor Deputado? É o primeiro da região, mas é o quinto do país, veja só. É a importância da Guarda. E aquilo que nós pedimos é que falem sempre bem destas boas iniciativas da Guarda. É aquilo que vos peço, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, falemos todos bem da Guarda lá fora. É isso que vos pedimos, e não andemos sempre a dizer, como alguns gostam de dizer, que na Guarda é tudo mau e na Guarda nada se passa. De facto, é lamentável que haja essas atitudes. Mas eu peço que façam um ato de contrição. Falem sempre bem da Guarda em todos os cantos do nosso território. -----

Mas dizer também o apoio que só nos últimos meses nós atribuímos às associações culturais, às desportivas, às juvenis (pela primeira vez, vejam só, em dez anos ou onze anos), às associações de criadores de animais, às agrícolas, às associações de bem-estar animal. Vejam só, 700 mil euros, em duas tranches, que nós começámos a entregar nos últimos meses. -----

E o apoio às criações culturais locais? Que grande projeto esse. Agradeço muito ao seu criador e, naturalmente, aos funcionários da Câmara que o ajudaram. O Beat na Montanha. Não sei se alguns lá foram. Alguns dos que aqui estão foram lá. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo, que belo espetáculo, que excelente criação local. Que grande espetáculo de cultura, senhor Presidente de Junta de Freguesia, fosse no TMG ou em Gonçalo, onde vocês assistiram também no passado fim

de semana. Uma perfeita articulação com o Centro Escolar de Gonçalo, com a Aldeia de Crianças SOS, enfim, com a Câmara Municipal, com o TMG. De facto, é esse o caminho do apoio à criação local, tal como nós estamos a apoiar os grupos de teatro do concelho para as suas criações e outras coletividades do nosso concelho e da nossa cidade que nós apoiamos para essa tal criação local, tal como novos projetos musicais que podem surgir no futuro. É este o caminho verdadeiro do apoio à cultura. E, às vezes, a maior parte das vezes, não é preciso gastar muito dinheiro em grandes megalomanias para se fazer muita cultura. Parece que ficou enraizado na sociedade guardense que, quanto mais se gasta, melhor cultura temos. Nada mais errado. O passado diz-nos perfeitamente isso. Vejam só, o dinheiro que se gastou na candidatura da Capital Europeia da Cultura dava para fazer quase sete eventos dos Santos Populares na Guarda. Sete. Ou a caminho dos sete, vejam só. Até porque as contas não estão ainda fechadas. Ainda continuamos com pareceres jurídicos e a responder a fornecedores que continuam a reivindicar as contas que não estão pagas. É bom que nós saibamos onde é que está o patamar da despesa nesta área. Há pouco já falei nos Santos Populares, agradecer, uma vez mais, a todos quando se envolveram, aos bairros, às associações, aos moradores, aos funcionários da Câmara, de facto, por este trabalho árduo, esforço, dedicação e profissionalismo. -----

E mais uma coisa que estava na ata da reunião de Câmara e tão importante que é, muito para além do concelho da Guarda, de toda a região, de toda a diocese. O apoio para a reconstrução de um órgão da Sé. Nós aprovámos um protocolo. Aprovámos um apoio, já o pagámos. Cerca de 140 mil euros nesse protocolo entre a Câmara Municipal, entre a Direção Regional de Cultura do Centro e entre a Diocese da Guarda. Então, isto não é cultura? Não é aposta na cultura? Não é investimento na cultura? E, vejam só, para que se possa transformar, cada vez mais, num grande local de visitação, a nossa Sé Catedral. Como bem sabem, é a única Sé Catedral do país que não tem um órgão. E, portanto, é este caminho de centenas de anos que muitos percorreram e que, infelizmente, até agora não foi possível, mas, certamente, nos próximos meses, será também uma realidade. -----

Já aqui falei nos cerca de cinquenta trabalhadores que já estão no espaço tecnológico do Município, no Centro Histórico, mas estão mais setenta noutra espaço do Município.

Ou seja, cento e vinte trabalhadores oriundos da região, do país e do mundo. Aliás, nós vimos, do Egito, de Marrocos, que estão a trabalhar nestas empresas ditas tecnológicas. Alguns deles, nómadas digitais. E tão importante que é continuarmos a atrair essa boa gente, vendendo a boa saúde, o bem-estar e a qualidade de vida que o Município da Guarda tem e este apoio que nós damos para que essas empresas se possam aqui fixar. E, vejam só, a maior parte delas captadas no espaço do último ano. De facto, meu caro Deputado José Rodrigues, o caminho faz-se caminhando e são aquelas obras que não se veem, como bem referiu. -----

Então, e o que dizer da J3LP, com as dezenas de postos de trabalho que já tem na empresa que abriu nos últimos meses, no início do ano, no Parque Industrial? Com mão de obra mais indiferenciada ou com outra mão de obra mais qualificada, no caso concreto, da gestão. E continua a querer crescer para ter cento e cinquenta postos de trabalho nos próximos 2 a 3 anos. E os novos projetos em preparação para a Plataforma Logística, que estão também na calha? Nós já falamos aqui, diversas vezes, sobre isso. E o novo parque empresarial da Quinta Nova, na Guarda Gare? Onde a Câmara Municipal não colocou um único cêntimo. É este o caminho, meu caro Deputado José Rodrigues, das obras que não se veem, mas que, como é uma coisa bem feita, como é uma coisa boa que o Executivo fez, não interessa, a alguns, falarem sobre ela. -----

Mas devemos continuar com o projeto em curso da rede de Museus do concelho, os Museus da cidade que existam e que passem a existir, os Museus das nossas freguesias. Essa rede já está a funcionar, paulatinamente está a funcionar. A rota dos miradouros, que está em estudo. O retomar da rota dos trilhos do Noeme, que foram abandonados há cerca de 3, 4 anos. Recordam-se? Muitos Deputados e muitos Presidentes de Junta de Freguesia recordam-se disso. É importante retomar. Nós esperamos que, durante os próximos meses, possamos estabilizar as intervenções nos Passadiços do Mondego, para que, depois, nos possamos dedicar à rota dos trilhos do Noeme. É também ela muito importante, não só para toda a zona nascente, aqueles cerca de 30 quilómetros daquelas freguesias, mas também como uma oferta adicional, sob o ponto de vista do turismo de natureza, no nosso concelho. -----

Meu caro Deputado José Rodrigues, já aí falou sobre o facto de a Guarda ser a terceira cidade que mais exporta na região centro. Um grande agradecimento, naturalmente,

aos empresários da nossa cidade. Que continuem a investir e o Município da Guarda sempre a dar as condições necessárias para que seja possível continuarem a fazer aqui os seus investimentos e fazer o seu aumento. -----

Mas devo falar também sobre outras intervenções que nós fizemos. Dos incêndios de 2022, há pouco já falámos dos apoios do setor agrícola, dos apoios mais precários, digamos assim. E os procedimentos, os projetos que o Município teve que fazer? Vejam só. Procedimentos em curso ou já lançados com respetivo projeto, cerca de 3 milhões de euros. As tais intervenções do protocolo estabelecido com a Agência Portuguesa do Ambiente e com o ICNF, financiado pelo Fundo Ambiental. 3 milhões de euros. Pois é, ou não se vê ou alguns não querem ver, senhor Deputado. Mas, continuando, as infraestruturas danificadas. As infraestruturas danificadas pelos incêndios, já lançámos cerca de 3 milhões de euros em infraestruturas Municipais danificadas. Seja condutas de água, seja sinalização rodoviária, seja pavimentos. Foi esse esforço sobre-humano que foi feito também pelos nossos técnicos, que estamos muito gratos. E não vamos ficar por aqui. É que estes 3 milhões de euros não chegarão para fazer face a todas as necessidades e, portanto, estão em preparação mais cerca de 1,5 milhões de euros, no mínimo, de projetos de concursos para concluir a execução dos danos nas infraestruturas danificadas no ano de 2022. E, vejam só, neste caso concreto, aqui, o Município da Guarda tem apenas 50% do financiamento. Lá temos que ir à nossa bolsa, às nossas contas, diminuir os saldos para fazer face a esta necessidade, com alguns milhões de euros. E o que dizer da estrada da Senhora da Alagoa, que já está consignada e aguardamos que a empresa comece a obra a todo momento? Essa obra tão pedida pela população, e tão necessária numa ligação ao concelho vizinho, há dezenas de anos. Mas, e os coletores de saneamento em execução nas freguesias; as condutas de água com o lançamento do concurso que está para breve; o projeto da estrada entre o Barracão, a Quintazinha do Mouratão e a Gata? Esse projeto está em elaboração, é muito importante. Aliás, só quem lá passa de uma forma frequente é que, de facto, verifica o estado quase de calamidade e de perigo no que diz respeito à segurança rodoviária. Já aqui falámos, mas nunca é demais repetir, o Plano de Revitalização do Centro Histórico, em preparação; os tais quatro prédios adquiridos para equipamentos culturais ligados à antiga Sinagoga, naquele espaço entre a Rua da Trindade e a Rua de

São Vicente; o prédio adquirido para um novo equipamento cultural no edifício atrás dos balcões, já aqui há pouco referido também; os doze prédios adquiridos para habitação acessível e social; os projetos em curso para os edifícios da Praça Velha e da antiga Associação Comercial; o Regulamento de Apoio aos Núcleos Históricos em consulta pública, já aqui falei também; a animação cultural permanente, é essa a nossa preocupação e por isso é que mudamos, também, para a Praça Velha, a Feira de Antiguidades mensal e, em breve, iremos apresentar a nossa agenda de Verão, o nosso Guarda o Verão. Nos próximos dias, irão tomar boa nota sobre aquilo que vai acontecer, durante estes meses de verão, para animar o Centro Histórico, para levar pessoas para o Centro Histórico. Mas, falar também da requalificação das ruas do Bairro do Torrão, obra já adjudicada e que vai ser consignada em breve. É um bairro pequeno, bem sabemos. Mas tem as mesmas necessidades dos bairros maiores e a população que ali reside tem, efetivamente, os mesmos direitos. Mas devemos dizer também de outros projetos que estão em curso. Não sabemos quando é que vamos lançar, mas é bom termos os projetos para, tendo financiamento ou tendo disponibilidade financeira, podermos fazer essa execução. Projetos de alguns arruamentos ditos mais pequenos que falta requalificar, seja n o Bairro Senhora dos Remédios, no Bairro da Luz, no Rio Diz, na Póvoa de Mileu, na Sequeira. São pequenos arruamentos, mas que importa também estarem bem registados e com os projetos bem definidos. E a requalificação em curso dos parques infantis? Bem se recordam, há pouco mais de um ano, que eu aqui falei também e nas reuniões de Câmara, que nós recebemos as multas da ASAE de mais de 100 mil euros. E nós não queremos mais multas. Infelizmente, não foi o procedimento mais correto, mas estou apenas e tão só a cumprir o que manda a lei. Estamos a reabilitar, ou melhor a reconstruir, a construir de novo praticamente quatro parques infantis na cidade. Tal como nós dissemos, cerca de 300 mil euros de investimento, para que, ao longo dos próximos três anos, possamos chegar a cerca de 1 milhão de euros de investimento para reabilitar todos os parques infantis da cidade. De facto, muitos deles num estado completamente deteriorado e cujos equipamentos já não têm arranjo possível e por isso temos que adquirir novos equipamentos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, dois minutos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, eu, há pouco, poupei tempo. Houve quem gastou mais tempo do que eu, portanto... eu serei rápido, mas...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Encurte o que puder.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Mas devemos dizer também no caminho que está a ser feito, o tal caminho que não se vê. Meu caro Deputado José Rodrigues, é o caminho da formiga e não da cigarra. Porque a cigarra está à distância de um clique. E por isso, quando chegar o momento, nós lá trataremos de fazer o canto da cigarra. Projetos que estão na fase da revisão final. Agora nós temos uma nova figura na lei, os que não sabem passam a saber, que tem a ver com a revisão de projeto. E nós não podemos lançar, a partir de um determinado montante, qualquer projeto sem que tenha uma revisão oficial, sob pena de não termos o visto do Tribunal de Contas, que já nos começou a alertar para isso no último concurso que lá foi a visto, tal como os fundos comunitários. E por isso temos que fazer o caminho, sob o ponto de vista burocrático e técnico, todo direitinho, para não podermos hipotecar o financiamento e os vistos futuros. E por isso está ou vai para a revisão final do projeto, a Avenida de São Miguel, o Largo 1º de Maio, a Rua da Corredoura, a Rua da Treija, a Rua dos Caminhos de Ferro. Se bem se recordam, isso são os acessos ao terminal rodoferroviário daquele protocolo que a IP assinou, aqui, nesta sala, em julho de 2018 e que, até agora, ainda não vimos um cêntimo sequer. Mas, com o dinheiro da IP ou com o recurso a empréstimo bancário, nós vamos ter que começar a fazer estas intervenções. Mas falar também sobre a estrada da Pocariça; a estrada dos Galegos; a requalificação do espaço do Museu e do Paço da Cultura e toda a zona envolvente; a nova área empresarial do Mercado Municipal; a Rua Vila de Manteigas; a Avenida Francisco Sá Carneiro; a zona do Bonfim entre Rua Mestre de Avis, a Rua Nuno Álvares Pereira, a Rua Afonso de Albuquerque. Estamos a falar aqui, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, em 10 milhões de euros, o que eu acabei de falar. 10 milhões de euros, é a estimativa para este conjunto de intervenções absolutamente necessárias. E todos concordam. Tenho a plena certeza que todas e todos concordam. Mas os fundos comunitários estão atrasados. Este ano, provavelmente, não haverá qualquer aviso de fundos comunitários para estas intervenções. Pois bem, se nós amanhã estivermos aqui com a necessidade de contrair um préstito para adiantarmos essas obras, cá

estaremos, naturalmente, porque são absolutamente necessárias estas intervenções. Mas, já aqui falado também, a reconversão da vegetação dos jardins da cidade e dos sistemas de rega em telegestão, mais inteligente; a requalificação do campo de futebol de Casal de Cinza, que já foi protocolado; o do NDS que já foi aprovado em reunião de Câmara, tal como o de Gonçalo. Para quê? Para que haja mais condições para a prática desportiva onde ela existe e o retomar da prática desportiva naqueles locais onde ainda não existe, como é o caso de Gonçalo. E é esse o caminho que nós estamos a fazer. Mas falar também sobre a candidatura que foi apresentada e o procedimento que foi aprovado para o pavilhão do Centro Escolar de Porto da Carne. Uma candidatura que foi feita ao PRR, ou nos próximos dias vai ser feita. Aguardemos que o PRR possa fazer a aprovação dessa candidatura tão importante, não só para o Centro Escolar, não só para o Porto de Carne, mas para todo o Vale do Mondego e, naturalmente, para todo o nosso concelho. E o que dizer, também, da candidatura que já vimos aprovada, da nova creche de Gonçalo? Uma candidatura do PRR, cujo procedimento já foi aprovado também na última reunião de Câmara, é só ler depois as atas, e, certamente, no próximo ano, esperemos que já esteja concluída essa obra. Mas, o projeto do parque biológico da Quinta da Maunça que está em curso. Esse será um projeto muito interessante, muito bonito, de que todos vão gostar, certamente. Mas é um projeto que vai demorar muitos anos. Vai ser preciso muito investimento. Já lá está feito muito investimento na Quinta da Maunça. E ainda bem que alguém ousou fazer aquele investimento à época. Mas é preciso fazer ainda mais investimento, para se constituir ali um grande parque biológico na Quinta da Maunça. Estamos a fazer o projeto para podermos ir aos fundos necessários, onde quer que eles estejam, num futuro próximo. Mas também a reflorestação do concelho. Já agora, quem estiver interessado, faça o favor de apresentar a sua candidatura, porque os editais foram apresentados em todo o concelho, naturalmente, as candidaturas que estão abertas. E a arborização da cidade que nós iniciámos este ano e é um trabalho que nunca estará concluído, a arborização. É um trabalho contínuo que, ano após ano, todos nós, políticos, os cidadãos, têm que estar sempre disponíveis para poder fazer essa arborização. E, por último, senhor Presidente, já a terminar, o calvário burocrático, sob o ponto de vista do ordenamento do território, do Plano de Pormenor do Cabroeiro, tendo em vista a construção da variante da “Ti Joaquina”. Esperemos que rapidamente este este calvário burocrático

possa ter fim, tendo em conta a própria cartografia que caducou e a Direção-Geral do Território que ainda não homologou a nova cartografia. Mas, efetivamente, só com a nova cartografia é que o processo pode seguir em frente. O novo Plano de Pormenor da Plataforma Logística, que em breve estaremos a fazer a sua alteração. E com esta alteração, vejam só, do Plano de Pormenor da Plataforma Logística, sem adquirir mais terrenos na envolvente, só dentro do parque da Plataforma Logística, iremos conseguir criar mais sessenta e dois novos lotes para empresas. Foi aquilo que nós sempre dissemos, que enquanto se estava a construir esta fase da Plataforma Logística, naturalmente, temos que começar a fazer o caminho para dentro do mesmo quarteirão, chamemos-lhe assim, dentro daquele parque, otimizar os terrenos para podermos fazer ali a construção de mais lotes. O Plano Pormenor do Vale de São Francisco, também já foi aprovado na reunião de Câmara o início do procedimento. Naturalmente, é um processo que vai demorar algum tempo. E aquilo que nós ambicionamos, também a questão da conclusão da Revisão do Plano Diretor Municipal, outro calvário em termos burocráticos. Como bem sabemos, o processo caducou. Tivemos que retomar o processo há cerca de um ano, com todas as trinta e oito entidades. Digamos que a estabilização foi feita com todos os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, da possibilidade de alargamento dos perímetros urbanos e, portanto, esperamos agora que a Agência Portuguesa do Ambiente, que tem lá alguns documentos para poder dar parecer, que no mais curto espaço de tempo possa emitir esses pareceres e nós continuarmos a seguir, digamos, conducente à conclusão do Plano Diretor Municipal. E, naturalmente, queremos iniciar, mas depois à tarde poderemos falar mais sobre isso, a elaboração dos projetos previstos na Carta Educativa e a elaboração dos projetos, tendo em conta a reabilitação dos equipamentos desportivos. Nós já fizemos a pequena reabilitação do pavimento do Pavilhão de São Miguel, agora do relvado e das bancadas também do Estádio Municipal. Enfim, é este o caminho que se pode fazer quando ainda não temos financiamento para qualquer uma destas infraestruturas ao nível desportivo. Mas naturalmente que importa continuar a fazer estes trabalhos de melhoria nas nossas instalações desportivas e, naturalmente, almejar fazer intervenções maiores no futuro. Mas, aí, só podendo recorrer a fundos comunitários. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Sugeriria 15h00, porque temos dez pontos para votar. Portanto, agradecia 15h00. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito boa tarde a todos. Neste momento, encontram-se na sala setenta Deputados Municipais, temos *quorum*. O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu um minuto, se tanto, para poder dizer algo. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, boa tarde a todas e a todos. Reitero os cumprimentos. Apenas a pedido do senhor Vereador Luís Couto, que pediu um minuto para poder dirigir umas breves palavras à Assembleia, senhor Presidente. E era isso que eu pedia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor. Senhor Vereador, se fizer o favor. Muito obrigado.” -----

- **Luís Couto, Vereador (PS):** “Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em si gostaria de cumprimentar a Mesa, o senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Líderes das Bancadas Parlamentares, e senhores Deputados. Por questões de respeito, entendi ser este o espaço e o tempo para comunicar a V. Exas. que abduco, a partir de agora, do lugar de Vereador na Câmara Municipal da Guarda. Foi uma honra. Esta decisão, como sempre disse, é tomada exclusivamente por razões de ordem pessoal. Repito, foi tomada por razões de ordem pessoal. Agradeço a todos os que, ao longo destes vinte e um meses, não obstante a sua opção política, tiveram comigo uma relação cordial e respeitadora. Foram também essas marcas que procurei imprimir na minha ação enquanto Vereador, num trabalho pautado pela verdade e de bem querer ao nosso concelho da Guarda. Peço-vos, se me permitem, que continuem a lutar pela Guarda, pelos guardenses, com convicção, com transparência e com dedicação. A Guarda merece, de todos nós, que o façamos. Bem-haja a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Vereador Luís Couto, pediu para se ausentar. Mas, antes de se ausentar, eu vou apenas utilizar uma palavra: Obrigado. -----

Passávamos, de seguida, ao ponto 2.2 da ordem do dia.” -----

Ponto 2.2 - Proposta de Revisão da Carta Educativa - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, a Câmara Municipal da Guarda tem trinta minutos. Esta introdução, ao que me consta, será feita pelo senhor Professor Rochette. Senhor Professor, faça favor. Com a síntese possível. O que for possível.” -----

- **António Rochette, Professor Universidade Coimbra:** “Boa tarde a todos e a todas. É com imenso prazer que volto a esta sala, quinze anos depois de termos aqui aprovado a Carta de primeira geração, em 2008. É sempre interessante e muito gratificante vir à Guarda, principalmente porque encontrei, acabou de sair, um amigo que não via há quarenta e cinco anos. E foi extremamente útil, porque já há mais de quarenta e cinco anos que não via o Luís e foi, para mim, um prazer, porque as vidas vão-se movimentando. Mas voltando àquilo que nos interessa. Nós temos aqui hoje e eu tenho aqui para vos apresentar a revisão da Carta Educativa. Nós temos que fazer o ponto da situação. Em 2008, foi aprovada uma Carta Educativa com determinadas características. Em 2017, foi-me solicitada uma revisão da Carta Educativa ainda na versão daquilo que pensávamos que já era a segunda geração, mas que, na realidade, depois com a saída de um guião em maio de 2021, um guião que veio do Governo, que obrigou a que as Cartas Educativas tivessem um determinado conjunto de informações. Nós, se repararem na de 2008, já tem, grande parte dela, essa informação. No entanto, passou e, portanto, a Carta de 2017, que estava praticamente pronta, penso que só não veio à Assembleia Municipal, foi alterada e, portanto, nós fizemos uma nova Carta Educativa a solicitação do atual Executivo. Ela vai ter este este conjunto de informações. Eu estou aqui muito mal posicionado porque vejo e, portanto, vou falar um bocadinho de cor, daquilo que me lembro, do que é que está em todo este processo. O que é que nós temos? Nós temos um território muito complexo. A Guarda é um território que tem um setor muito plano a leste, tem dois vales muito pronunciados, o Vale do Zêzere e o Vale do Mondego... Portanto, o vosso território é um território complexo, como vocês conhecem melhor do que eu. Tem partes com muito declive. Por exemplo, nós verificamos que os declives, principalmente no setor do Vale do Zêzere e do Vale do

Mondego, são extremamente pronunciados, o que leva a que as mobilidades tenham alguns problemas. Agora menos, mas desde sempre com esse velho problema. E uma rede que, do ponto de vista macro, é uma rede viária bastante interessante com duas autoestradas, com uma rede muito capaz. No entanto, em alguns setores com algumas dificuldades, como se conhece, inclusive em algumas freguesias ou alguns lugares que são muito próximos, mas que estão longe por causa da rede viária. Aquilo que eu gostava mais de chamar à atenção e que vai ter muito a ver com a nossa exposição, é claramente a questão do problema demográfico atual e do futuro. Ou seja, a Guarda perdeu, em termos de população, qualquer coisa como 5.7 da população, entre 2011 e 2021. Inferior às Beiras e Serra da Estrela, a vossa Comunidade Intermunicipal, mas mesmo assim acima da região centro e a região centro tem sectores muito problemáticos. Portugal com menos 2.1, perde. Mas como podem reparar, há aqui um determinado momento onde sobe e a partir daí começou a descer. E mais problemático do que isso é a forma como se distribui a população. A vossa população, a população do Município da Guarda, está extremamente concentrada na zona urbana, no centro urbano e tem freguesias com muito pouca gente. Ou seja, essa densidade é extremamente caracterizada por uma perda de população significativa nestes setores. Só para termos um pouco a ideia, o Município da Guarda, o que está do vosso lado direito é a variação da população entre 2011 e 2021. E o que é que nós temos? Nós temos a azul escuro, que é o que perde mais, acima de 20%, são as freguesias que perderam população com grande peso. Uma percentagem significativa. O azul claro, que já estava tão desertificado, perde, mas perde menos. É claramente o setor daquilo que nós designamos da meseta, a zona plana que vai para leste. Temos duas freguesias que crescem, mas são valores quase residuais. E temos duas, a urbana, dentro daquilo que nós chamamos a variação nula de população. O que é que nós temos e mais problemático do que tudo? É a questão dos nascimentos. O problema dos nascimentos é que, desde 2001, sistematicamente, tirando um ou outro caso que há um crescimento, nós estamos a perder população. Nascimentos. Nós temos, neste momento, menos de um nascimento por dia, em média, na Guarda. Ou seja, no Município da Guarda, no seu total, nasce menos de uma criança por dia, em termos médios. E isto é extremamente preocupante, principalmente quando falamos de hospitais, etc., tudo isso é extremamente significativo. O crescimento natural é claramente negativo e, portanto,

como podem ver, em 2001 tinham nascido quatrocentas e trinta e nove, mas, em 2022, já só nasceram duzentos e quarenta e nove. A pirâmide é claramente uma pirâmide em urna, como nós designamos na demografia. Uma pirâmide que perde população na base. Eu, quando comecei a estudar, a nossa pirâmide era uma pirâmide normal. Não era em urna. E nós, digo sempre isto, o grande sonho que tínhamos era pirâmides idênticas à Suécia e à Finlândia. Devia ter apanhado com uma paulada quando dizia isso, porque, neste momento, estamos com o problema que estamos em Portugal e a Guarda tem este problema, que é um problema muito complexo, com a base a perder muita população. Em termos de índice de envelhecimento, a situação é muito complexa. E se já havia problemas, e já vamos ver, se havia problemas e se há problemas hoje, neste momento o futuro vai ser muito complicado. Nós temos freguesias em que temos índices de envelhecimento de mais de mil idosos por cada cem jovens. Isto é assustador. E, portanto, estamos com freguesias muito problemáticas. É o grande problema de Portugal, mas também do Município da Guarda, principalmente sendo sede de distrito. A questão das projeções, o que nós temos, neste momento, é de uma continuação de perda de população. Ou seja, aquilo que nós fizemos e nós falhámos muito pouco nas projeções a partir dos censos de 2011. Nós falhámos percentualmente em zero ponto qualquer coisa. Nós temos perda de população para 2031 e 2041. Ou seja, esta continuação de perda de população numa sede de distrito é complexa e, portanto, é aquilo que eu gostaria de realçar. 14% é um valor muito significativo. Aqui, a questão das projeções dos nascimentos não é tão grave. E aqui é talvez a situação que eu tenho dito, e já o disse aqui anteriormente, verificou-se, em Portugal, nos últimos cinco anos, uma tendência de crescimento de nascimentos. Ou seja, nós estamos a ter mais nascimentos do que tínhamos, por exemplo, em 2015. Muito significativo. O que leva a que, em alguns municípios, vamos ter mais alunos do primeiro ciclo do que temos neste momento. O que é muito raro. Foi a primeira vez que isso me aconteceu. Foi há pouco tempo num município do Norte. Aqui a situação não é tão clara. Vamos ter uma perda, mas não é assim tão grave como estava. Aqui a questão é a estrutura da população. Nós já temos mais idosos do que jovens. E, portanto, esse aspeto é um aspeto que nós temos que ver e vocês viram no documento que vos foi entregue esta situação. A nível do envelhecimento é mesmo assustador. Há freguesias que eu tenho grande dificuldade em ver como é que elas vão funcionar e isto, provavelmente, temos que encontrar novas

soluções em termos administrativos. Mas isso, não quero estar aqui a meter-me onde não o devo fazer. Ou seja, nós passaremos a ter mais de trezentos idosos por cada cem jovens no município. Agora temos duzentos e vinte e cinco que já é um valor significativo. A oferta, eu iria passar um pouco mais rápido, nós temos valores, a oferta da rede por freguesia. Há muita freguesia que não tem rede. Em 2008, como devem estar lembrados alguns que estiveram aqui comigo, foram fechadas muitas escolas por imposição, na altura, do Ministério da Maria de Lurdes Rodrigues e, portanto, a rede é, neste momento, esta que nós aqui temos. Fortemente concentrada no centro urbano. Alguma dispersão naquilo que nós criámos, em 2008, com o Executivo, aquilo que eram pequenos polos de junção de territórios. Na de 2017 ainda falámos também sobre a questão dos territórios e analisámos, ao contrário desta vez que fizemos já mais o município e não os territórios. E temos essa distribuição como está, o pré-escolar, o primeiro ciclo. E, no primeiro ciclo, eu chamava a atenção do seguinte. O que é que nós temos? Nós temos muitas escolas que ainda vêm do tempo do plano dos centenários. Ou seja, dos anos 40 do século passado. As escolas de duas salas, que nós encontramos espalhadas ainda por todo o país, são o que resulta do plano dos centenários. E nesse plano dos centenários, nós temos claramente as velhas escolas de duas salas, onde eram meninas de um lado e rapazes do outro. Agora temos dois anos em cada uma das salas mistas e isto, pedagogicamente, é algo que não faz sentido no século XXI, na terceira década do século XXI, termos escolas em que existem dois níveis, dois anos a serem dados pela mesma professora em simultâneo. Portanto, esta é uma questão que nós falaremos à frente. Mas é para terem uma ideia da quantidade de escolas que ainda temos de duas salas. As que estão a vermelho são as escolas com duas salas. O segundo e terceiro ciclo, que vamos falar também atempadamente, com a sua distribuição. O secundário e o restante e também os agrupamentos, da forma como estão distribuídos os agrupamentos. Aqui, a situação da distribuição dos alunos, a procura é uma procura muito particular. Ou seja, os agrupamentos têm praticamente o mesmo número de alunos, o da Sé e o Afonso de Albuquerque e, portanto, estão os dois praticamente com os mesmos alunos, estão perfeitamente distribuídos, e há claramente uma perda de população escolar, como tem sido habitual nos últimos anos. Ou seja, cá está, os valores praticamente iguais dos dois agrupamentos. E o que nós temos feito, agora, ultimamente, é a relação entre os que frequentam e os nascidos. E, como podem ver,

no pré-escolar, quem nasce frequenta e, aqui, juntando o público e o solidário. No primeiro ciclo, verificou-se, no último ano, mais gente a frequentar do que os que nasceram. Tem a ver com a imigração. Ou seja, o fator nacional que nos está a aparecer sistematicamente mais gente na escola, no primeiro ciclo, que vem de filhos de imigrantes, principalmente de determinadas áreas. E, no segundo e terceiro ciclo... portanto, aqui são as escolas com duas salas que depois enumerámos. E, no segundo e terceiro ciclo, claramente, quem nasce, frequenta. Ou seja, nós temos aqui uma baliza muito interessante em termos de projeção, o que é que nós precisamos para o futuro. E, portanto, o que nós temos, neste momento, são situações muito complexas, por exemplo, de perda de população. E, vamos ver, no secundário temos mais gente a frequentar do que nasceu porque tem muito a ver com a situação da Guarda. A Guarda acaba por ser um polo de atração no secundário, devido às características das próprias escolas e de ter mais gente, de abrir determinadas áreas que levam a que haja gente, jovens de outros municípios vizinhos que vêm estudar para a Guarda. Portanto, aqui está esta situação, nós sabemos perfeitamente para podermos trabalhar. A mobilidade, vocês devem ter reparado, nós sabemos de onde vêm os alunos e para onde vão. Ou seja, nós sabemos a totalidade da movimentação. Está muito pequeno, peço-vos desculpa, mas vocês têm isso no vosso documento. Sabemos perfeitamente se nascem aqui e se frequentam, se são escolas de proximidade, se são escolas de chegada de mais longe. E, portanto, nesse aspeto, nós temos aqui claramente... tirando aqui as escolas secundárias, que são praticamente todo o território, as 2,3 não são. Já vamos ver. E, portanto, essas são as situações que nos colocam. Entramos, talvez, na parte mais... fiz uma rápida fotografia hoje, mesmo porque me foi pedido uma brevidade possível, uma fotografia sobre aquilo que é a atualidade. Vamos falar do futuro. Uma carta educativa funciona para uma projeção de cinco, dez anos. Teoricamente são dez anos, mas tem que ser revista sempre que fica desconforme com a realidade. Nesse aspeto, o que é que nós fizemos? Nós fizemos uma projeção da população em função dos nascimentos. E nós sabemos que nós vamos ter um ligeiro crescimento no pré-escolar, aquilo que eu há bocadinho estava a falar, vamos ter uma diminuição relativamente pequena para aquilo que nós vimos em 2008. Relativamente pequena. Tem a ver com os nascimentos já dos anos de 2016 e 2017 naquele pequeno crescimento. E depois temos uma situação muito complexa, que é a crista da onda da perda do primeiro ciclo, que é o segundo e o

terceiro ciclo e o secundário. E o que é que nós temos aqui? Nós temos quase mais de quatrocentos alunos a menos, no segundo e terceiro ciclo e no secundário. Portanto, eu estou a falar para 2027/2028, penso eu que é isso que eu estou a falar. Portanto, esta situação é uma situação que nós estamos a ver que, daqui a três ou quatro anos, nós vamos ter menos gente no segundo e terceiro ciclo e no secundário. Portanto, mais vagas. Ou seja, no caso desta distribuição, como podem observar, nós temos uma diminuição relativamente baixa no pré-escolar, um salto já significativo, depois, no, primeiro ciclo e, aqui, claramente, no segundo e terceiro ciclo e no secundário é a perda de população. Veja-se como é que ele se vai distribuir ao longo do tempo e nós fizemos isto em cascata. Atenção, isto não são projeções como nós fazemos e como vocês encontraram nas projeções por método de cortes. Ou seja, nós estamos a falar de quem nasceu. A mãe reside na Guarda, que é assim que o INE agora reconhece e, portanto, são nascimentos. E, portanto, não estamos aqui a trabalhar com projeções com formas matemáticas. Nós também as temos. Vocês viram até para as projeções gerais fizemos dessa forma. E, portanto, o que nós temos aqui é a forma como vai evoluir esta população, sempre a descer, como vocês podem ver, no segundo e terceiro ciclo e no secundário. E fizemos uma síntese de diagnóstico, ou seja, não é muito difícil saber quais são os grandes problemas de um território de baixa densidade, mesmo sendo capital de distrito. A questão da demografia, como vimos, a questão das mobilidades, a questão das oportunidades. Toda essa questão foi feita. Está aqui. Os quadros foram apresentados, o PowerPoint fica cá e, portanto, fica à vossa disposição. Fizemos... os pontos fracos, os fortes, as ameaças e as oportunidades. E talvez aquilo que mais interessa neste momento, a reorganização. Como devem calcular, a minha situação é uma situação que não é fácil, por uma razão muito simples. A última vez que vocês me ouviram aqui falar, nós fechámos, se bem me lembro, trinta e sete escolas. Era obrigatório, tínhamos a lei. Mesmo assim não fechámos tantas como aquelas que, teoricamente, deveriam ter fechado. Houve um acordo entre a equipa e a Autarquia, de maneira a conseguirmos, noutras instâncias, que não fechassem tantas escolas e fizemos os tais polos. Neste momento, a reorganização não tem muito que saber. Do ponto de vista do primeiro... portanto, só para termos uma ideia, nós temos critérios nacionais e depois temos um conjunto de critérios. E, para nós, tem sido um critério fundamental, que é: nós não vemos uma escola de primeiro ciclo, neste momento, que

tenha grandes dificuldades, que tenha mais do que um ano por sala. Ou seja, as escolas, desde que seja possível e desde que tenhamos condições, elas devem ter cada um professor, uma sala, um ano de escolaridade. É assim que nós trabalhamos. É assim que se trabalha em todo o resto do país. No interior temos ainda esta questão das escolas de duas salas, não só no interior, mas também no litoral. E portanto, nós temos um conjunto de critérios que foram para nós definidos e que foram discutidos com a Autarquia e com a DGEstE e, nesse aspeto, nós temos aqui um conjunto de parâmetros. O que é que nos leva aqui a colocar? Nós temos aqui situações que, para nós, temos este problema das salas e de muito poucos alunos. Nós temos aqui escolas com dois e três alunos. Ou seja, um pai que tenha condições de trazer o filho para uma escola com mais gente, vai trazê-lo. Quem não tem condições, a pessoa com mais dificuldades económicas, vai manter a criança naquela escola porque não tem condições de o trazer. Ou seja, há aqui um conjunto de questões que devem ser equacionadas em termos de, nalguns casos, o encerramento que não tem alunos. A DGEstE não vai permitir que se mantenham escolas com um dígito. Ou seja, nós estamos a falar de várias escolas que só têm um dígito em termos de alunos e, portanto, nós temos este problema. E, mais grave, e aqui, se me permitem, é aqui que eu vou dizer-vos aquilo que eu acho, ou que nós achamos e que já discutimos, que é claramente retomar aquilo que era a nossa primeira ideia em 2008, (e estou ali a olhar para o senhor Deputado, que na altura era Vereador) claramente para a criação de um centro escolar urbano que permita, num determinado local, que eu não vou definir qual é, isso é um problema vosso, um centro escolar que permita que um numero significativo de escolas de duas salas, um pleno centro urbano, possam ser encerradas. Não são já. Vamos lá ver, ninguém encerra escolas agora, porque temos que construir um centro escolar. E o centro escolar não vai demorar menos de três anos a ser feito. Portanto, quando nós estamos aqui a falar de reorganização, é uma reorganização, digamos, a médio prazo ou a curto prazo. A curto prazo, não é para amanhã. São três anos, pelo menos. É preciso também ter em atenção e já chamei à atenção que um centro escolar vai ter tendência a esvaziar muitas outras escolas. A qualidade do edifício, a qualidade da oferta. E, portanto, quando nós falamos nisto, falamos nisto a pensar num equipamento que deve ter biblioteca, refeitório, que tenha condições para a prática desportiva, etc. Se encontrarem um patamar, e eu conheço vários, que façam essa ligação com a comunidade, ou seja, um espaço

desportivo que funciona também para a comunidade, uma biblioteca que funciona, isso é o ideal. Mas eu não estou aqui a vender nada porque eu não vendo centros escolares e, portanto, estou aqui à vontade. Aqui é aquilo que eu acho ou o que nós achamos e que nós temos defendido desde sempre. Em 2008, defendíamos isso e está aqui gente que não me deixa mentir. Mais, na de 2017 também foi equacionada esta situação...” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Professor, pedia-lhe... mais 5 minutos para depois controlarmos o tempo do senhor Presidente da Câmara. Muito obrigado.” -

- **António Rochette, Professor Universidade Coimbra:** “E depois temos um outro problema. Ou seja, nós temos aqui um problema de uma escola. Vou ser claro, toda a gente sabe, pelo que eu sei anda nas bocas do mundo, que é a questão da Escola Básica de São Miguel. Os alunos da Escola Básica de São Miguel, está ali de onde vêm. A esmagadora maioria dos alunos vem de fora. Tem ali uma mancha amarela, ali relativamente perto, mas é uma coisa mínima. Portanto, os alunos vêm de fora. A Escola Básica de São Miguel perdeu 49% de alunos, desde 2015, 2017. Metade dos alunos. Dou-vos mais uma informação, porque alguém questionou e eu fui ver a Carta. Em 2008, vem no diapositivo seguinte, a escola tinha quinhentos e setenta e um alunos. Neste momento tenho cento e trinta e seis alunos. Ou seja, há um completo esvaziamento, nos últimos anos, da escola. Já vamos perceber para onde. E, portanto, não me vão dizer que sou eu que estou a propor o encerramento porque esta escola tem esta tendência nestes últimos anos. Ou seja, perdeu três quartos da população, desde 2008 até hoje. E, portanto, estes valores... e mais, não tem nada demais, não tem nada demais, mas 71% dos alunos têm ação social. Principalmente porque há uma só turma de quinto ano, uma só turma de quinto ano com vinte e três alunos, mas o número de crianças com apoio social são dezanove. Ou seja, houve alguém que chamou, eu não vou chamar, eu acho que neste momento aquela escola funciona de uma forma que não me parece a mais correta. Mais, para quem é professor e para quem se interessa por questões de educação, sabe que saiu um Decreto, o famoso 54, da inclusão, e o que nós aqui estamos a fazer não é inclusão. É colocar de parte as crianças que são problemáticas, que têm algumas questões. Portanto, nesse aspeto, vocês podem-me dizer: então e para onde é que vão estes alunos? Claramente para as escolas, porque, reparem, quando eu falo da Beatriz Ângelo, tem trezentos e vinte e sete, tem capacidade, está com 60% de taxa de

ocupação. Ou seja, perfeitamente. Quanto tempo é que se demora? Qual é a distância de uma à outra? Portanto, quando eu coloco esta situação, não sou eu que coloco o encerramento. Aachamos é que, tal como acontece no país, o resto do país vai observar muitos encerramentos de escolas de segundo e terceiro ciclo. Em Coimbra, se me permitem, vai haver um encerramento também de uma secundária. Portanto, não há... é a realidade, é a demografia e situações que foram feitas para remediar, para resolver um problema. Portanto, nós temos aqui esta questão, este diapositivo mostra claramente o que foi o crescimento. E reparem, há aqui também um crescimento da escola sede. Há aqui um problema do agrupamento. Peço desculpa dizer isto desta forma frontal. O agrupamento tomou uma opção clara de passar alunos daquela escola para as outras duas escolas. E a Escola da Sé, por exemplo, tem mais sessenta e tal alunos e a Beatriz tem muito também. E, portanto, o que eu estou aqui a dizer... reparem numa coisa, ninguém me paga para fechar, eu estou aqui a ser claro. Esta escola, neste momento, é uma escola problemática. É uma escola que tem soluções nas outras escolas. Se me perguntam, se nós acabámos as unidades, por exemplo, para deficientes, na questão da inclusão, porque razão é que estamos a fazer uma unidade ali? Portanto, esta é a nossa posição. Eu, senhor Presidente, peço-lhe imensa desculpa. Só mesmo para dizer, a reorganização vocês têm no vosso documento, e só chamar à atenção que grande parte destes valores, são valores que estão para ser investidos a curto prazo ou a médio prazo, tendo em atenção que na vossa Carta aparece 2030 sempre o investimento. O investimento não é de 2030. É 2030 porque tem a ver com o quadro comunitário. Mas está distribuído desta forma, os próximos dois anos é de projeto. E, portanto, o que nós teríamos era, nesta reorganização, este investimento, principalmente em 2027/28 e que tem a ver com essa distribuição que nós estamos aqui a falar. Isso é um valor que eu vou deixar para o senhor Presidente se entender. É um valor significativo de investimento em escolas. Algumas das situações são aquelas, nos próximos três anos, em que as escolas vão ficar a funcionar e que é preciso meter o vidro ou tapar a... Mas esta questão é uma questão que não é precedente... Não, não devo dizer isto. Esta Carta é a Carta base para uma reorganização ... Portanto, esta é a nossa proposta. Vale o que vale. Da nossa parte, que andamos nisto há vinte anos, acho que é a Carta mais interessante e com maior qualidade em termos de reorganização da rede e de proporcionar aos vossos alunos, às vossas crianças e aos vossos jovens, melhor

qualidade de ensino. E eu, agora, estou totalmente à disposição se houver alguma questão.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, Senhor Professor. Se não se importa de ocupar aí uma cadeira, ocupar uma cadeira que entenda. Abria este tema à discussão. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar intervir. Senhor Deputado, inscreveu-se primeiro o senhor Deputado Luciano Calheiros, está bem? Só um bocadinho, já lhe dou palavra. Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros, Deputado (PSD):** “Boa tarde, senhor Presidente. Estamos na discussão do ponto, não é? Na discussão deste ponto. Ok. Ora bem, isto é um assunto que, efetivamente, pode incomodar aqui numa situação ou noutra. Aliás, o senhor Professor acabou de abordar o assunto. Dizer-vos o seguinte. Eu olho para uma Carta Educativa como um documento estruturante de um território. Eu não olho para uma Carta Educativa a pensar numa escola ou numa outra escola. Primeiro ponto. Em segundo lugar, dizer-vos também que eu, em 2008, estava numa Câmara Municipal que elaborou uma Carta Educativa, que foi elaborada pela 4 né, uma empresa que é conhecida, e, no início, o Presidente da Câmara deu uma orientação política, porque é sempre assim, e depois a empresa trabalhou, apontou para um determinado cenário e nós encerramos sessenta e quatro escolas do primeiro ciclo e construímos treze centros de segunda geração, treze centros escolares. Ou seja, concentração de alunos, porque, em termos pedagógicos, era defensável na altura e creio que resultou. Creio que resultou. Eu hoje não estou a acompanhar, mas creio que resultou. Dizer-vos que eu próprio fiz os protocolos, depois, para aquelas escolas que encerraram que foram atribuídas às associações, etc. E tudo correu muito bem. É claro que foi um sofrimento. Houve muita gente, os senhores Presidentes de Junta, então, Deus me livre! E com razão. Mas encerrámos sessenta e quatro. Isto é verdade, portanto, está documentado. Eu olho para esta Carta Educativa, vejo a explicação que o senhor Professor deu aqui e li os documentos em casa, fiz o trabalho de casa. E, portanto, falamos de um documento que está bem estruturado, no meu ponto de vista. É feito por alguém que conhece o território desde 2008, salvo erro, e que, na altura, teve oportunidade de dizer também que nós já encerrámos, em 2008, trinta e sete escolas, salvo erro, do primeiro ciclo. E depois faz aqui também uma análise prospetiva e aponta para uma perda de cinco mil

e oitocentos habitantes, em 2041, etc., etc., 14,5% de perda da população. Ora bem, isto não é um problema de interior, mas é especialmente um problema de interior, porque muitas escolas do litoral... eu sou Professor, estou numa escola de Penafiel, próximo do Porto. E, portanto, a minha escola é uma escola TEIP e eu tenho turmas de treze alunos. É-nos possibilitado isso e estamos a perder população escolar. Turmas de treze para mantermos o quadro docente, o que é uma batota, estão a ver. Mas a minha companheira é Professora em Matosinhos e tem turmas onde se falam seis línguas porque são migrantes e aí é outra realidade. Portanto, é isso que nós temos hoje no país, infelizmente para a Guarda que é um território de baixa densidade, com uma perda populacional assinalável. Eu não tenho motivos para pôr em causa aquilo que o senhor Professor disse. De maneira nenhuma. Porque se eu achasse... porque isto é um documento técnico. As decisões são políticas, como é evidente. Mas isto é um documento técnico. E o que eu estou a votar aqui é um documento. Eu estou a votar aqui, hoje, a Carta Educativa. Um documento que foi aprovado por, salvo erro, catorze pessoas do Conselho Municipal de Educação. Portanto, foi aprovado por maioria. Eram dezasseis, portanto, dois votos contra. Ora bem, e, portanto, tendo eu um pensamento estruturado sobre isto e conhecendo um pouco esta realidade que é a nossa, é claro que coloca-se aqui a questão da Escola de São Miguel. A Escola de São Miguel é mais uma que está aqui. É mais uma. É uma escola importante? Será. As outras também são. Agora, é uma decisão política. O senhor Professor fez um documento técnico que nós vamos aqui discutir e que vamos aprovar e, portanto, é sobre isso que nós estamos aqui a falar. Eu não estou aqui a falar sobre a Escola de São Miguel, eu não vou aqui votar a Escola de São Miguel. Ora bem, mas sobre isso também não fujo à questão. É evidente que uma escola que tem cento e trinta e seis alunos, vinte e quatro salas, dá uma média de cinco alunos por sala. É isto que lá está. Portanto, não fui eu que inventei. Poder-se-á dizer: o Presidente da Câmara pode ter alguma influência no grupo e dizer “é pá, vamos transportar os alunos que levámos numa primeira fase, agora vamos trazê-los novamente para a Escola de São Miguel”, que leva seiscentos, salvo erro, uma capacidade para seiscentos “vamos lá meter quatrocentos e vamos manter a escola, mas vamos tirar dali para ali”. E, portanto, andamos aqui nisto. Andamos nisto. Portanto, eu tenho muita dificuldade neste equilíbrio. Ou seja, eu tenho um pensamento sobre isto, é a minha convicção, e, portanto, o quadro é este. E o que vamos votar a seguir é

isto, é a Carta Educativa. É a Carta Educativa, não é o encerramento da Escola de São Miguel. E, portanto, sobre isso, não me vou alongar mais. Mas gostaria que o poder político, depois, decidisse em conformidade. E se houver, naturalmente, condições para manter a escola, obviamente que devemos manter a escola, no caso concreto da Escola de São Miguel. É só. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Está inscrito o senhor Deputado Virgílio Bento. Faça favor.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Mais uma vez, muito boa tarde, senhor Presidente, Mesa, senhor Presidente da Mesa. E muito boa tarde meu caro amigo, é com saudades que o revejo. E, desde já, deixe-me dar-lhe os meus parabéns. Eu costumava afirmar que a Guarda tinha uma das melhores Cartas Educativas do país e com este documento seguramente, continuará a ter a melhor Carta Educativa do país. E por isso os meus agradecimentos ao Professor Rochette e à restante equipa pelo magnífico documento que hoje nos traz aqui à discussão. E passaria a ler o texto que tenho escrito. Grande parte da rede educativa ainda existente é aquela que foi definida em 1941, por um plano patrioticamente denominado Plano dos Centenários. A Lei 1:969 de 20 de maio de 1938, definiu que o ensino é “obrigatório para todos os portugueses, física e mentalmente sãos, entre os 7 e os 12 anos, e destina-se a habilitá-los a ler, escrever e contar, a compreender os factos mais simples da vida ambiente e a exercer as virtudes morais e cívicas, dentro de um vivo amor a Portugal”. Nas três últimas décadas do século passado, o país viveu uma transformação profunda, aparecendo uma nova realidade, novos problemas, novas exigências. A escola não é insensível a estas alterações, sendo, antes pelo contrário, a primeira instituição a sofrer os efeitos desta mudança. Importa assim projetar o novo paradigma de escola, construir uma nova escola que responda às exigências apresentadas pela UNESCO no seu relatório para educação do Século XXI. Refere este relatório que a escola deve ajudar a aprender a conhecer, a aprender a fazer, a aprender a viver juntos, a viver uns com os outros, em suma, deve contribuir para a educação da pessoa na sua totalidade. É este paradigma de escola que está consubstanciado na Carta Educativa em vigor neste concelho. Para além deste paradigma, a Carta Educativa define um novo conceito de escola: a escola – organização, que articula as diferentes unidades de educação e formação com os serviços e

equipamentos sociais. A escola deixa de ser uma estrutura isolada, muitas vezes à margem da sociedade, e passa a fazer parte integrante de uma rede de equipamentos diferenciados que vão da área da educação à área social. Neste sentido, a noção de vida escolar é substituída pelo conceito de vida socioeducativa, que enquadra a escola no seu meio envolvente. O Decreto-Lei 21/2019 de 30 de janeiro, considera a Carta Educativa, a nível municipal, como um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos, devendo ser um documento obrigatório que acompanha a revisão dos Planos Diretores Municipais. E ela tem três objetivos fundamentais: assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação às necessidades da formação; promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas; garantir a coerência da rede educativa como política urbana do município. Mas a Guarda perdeu na última década, 2011-2021, duas mil quatrocentas e vinte e quatro pessoas, menos 5,7%. E nas duas últimas décadas, 2001-2021, três mil setecentas e cinco pessoas, menos 8,5%, havendo freguesias que perderam, nestes últimos vinte anos, mais de 40% da população. Entre outros casos, temos as Freguesias de Famalicão (39,3%), Fernão Joanes (44,1), Marmeleiro (42,4%), Meios (42,3%), União de Freguesias da Misarela, Pero Soares e Vila Soeiro (40,1%), União de Freguesias de Pousade e Albardo (40,6%), União de Freguesias de Rochoso e Monte Margarida (40,5%) e Valhelhas (40,5%). Exemplos contrários, são os casos das Freguesias de Aldeia do Bispo (mais 10%), a Freguesia da Guarda (mais 2,5%) e Santana da Azinha (mais 18,9%). Se nas últimas décadas assistimos a um despovoamento do mundo rural, conseguindo a cidade resistir, as projeções para os próximos anos não acalentam melhores perspetivas, sendo o cenário ainda mais pessimista. Nos próximos vinte anos (2021-2041), só a União de Freguesias de Avelãs de Ambom e Rocamondo terá um crescimento positivo (4,2%), todas as outras freguesias terão um decréscimo populacional, com particular incidência a União de Freguesias de Rochoso e Monte Margarida que terá um decréscimo de 69,9%. A própria Freguesia da Guarda perderá população, com menos dois mil duzentos e dezassete habitantes, menos 8,4%. Assim, o concelho da Guarda perderá, na próxima década, dois mil seiscentos e trinta habitantes (menos 6,6%) e, nas próximas duas décadas (2021-2041) menos cinco mil oitocentas e vinte e três pessoas (menos 14,5%).”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe... dois minutos, está bem? Muito obrigado.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Obrigado. Este decréscimo populacional é acentuado nas idades mais jovens, verificando somente crescimento a partir dos 65 anos. A tradicional pirâmide é substituída pela figura do cogumelo. O maior decréscimo populacional verifica-se entre os 40 e os 59 anos, com taxas negativas entre os 20% e os 40% e o maior crescimento verifica-se entre os 70 e os 84 anos, com percentagens positivas que variam entre os 15% e os 35%. Apesar destes cenários, a população escolar na próxima década manter-se-á estável. Entre os 0 e os 14 anos terá um decréscimo de 0,3% e entre os 15 e os 24 terá um decréscimo de 2,1%. Esta análise demográfica mostra-nos que o desafio que hoje se coloca às políticas educativas municipais não é a falta de equipamentos educativos, mas a existência de instituições escolares que consigam responder às exigências que hoje se colocam à educação. Exemplo desta exigência, foi a aposta do governo e das autarquias na primeira década deste século na construção dos centros escolares. O Município da Guarda empenhou-se neste projeto, construindo três dos quatro centros escolares previstos. Dois no mundo rural (Centro Escolar de Gonçalo e o Centro Escolar do Porto da Carne) e um no mundo urbano (Centro Escolar da Sequeira). Faltou construir o Centro Escolar da Póvoa do Mileu, que novamente é proposto nesta Carta Educativa. Na educação pré-escolar e no 1º ciclo, defende o critério da proximidade, propondo a manutenção de todos os estabelecimentos de ensino. Contudo, não deixa de alertar o Município para encontrar uma solução para os jardins de infância e escolas do 1º CEB que percam população escolar e fiquem com um número mínimo de alunos. Retoma a proposta da Carta Educativa de 2008, propondo a construção do Centro Escolar da Póvoa do Mileu no antigo matadouro. Este novo centro escolar responderia às exigências de uma zona da cidade densamente povoada, dotando-a de um equipamento educativo de excelência. As escolas existentes nesta área, por mais reabilitações que se façam, nunca terão capacidade para responder às necessidades da educação dos dias de hoje, dos educadores, professores, alunos e encarregados de educação. São instalações que obedecem a um modelo de escola ultrapassado, a escola do ensinar a ler, escrever e contar, onde o que era necessário era apenas haver salas de aulas. Ao contrário, o novo

paradigma de escola, tal como é a filosofia dos centros escolares, é aquele que defende a educação do aluno como um todo. Por isso, para além de salas de aula, deve haver outros espaços para a componente de apoio à família, para as atividades de enriquecimento curricular, para o prolongamento de horário, biblioteca, cantina, refeitório, salão polivalente, etc. Este equipamento iria permitir ao município libertar-se de um conjunto de instalações que tem atualmente arrendadas. Esta localização parece-me, por isso sempre a defendi, mais adequada do que a proposta na anterior revisão da carta educativa. Por um lado, a deslocação dos alunos é feita sempre em direção ao centro da cidade e nunca ao contrário. Se este centro escolar fosse localizado na Escola Básica de São Miguel, dificilmente captaria os alunos do Bairro da Luz, Póvoa do Mileu e do Bairro do Pinheiro. E se tivessem dúvidas, é a prova porque criaram o segundo ciclo na Escola da Sé, exatamente para evitar que os alunos fossem para a Afonso de Albuquerque. Por outro lado, estamos a colocar no mesmo estabelecimento de ensino alunos com idades tão díspares que vão do pré-escolar ao 9º ano, o que me parece, pedagogicamente, incorreto. Seguramente a proposta mais polémica... e vou já terminar, senhor Presidente, peço desculpa, mas tenho que falar desta proposta. A proposta mais polémica apresentada nesta revisão da casa educativa consiste no encerramento da Escola Básica de São Miguel. Quando a direção do Agrupamento da Sé decidiu que a Escola Secundária da Sé começasse a ter o 2º ciclo, estava decretado, a médio prazo, a extinção..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhores Deputados, peço aos senhores Deputados o favor de ouvirem o orador. Muito obrigado." -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** "Quando a direção do Agrupamento da Sé decidiu que a Escola Secundária da Sé começasse a ter 2º ciclo, estava decretada, a médio prazo, disse-o na altura num programa de rádio com o meu amigo Rui Isidro, a extinção da Escola Básica de São Miguel. Prova deste facto é a sua fraca utilização, tendo apenas cento e trinta e seis alunos e uma taxa de ocupação de 20,2%. A decisão do encerramento da escola, ultrapassa a esfera educativa e entra no domínio político. Contudo, este problema devia servir, senhor Presidente, de pretexto para pensar a cidade e os seus espaços, a funcionalidade dos seus edifícios. Muito obrigado." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Agradeço-lhe que tenha tentado sincopar o mais possível. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Ora, muito boa tarde a todos, Senhor Presidente bem-haja. Senhor Professor, bem-haja pela sua explicação. E, diga-me uma coisa, pela sua longa experiência, é normal querer-se fechar uma escola no espaço de três meses? Ou seja, fechar agora para nunca mais abrir, quando há professores, há alunos, há pais, há rotinas. Deixo só essa questão. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Faça favor. Já lhe dou a palavra.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Já agora queria parabenizar o senhor Professor Rochette pelo magnífico documento que hoje nos trouxe aqui a esta Assembleia. Efetivamente é um trabalho muito exaustivo, que reflete aquela que é a realidade do nosso concelho em termos da democracia estudantil que vamos ter para o futuro. E, nesse sentido, para nós podermos aferir a nossa decisão e o nosso sentido de voto, eu gostaria que o senhor Presidente me autorizasse a questionar o senhor Presidente da Câmara relativamente ao seguinte. Portanto, acho que é ponto assente que a escola de São Miguel é para fechar. Eu gostaria de questionar o senhor Presidente, muito objetivamente, se essa decisão de encerramento da Escola de São Miguel é uma decisão gestionária do Executivo com base naquilo que é a vossa estratégia para o ensino ou deriva desta Carta Educativa? Portanto, agradecia que pudesse fazer o favor de me esclarecer quanto a este ponto. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, também. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Boa tarde a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento toda a gente. Depois de tudo o que foi dito, penso que há poucas coisas a acrescentar. Contudo, respondendo ao senhor Deputado que dizia se é normal fechar uma escola em três meses, com alunos, professores. É assim que se encerram as escolas. Por inerência de funções, tem sido assim. Tenho assistido a isso. É doloroso? É. Custa? Pois custa, mas não sei como é que é defensável, sinceramente,

uma escola com cento e trinta e seis alunos, com vinte e quatro salas, com uma ocupação de 20.2%, e com alunos de SASE de 73%. Eu não creio que aqui haja inclusão. Não sei quais são os critérios pedagógicos que assistem a este tipo de escola. E isso a direção do Agrupamento tem toda a culpa sobre essa situação. Era só isso que eu queria dizer. Quanto ao resto, concordo perfeitamente com os anteriores. Muito obrigado.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguém. Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Marco Loureiro, Deputado (BE):** “Muito obrigado, senhor Presidente. O Bloco de Esquerda jamais irá votar para se fechar escolas. Diga-se o que se disser, traga-se aqui os estudos que se traga, mas nós não vamos votar para se fecharem escolas. A guetização que foi feita nesta escola, que é este o termo, tem culpados. E ninguém neles fala. Agora é fácil falar em números. Mas o que é que levou a esses números? Por isso, não há qualquer fuga política a esta questão. A Câmara tem essa responsabilidade de aqui afirmar, há pouco tive oportunidade de fazer a pergunta diretamente ao senhor Presidente, se é a Câmara que tem esse poder para não fechar. Porque tem. E se tem a estratégia de fechar há que assumir e a população que tire as devidas conclusões. No que toca ao Bloco de Esquerda, não nos compete, neste momento, estar aqui a dar as soluções para resolver isso, porque não é a nós que nos está a competir isso. Não é. Não foi por falta de alertas, ao longo de todos estes últimos anos, do processo que se andava a fazer nos Agrupamentos. E este esvaziamento que agora começo a acreditar, cada vez mais, que havia um propósito. Isso é que é grave. Houve um propósito. E agora ninguém quer aparecer como o defensor. Pois, o Bloco de Esquerda está sempre ao lado da escola. Fechar escola é fechar uma cidade. Fechar escola é fechar a educação no futuro. Como resolver? Compete a quem criou o problema. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais... Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Em primeiro lugar, gostava de dizer que li a Carta como espero que toda a gente que esteja aqui e que esteja a votar o tenha feito. Li a Carta com atenção, observei todos os gráficos, os meus parabéns pela elaboração. Acho que a parte que é dedicada à educação inclusiva está muito bem, a do sucesso

escolar também. Mas não posso estar de acordo com uma carta que, de facto, prevê o encerramento de uma escola. Os critérios que são apresentados, eles estão aqui bem claros na página 229, é, por exemplo, taxa de ocupação de 20%. Quando é feito assim os números, reparem, há salas aqui que é uma sala de informática. Logo, essa sala está dada como espaço que não é ocupado, mas é uma sala específica e que não pode ser atribuída por turma. Falo na sala de TIC, falo na sala de música, falo em algumas salas que são salas, de facto, específicas, e, portanto, gostaria que me esclarecesse se elas estão aqui dentro. Porque é assim, essas salas, olhe, eu nunca dei aulas na C+S de São Miguel, dou na Secundária da Sé. E, de facto, é assim, o facto de as escolas não estarem a 100%, se calhar é bom. Porque, olhe, nós não temos uma única sala, muitas vezes, e outros professores que estão aqui se calhar, quando nós, por exemplo, queremos dar um teste ou queremos fazer uma atividade, é muito complicado encontrar uma sala e sempre nos dizem que não há salas disponíveis. Portanto, este, a mim, não me soa como argumento. O facto de ter 70% de alunos que precisam de necessidades, eu posso-vos garantir (e não falo por mim, porque, como vos estou a dizer, eu não dou aulas e nunca dei na C+S de São Miguel), mas o trabalho que é feito nesta escola é extraordinário e é um trabalho muito, muito difícil. Porque se vocês falam destes alunos, em turmas onde todos têm todos os recursos, todas as capacidades e todos os acompanhamentos, qualquer professor poderia brilhar. Não é o caso daqui. Estas turmas, são turmas muito complicadas, são alunos que, de facto, são complicados. O trabalho que é feito aqui, por exemplo, para esses alunos não desistirem, para esses alunos não abandonarem a escola, é um trabalho muito profundo e é um trabalho que merece todo o meu respeito. E por isso eu não posso também estar de acordo com o documento. Eu li, tive a preocupação de ler o documento todo. Li e, de facto, acho que há aqui pontos muito fortes, acompanhando também a análise, mas não só, há pontos muito fortes realmente aqui na Carta Educativa. Os parâmetros que dedicam, por exemplo, à educação inclusiva, que me diz muito respeito e, portanto, acho que sim, e do sucesso escolar. Não posso concordar com documento que propõe o encerramento de uma escola com os critérios que nos são aqui apresentados.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Faz favor.”

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde a todos, mais uma vez. Eu tinha uma intervenção preparada, mas vou optar por não ler e falarei com o coração, porque, de facto, isto é algo que me deixa espantado. Preocupado, acima de tudo. Tenho 24 anos, sou jovem, sou da Guarda e, de facto, a leviandade com que se fala de fechar uma escola... É assim, estamos aqui, representamos partidos políticos, estamos numa Assembleia, mas não é pegar na escola como arma de arremesso político. Não é isso que estamos a falar. É assim, há problemas, coloca-se a questão do encerramento da escola. Mas a força que nós aplicamos ao encerramento, não é proporcional à força que nós estamos a aplicar ao diálogo. Será que há alguma solução para esta escola? Será que o caminho é definitivo e é encerrar? O senhor Presidente já ouviu o Agrupamento de Escolas? Já reuniu, já deu explicações aos pais, já falou com a comunidade da Escola de São Miguel? Já lhes justificou, olhos nos olhos, o porquê de fechar a escola? É que nós estamos aqui a assistir... eu devia estar aqui a discutir a Carta Educativa e teria muito gosto, também já não tenho tempo, mas a verdade é que esta Carta Educativa traz aqui um presente envenenado que tem que ser escalpelizado e analisado politicamente. É assim, o senhor Presidente terá os seus motivos. Aqui vê-se, claramente, que há aqui um motivo, uma vontade política de fechar a escola. Só que tem que haver também vontade de tentar fazer algo pela escola. É que fechar assim do dia para a noite, por mais justificado que seja, as justificações que há para fechar têm que ser proporcionais às justificações que há ou que pode haver para a manter. E é isso que eu quero ver num servidor público, num autarca. Nós temos que fazer aqui um exercício introspetivo e temos que ir ao âmago desta questão: para que é que serve uma autarquia? Para que é que serve um Presidente da Câmara? Quais são as competências que a Câmara tem na área da educação? O que é que a Câmara pode fazer pela Escola de São Miguel? É isso que eu gostava de ouvir. Eu não gostava de ouvir: vai fechar porque, pronto... Eu também gostava de ouvir: vai fechar porque há quem diga que tem que fechar. Mas eu também gostava de ouvir aqui outra perspetiva: vai manter-se ou pode manter-se se fizermos isto, isto, isto e isto. Porque é assim, a mensagem que nós estamos aqui a passar hoje é encerrar uma escola que, para mim, será sempre de ânimo leve. Estamos a falar da educação, estamos a falar do futuro, estamos a falar da juventude. Encerrar uma escola tem muito peso. O senhor Presidente vai tomar esta decisão e esta decisão vai pesar muito aos olhos de quem está a ver e de quem está a assistir. Portanto, eu

acho que nos deve uma explicação detalhada do porquê de estar a fazer isto, mas, acima de tudo, deve uma explicação aos pais, aos professores, aos alunos, aos funcionários, que fazem nesta escola um trabalho notório, como disse aqui a Professora Cláudia Guedes. E, depois, dizer-lhe também, senhor Presidente, que a verdade é que estes alunos que são aqui retratados que têm ação social escolar, têm problemas neste aspeto, neste âmbito, mas a verdade é que estes alunos, se calhar, se forem diluídos nos Agrupamentos, no Agrupamento de Escolas da Sé e no Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque, se calhar, esta diluição, por assim dizer, pode provocar também aqui abandono escolar. E é para este fator que eu também quero que o senhor esteja atento. É que o encerramento também leva a isto. E, construtivamente, lhe digo, primeiro, senhor Presidente, vamos votar a Carta Educativa, mas, primeiro, diálogo com os pais, com as famílias, com os alunos, diálogo alargado na escola, lutar pela escola na primeira linha de defesa. Porque de hoje para amanhã, senhor Presidente, virão aí pessoas, virá também o ímpeto do estado central para nos fechar mais serviços públicos e o senhor tem que ter capital político para defender a Guarda do fecho de serviços públicos. Eu sei, quando se falou da maternidade, o senhor foi o primeiro a vir para a linha da frente a defender a Guarda. Eu queria que o senhor viesse para a linha da frente a defender também a Escola de São Miguel. Não são coisas comparáveis, mas eu queria também que você tivesse essa vontade política. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Queria falar, senhora Deputada, levantou o braço? Já lhe dou a palavra.” -----

- **José de Almeida Gonçalves, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Ó senhor Deputado Robalo, há dois anos atrás, no verão de 2021, e acho que deveria perguntar porque estava aqui a colocar as questões ao atual Executivo, perguntar ao Agrupamento de Escolas da Sé, em 2021, porque é que (em relação às escolas que foram fechadas e isto no último Conselho Municipal de Educação, no verão de 2021) a escola da Carvalheira foi encerrada. E, aqui, pede ao Executivo para se meter no assunto. Então, porque é que a escola da Carvalheira foi fechada e ninguém perguntou nada à Junta de Freguesia? Porque é que telefonaram aos pais, aos encarregados de educação dos alunos que lá estavam, para saírem da escola, para irem para outra escola e não informaram a Junta de Freguesia? Dois pesos e duas medidas? Senhor Deputado... eu já na última

Assembleia lhe tinha dito que olhássemos aos antecedentes e eu, há pouco, quis-lhe dizer isso, mas infelizmente não deu.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Relativamente aos resultados escolares das escolas, eu fiz um pequeno trabalho de casa dos dados que estão disponíveis na página do Agrupamento. E, portanto, daquilo que é possível e de acordo com os dados que estão disponíveis, efetivamente, os resultados de São Miguel estão sempre abaixo das restantes escolas do Agrupamento, nalguns casos muito abaixo. Sucesso pleno, então a diferença é de 33%. Não sei, sucesso pleno é quando não há negativas, quando um aluno não tem negativas a nenhuma disciplina. A divergência é enorme. E, relativamente ao senhor Deputado Francisco Robalo e também à senhora Deputada Cláudia, dizer que ter os alunos ali todos metidinhos naquele sítio e não os distribuir, vai contra um decreto-lei que já aqui foi citado, o 54, que é o da inclusão, e que se pretende justamente que os alunos sejam capazes de socializar uns com os outros e de melhorar uns com os outros. Aliás, as escolas do futuro não poderão ser nunca mais aquilo que muitos professores... eu também sou professora, vivi numa salinha com um quadro e com um giz, com frio no inverno e calor no verão. Uma escola de futuro terá que ter outros enquadramentos. Agora, não queiram tapar o sol com a peneira porque a escola São Miguel tem cento e trinta e seis alunos e este ano vai ter uma turma, ou supostamente iria ter uma turma, por ano de escolaridade, para aí com dez alunos, cada um. Se vocês acham que isso é inclusão! Agora, dói fechar escolas? Ah, pois, dói, senhor Deputado. Eu, em 2008, estava no terreno a fechar escolas, por conta da Inspeção Geral da Educação, a dizer às pessoas que ia fechar. E as pessoas choravam. Agora, nalgum dia isto havia de acontecer. Se fecham escolas do primeiro ciclo, algum dia havia de chegar ao segundo e terceiro ciclo e há de chegar ao secundário e há de chegar ao universitário. Não podemos é agora também estar a fazer de conta que não sabíamos do assunto, muito menos a Direção do Agrupamento que, por acaso, tem aqui uma senhora Vereadora e que não está cá. Pois, não é por acaso. E também não vejo a senhora Dra. Lurdes que também faz parte do Agrupamento. Portanto, essas coisas também têm que ser ditas, não tapemos o sol com a peneira. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Miguel Borges, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PSD):** “Boa tarde. Eu era para fazer apenas uma declaração de voto, mas uma vez que este e os próximos pontos terão alguma liberdade, até porque o Executivo também tem liberdade quando convida especialistas para vir, e bem, e, portanto, espero que essa liberdade seja também para os grupos parlamentares. Não se está a ouvir bem? Mas isso é um problema do micro, provavelmente. O Tempo, ó senhor Deputado, eu explico novamente. Aquilo que eu estou a dizer é que, quando o Executivo traz especialistas que ocupam tempo que não está previsto regimentalmente, portanto, penso que, e bem, a Mesa dará esse tempo a todos os grupos. Portanto, era só para lhe dar essa nota. Agora, relativamente a esta questão, deixai-me dizer-vos uma coisa. Há questões que vêm a esta Assembleia que são muito importantes, outras menos importantes, outras de mediana importância, chamemos-lhe assim. Considero que hoje há três propostas que vêm a esta Assembleia que mexem com o futuro da Guarda. Esta é a primeira delas, a seguir haverá a formação de uma empresa para tratar da parte da reabilitação urbana e outras coisas e, depois, a seguir, os serviços intermunicipais de água e saneamento. E há uma coisa que nós todos, hoje, aqui, somos convocados a fazer. Todos, hoje, estamos convocados a ser (eu posso utilizar esta palavra, não me custa nada) a ser pela Guarda. Todos, hoje, temos que deixar a questão da política e ser responsáveis. O Partido Socialista, relativamente a essas três questões que hoje vêm aqui à mesa, fez um debate interno profícuo e não foi fácil. Nunca é fácil fechar uma escola. Nunca é fácil que a população da Guarda, e lá está, quer dizer, politicamente, se calhar, seria melhor colocarmo-nos na parte da politiquice e estarmos aqui uns contra os outros porque a Carta Educativa em 2018 foi ou não foi, veio ou não veio. Não tem nada a ver com isso. Nós estamos a falar, com as nossas crianças, nós estamos a falar do futuro da Guarda. E para o futuro da Guarda... é assim, dar-lhe, para já, os parabéns relativamente à apresentação porque foi extraordinária. Tocou nos pontos chave. Havia várias soluções. Eu tive oportunidade de ler o documento e tínhamos também a questão que era levar os alunos que estão cá em cima, lá para baixo. Haveria esta hipótese. Mas, esta hipótese, provavelmente, já não agradaria às pessoas de outros quadrantes. E, portanto, dizer-vos assim. Como é obvio, colocando prós e contra e tendo em

consideração toda a Carta Educativa, todo o documento, não apenas a questão da C+S de São Miguel que está aqui em causa, e sendo responsáveis e apesar de isso poder trazer custos políticos, nós, hoje, relativamente à Carta Educativa, iremos votar favoravelmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Penso que não há mais inscrições. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se desejar.” ---

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Tentarei ser breve. Agradecer, naturalmente, ao senhor Professor António Rochette, da Universidade de Coimbra. Mais uma vez, pela terceira vez está aqui a fazer a apresentação da Carta Educativa, muito bem apresentada. Uma Carta Educativa muito bem elaborada. E vejam só, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, algumas das matérias que constam na Carta Educativa, eu próprio fui sendo convencido pelo senhor Professor António Rochette e pela senhora Dra. Cristina Oliveira, a senhora Diretora Regional de Educação, e mudei a minha opinião durante estes meses em que a Carta Educativa foi sendo elaborada. Aqui têm eu a fazer este ato de contrição, porque havia lá algumas coisas que, de facto, eu tinha uma opinião completamente diferente. Mas o político tem que saber ouvir os técnicos e foi isso que aconteceu. E depois daquela conversa, que tivemos naquela sala da Universidade de Coimbra, que nunca mais me vou esquecer dela, de facto, nós depois acabámos por tomar aqui mais algumas decisões, e muito bem, porque soubemos ouvir os técnicos. Porque este é efetivamente um documento técnico, absolutamente técnico. Os políticos têm que o executar. Quando o Presidente da Câmara tem um documento técnico, está absolutamente obrigado a cumprir o que lá está, sob pena de ser um mau político. Ou então encontrar um qualquer outro documento técnico para o contrariar. E não é o caso. Porque, senão, então, estaríamos a inverter por completo as prioridades também na vida política. Recordar a Carta Educativa que está em vigor, que é de 2008, efetivamente também já feita pelo senhor Professor António Rochette. E devo recordar também as decisões que foram tomadas no dia 6 de junho. Há quase um mês. O Conselho Municipal de Educação, já alguém aqui hoje falou nos catorze votos favoráveis, contra dois que foram desfavoráveis. Mas o Conselho Municipal de Educação é o órgão máximo em matéria de educação no nosso concelho, porque ali estão representadas as

escolas, os agrupamentos, uma diversidade de instituições públicas e de serviços públicos da nossa cidade e, portanto, tem que ser absolutamente ouvido o Conselho Municipal de Educação. O Conselho Municipal de Educação poderia ter dado um parecer negativo. Mas não, ao contrário deu um parecer positivo, com os números que já alguém há pouco bem referiu. E por isso os políticos devem saber ouvir também. Os políticos, permitam-me, somos todos nós. Uns com mais responsabilidade no dia a dia, outros com menos responsabilidade. Enfim, mas somos todos nós. Os políticos devem saber ouvir as decisões que são tomadas nos órgãos próprios, como é o caso do Conselho Municipal de Educação, que assim decidiu o seu parecer, no passado dia 6 de junho, há quase um mês. E depois com a aprovação, na reunião de Câmara, no passado dia 12 de junho. Mas eu já falarei sobre a escola C+S de São Miguel. Já há pouco aqui foi aqui falado, senhor Deputado Virgílio Bento, sobre a questão do Centro Escolar no antigo Matadouro. É retomar efetivamente esse projeto, porque é efetivamente a melhor solução, segundo dizem os técnicos. E convenceram-nos disso, para concentrar ali, por razões de proximidade, porque é um raio de pouco mais de quinhentos metros dos bairros onde irá ser concentrado este novo Centro Escolar do Primeiro Ciclo, Jardim de Infância, ATL, enfim, congregar ali as valências que já existem neste momento, vejam só, em onze espaços diferentes. Foi a solução, e bem, encontrada à época, ao longo dos anos, para os Jardins de Infância, para os ATL, para as Escolas primárias. Foi a solução. Mas, hoje em dia, já temos que mudar efetivamente o paradigma, porque temos que nos adaptar aos novos tempos das políticas educativas. Mas deixem-me recordar aquilo que está no plano de investimentos. Um plano de investimentos de cerca de 26 milhões de euros ao longo dos próximos dez anos. Isto é um grande desafio. É um grande desafio para os próximos Executivos, esteja quem estiver, aqui, nesta casa, à frente dos destinos desta Câmara Municipal. É um grande desafio. E só possível, grande parte deste investimento, à custa dos fundos comunitários, seja PRR, seja no 2030 ou seja no BEI, o Banco Europeu de Investimento que também já se fala por aí que possa financiar este tipo de intervenções. Na Beatriz Ângelo, estamos a falar em mais de 3 milhões de euros que é necessário investir naquela escola. O novo Centro Escolar que poderá custar qualquer coisa como 6 milhões de euros. Devo dizer que este novo Centro Escolar terá que ter, tal como, e bem, a Escola Secundária da Sé, um pavilhão desportivo para dar uso à comunidade educativa, mas também para dar uso no horário fora do horário

letivo. Dar uso à comunidade, é isso que tem que absolutamente acontecer. Mas a Escola Básica do Barracão também está aqui um investimento previsto. É dos poucos casos em que efetivamente tem aumentado o número de alunos no mundo rural, é a Escola Básica do Barracão. Mas a Escola Básica do Espírito Santo também tem que sofrer aqui uma intervenção de cerca de meio milhão de euros. A Escola Básica da Estação, de 2,7 milhões de euros (isto são estimativas dos técnicos da casa) para fazer um investimento na Escola Básica da Estação, para cobrir o polidesportivo que lá está, para fazer um novo refeitório, ir de encontro, assim, às novas necessidades, às novas exigências da população, da comunidade educativa, da legislação em vigor. E é isso que nós nos predispomos fazer ao longo também dos próximos anos. A cobertura do pavilhão desportivo que lá está ou do polidesportivo, naturalmente, também, para dar uso à comunidade desportiva, à comunidade em geral. Escola Básica das Lameirinhas, já lá está a ser construído, como todos sabem, a cobertura daquele pavilhão desportivo, daquele polidesportivo, efetivamente para dar uso à escola, à comunidade educativa e à comunidade em geral e sendo absolutamente necessário também, e é aquilo que aqui se prevê, que possa existir, no futuro, também um refeitório naquela escola. Mas falando sobre a Escola Básica de Maçainhas, com a cobertura do polidesportivo que também aqui está patente. A Escola Básica de Pera do Moço com algum investimento também. A Escola Básica de Santa Clara, em termos patrimoniais e da arquitetura é, sem dúvida alguma, todos concordarão, é a joia da coroa da comunidade educativa do nosso concelho, tendo em conta os anos que tem aquela escola. Estamos a falar de um investimento de cerca de 3 milhões e meio de euros para que a Escola Santa Clara possa ser efetivamente bem reabilitada e adaptá-la aos tempos modernos. A Escola Básica da Sequeira, há um investimento previsto de perto de 900 mil euros para fazer um pavilhão desportivo naquele espaço adjacente do Centro Escolar da Sequeira. Mais uma vez, não só para dar uso à comunidade educativa, mas à comunidade desportiva, à comunidade em geral. A Escola Básica e Secundária da Sé, sabemos bem que já vai na segunda fase. A primeira fase, os fundos comunitários previam apenas, ainda no quadro comunitário anterior, previam apenas a intervenção ao nível da eficiência energética. A segunda fase, o projeto ficou muito pela rama. Foi um erro esta segunda fase não ter ido muito mais além, porque havia dinheiro para fazer o investimento total. Pois bem, terá que haver agora uma terceira fase na Escola Secundária da Sé. Vamos ver com que dinheiro. Não

sabemos se os fundos comunitários irão continuar a apoiar. Estamos a falar num montante de cerca de 2,9 milhões de euros que ainda é preciso investir naquela escola, seja para o parque de estacionamento, seja para o novo salão de convívio, seja para recuperar o antigo pavilhão desportivo, seja para todos os arranjos exteriores. Enfim, estamos a falar num montante muito elevado que tem que ser feito. E terminando, para falar apenas nos montantes maiores, na Escola Básica de Santa Zita, que tem que ter também um refeitório e cobrir o polidesportivo que ali está e dando assim uso, da mesma forma, a todas as comunidades. É este, efetivamente, o plano de investimentos, uma estimativa de 26,5 milhões de euros para os próximos 10 anos, sempre na vigência e com o apoio, claro está, dos quadros comunitários de apoio. E isto é que importa efetivamente discutir e analisar também, em termos de carta educativa, é o plano de investimentos e é o novo Centro Escolar. Mas falando no caso concreto da Escola C+S de S. Miguel. Claro que ninguém gosta de fechar uma escola, conforme se fecharam trinta e sete naquele tempo, mas havia essa necessidade. Conforme já se fechou mais uma ou duas há dois anos, como falou o senhor Deputado José Gonçalves. Nunca ninguém quer fechar escolas. Mas é a necessidade e ouvindo aquilo que os técnicos têm para dizer. É claro que depois há aqui a tentativa de pessoalizar: a culpa é do Presidente da Câmara. A culpa do fecho da Escola C+S de São Miguel é do Presidente da Câmara. É isso que se tenta pessoalizar naquela política mesquinha, porque depois, a seguir, nas redes sociais, lá no Facebook e nas outras redes e tal, não sei se o Tiktok também dá para fazer essas coisas, lá vão pôr aquela coisa que foi o Presidente da Câmara que fechou. Pois bem, meus senhores, trezentas páginas de um documento... ó Deputado Virgílio Bento, eu arrisco-me dizer também como o meu amigo acabou de dizer, acho que é mesmo, eu não sei se é a melhor, mas é das melhores Cartas Educativas do país, feita ao longo de algum tempo, muito ponderada, muito discutida. Até houve a mudança de opiniões dos políticos em função da auscultação dos técnicos. E é isso que nós estamos obrigados a fazer. Ouvir os técnicos, tomar as decisões e executar aquilo que é dito na Carta Educativa. Eu devo recordar aqui também, porque está aqui a ata do Conselho Municipal de Educação, ou o projeto de ata, e nós tivemos o cuidado de, neste Conselho Municipal de Educação, de gravar, para que não restassem dúvidas a ninguém sobre aquilo que lá foi dito, lá foi discutido e lá foi aprovado. Eu não quero, agora, aqui, discutir se ao longo dos anos a Direção do Agrupamento tratou melhor a escola, se

tratou pior, mais desleixado, menos desleixado, com mais preocupação no projeto educativo, com menos preocupação no projeto educativo. Não quero agora discutir isso. Não importa agora falar isso no âmbito desta... é importante realçar, claro. Mas não importa agora discutir isso. Certamente que fizeram o melhor que estava ao seu alcance. E quem mais não sabe, a mais não é obrigado a fazer. Mas, a certa altura, e foi aquilo que foi votado no Conselho Municipal de Educação, a certa altura, diz isto: «encerrar a escola C+S de São Miguel no final deste ano letivo». Está em ata. Foi isto que foi votado no Conselho Municipal de Educação, para que conste. Devo recordar também que ainda há poucos meses, a Escola Básica das Lameirinhas, que tem cerca de cem alunos, é assim senhora Vereadora? Cem, cento e cinco, cento e dez, em dois dias, os alunos foram deslocados para a sede do agrupamento por causa das obras. Porquê? Porque nós tínhamos que executar as obras, senão perdíamos o financiamento. E, em dois dias, conseguiu-se operacionalizar essa mudança. Não há aqui tabus absolutamente nenhuns. Agora, referir também, senhora Deputada, porque falava naquela questão das salas, que naturalmente é preocupante as salas suplentes. Senhor Professor, aquilo é uma T28, mas nós considerámos que é uma T24, é mais ou menos assim. Certo? Ou seja, ainda há lá salas que não foram consideradas. Há lá salas vagas, efetivamente. Mas referir que tenho a lamentar que, desde o dia 6 de junho até agora, a única entidade que se preocupou em falar com os pais foi mesmo o Executivo Municipal, com a reunião que tivemos com a associação de pais e com alguns encarregados de educação na passada semana. Fomos nós que tivemos essa preocupação. Lamento mesmo, lamento muito, mas mesmo muito que a Direção do Agrupamento não tenha, até agora, dito uma palavra sequer aos pais, aos encarregados de educação, sobre aquilo que efetivamente foi aprovado na presença da Direção do Agrupamento, que esteve presente. O sentido de voto imaginamos qual é que é, perfeitamente legítimo. Natural que tenha sido, naturalmente que sim. Mas foi isto que foi aprovado no Conselho Municipal de Educação. E lamento que, até agora, estejam mais preocupados em lançar comunicados contra o Executivo Municipal, contra a Câmara Municipal da Guarda, do que pugnar pela qualidade educativa, pela salvaguarda dos direitos da comunidade educativa, seja dos alunos, seja dos professores, seja dos funcionários. Por último, dizer que, com a mudança dos alunos da escola, isso sim, isso é que é uma exigência que deve ser feita pela direção do agrupamento, pelos pais, é o acompanhamento social dos alunos. Isso

é que tem que ser absolutamente feito. Coisa que, até agora, não sei se foi feito, se foi mais bem feito ou menos bem feito. Esse acompanhamento social tem que existir de uma forma absoluta ao longo dos próximos meses, ao longo dos próximos anos, sob pena de, aí sim, a comunidade, que somos todos nós, falharmos naturalmente na educação destes alunos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, a proposta de revisão da Carta Educativa à votação dos senhores Deputados.” --

- **Resultado da votação do Ponto 2.2 - Proposta de Revisão da Carta Educativa.** -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta e três votos a favor, sete abstenções e onze votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Mas é declaração de voto, não é, de novo, intervenção.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Eu dou, mais uma vez, os parabéns a quem fez a Carta Educativa, está bem? E não é contra esta Carta Educativa, nem é contra o Executivo que eu estou a votar contra, está bem? A escola pública, enquanto escola para todos e para cada um, garante a inclusão, respondendo à diversidade das necessidades, potencialidades e interesses e preferências das crianças e alunos, promovendo a igualdade através das possíveis oportunidades. É no sentido do interesse dos alunos e concomitantemente das suas famílias, que pensamos ser fundamental não deixar, neste caso, encerrar a Escola C+S de São Miguel. Mais uma vez, parabéns pela Carta Educativa. Não é isso que está em causa. Não podemos votar a favor de uma proposta como esta.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Muito boa tarde a todos. Sobre esta questão, lembrava uma expressão já com alguns anos. Alguém disse, em determinado momento, que para além do défice teria que haver mais país. E eu acho que a dureza dos números é clara. Eu acho que, contrariando os parabéns que já foram dados aqui ao Rochette, já o conheço há muitos anos, somos amigos há muitos anos, eu acho que tu tens que começar a pôr mais sentimento no teu trabalho, porque o sentimento também deve

contar nesta questão. Eu que sou uma pessoa de números, foi aí que me fez levar a que, acho que sim, tem que haver mais escola C+S para além dos números.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma declaração de voto.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Declaração de voto. Só para dizer que votei a favor, convictamente, da Carta Educativa, enquanto documento bem estruturado do concelho da Guarda. E, portanto, foi isso que veio à votação, é este ponto que está aqui em equação. Não é nenhum encerramento específico de nenhuma escola. Quanto a isso, eram outros “quinhentos”. Portanto, o que eu votei aqui foi um documento bem elaborado, bem estruturado e que reflete a política educativa do concelho da Guarda e não foi outra coisa. Não tentem baralhar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, faz favor. Já lhe dou a palavra.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Em nome da bancada municipal do PSD, venho justificar o sentido de voto negativo. Não temos rigorosamente nada contra a Carta Educativa, até porque unanimemente reconhecemos que é um documento extremamente bem feito e que pode ser muito bem aproveitado. No entanto, uma vez que serviu de base, segundo, enfim, as palavras tácitas do senhor Presidente da Câmara, para o encerramento da Escola de São Miguel e uma vez que a forma como esse ato foi praticado, em que as famílias não foram ouvidas, portanto, houve um certo atabalhoamento, tivemos que votar contra. Nada contra a Carta Educativa, mas sim contra os princípios aí baseados e que levaram ao encerramento da escola, ou que vão levar ao encerramento da escola. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. No senhor Presidente, cumprimentá-los a todos. Parabéns ao documento técnico e aos seus autores. E dizer só que há dias em que a gente fica triste. Efetivamente, os números são uma tristeza. E nós todos, de todas as bancadas, temos que pensar no ordenamento do território e na coesão territorial, porque isto que aqui aconteceu hoje pode e vai acontecer em muitas áreas.

Se os partidos todos, se todas as pessoas que têm vida cívica, independentemente do sítio onde estiverem, não fizermos nada, o interior está a ser asfixiado. E eles só se vão lembrar, o centralismo democrático, até faltarem a coisas importantes como a celebração de sessenta e sete mortos e só vêm à segunda chamada, até faltarem à primeira chamada. Quem? Todos. Todos. Desde o Presidente ao Primeiro-Ministro. Vieram, vá lá, à segunda chamada, ontem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor... ó senhor Deputado, o senhor Deputado Miguel Borges estava primeiro. Acho.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mais uma vez, apenas para defender o voto do Partido Socialista. Foi um voto favorável. Eu acho que o microfone, à tarde, está... não, estou a falar a sério. É que eu, dalém, também não consigo ouvir. A sério, por acaso, isto, não está ok. Mas dizer-vos que votámos favoravelmente, precisamente pela Carta Educativa. Responsabilizamo-nos pelo nosso voto, apesar de poder haver consequências políticas desse aspeto. Não nos preocupamos com isso, preocupamo-nos mais com a Guarda. Agora, dizer-vos, como é óbvio, não assumimos responsabilidades de não ter falado com os pais. Não assumimos responsabilidades de não ter falado com os professores. Não assumimos responsabilidades da escola fechar daqui a dois meses e não fechar só para o ano. Essas responsabilidades ficam com quem a toma, neste caso, com o executivo e outras entidades que tenham que ter. Nós portamos favoravelmente à Carta Educativa, sabíamos o que continha a carta educativa e, nesse sentido, é a nossa declaração de voto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor, declaração de voto.” -----

- **Marco Loureiro, Deputado (BE):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Dizer que não está em causa a Carta Educativa. O voto do Bloco de Esquerda, há pouco, eu expliquei especificamente. E aqui é apenas reforçar que não se pode falar em fechos apenas por números. A saúde não são números, a educação não são números. Eu compreendo perfeitamente a demografia, mas a verdade é que o território chegou ao que chegou e muitos tiveram culpa. E é neste sentimento de nunca haver culpa, de nunca haver

responsáveis, que este voto do Bloco de Esquerda teria que... se pudesse, certamente que era reforçado vinte, trinta, quarenta vezes este mesmo voto. Porque nunca se encontram responsáveis. Apontam-se situações, apontam-se certos motivos que levam a que estas situações negativas venham a acontecer, mas, no final disto tudo, vamos todos para casa, todos muito tristes, fechámos mais uma escola, mais uma revisão da Carta Educativa. Por acaso, na última, o senhor Professor veio cá e anunciou também o fecho. Está aqui com algum azar. Não, não está com azar. O azar, somos nós, também, que procurámos. Nós, não todos. Porque como, há pouco, o senhor Presidente aqui trouxe e disse aquele Conselho Municipal da Educação, que diz que tem lá catorze votos, também pode dizer quem é que votou! Até deveria era ser já público quem é que votou, esses catorze votos a favor. Porque lá, estava lá a dizer. Se estava lá a dizer dessa maneira, como está transcrito, que a escola ia fechar, é importante que as pessoas percebam quem é que vota nestas questões. Para depois dizerem sempre que não sabiam, que não fizeram nada... coitadinhos! Não, isto não pode acontecer. Há que haver responsabilidades e há também que haver responsabilidades políticas. Aqui já assumiu, o PS, pelos vistos, já assumiu que está disposto a essas responsabilidades políticas até. E aqui a Câmara também terá que as ter e todos nós. No que toca ao Bloco de Esquerda, a consciência é tranquila, tem estado sempre ao lado daquilo que tem que permanecer, que é dar vida e para dar vida à cidade é preciso, sem dúvida, uma escola pública de qualidade. E se isto chegou a este ponto é porque havia muita boa gente que devia ser responsabilizada e não aconteceu. E não é só este Executivo, foram outros anteriores muito aqui representados nesta mesma sala. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava...” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Muito obrigado por esta oportunidade. Eu, de facto, quero responder além ao senhor Deputado do Bloco de Esquerda, que quer encontrar um responsável por isto tudo... Isto é uma declaração de voto. Pronto. De facto, somos todos responsáveis. Mas ninguém pode obrigar a ninguém, às famílias, a terem três ou quatro filhos. Isto também faz parte, quer dizer, se só podem ter um ou dois, porque de facto não existe economia suficiente, temos que

respeitar isso. E, portanto, é por aqui que também... não é tudo político. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, se a Mesa fosse rigorosa nas declarações de voto, tenho a impressão que não havia declaração de voto nenhuma. Pronto. Mas depois iam para redes sociais dizer que o Presidente da Mesa que é um ditador, que não deixa fazer declarações de voto. Colocava, como é hábito, este ponto está aprovado, colocava à aprovação em minuta. Costumamos... costumamos fazer um por um... fizemos? Pronto, então fica para o fim. Senhor Professor, muito obrigado.” ---

Ponto 2.3 - Proposta de constituição de Empresa Municipal, sob a forma de Sociedade Anónima Unipessoal, de responsabilidade limitada, aprovação dos respetivos Estatutos e denominações alternativas propostas - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, dava a palavra ao senhor Doutor Pedro Mota e Costa? Senhor Professor, faz favor.” -----

- **Pedro Mota e Costa, Consultor:** “Muito boa tarde a todas e a todos. Penso que me conseguem ouvir. Eu vou fazer uma pequena apresentação, portanto, uma pequena súmula daquilo que são os documentos que foram distribuídos e depois colocar-me à disposição para alguma questão que entendam por conveniente. Uma primeira questão é o contexto. Ou seja, de facto, aquilo que é hoje trazido aqui para cima da mesa tem um contexto, uma necessidade que o Município da Guarda e, bem assim, os outros trezentos e sete municípios têm também em cima da mesa. Enfim, com esta magnitude não terão todos. Mas, efetivamente, é implementar a estratégia local de habitação. Em três anos, o Município da Guarda terá em cima da mesa a construção de trezentos e vinte e cinco fogos, um investimento de cerca de 40 milhões de euros e, de facto, passará dos atuais cerca de noventa e cinco fogos e lojas que neste momento tem a gestão e tem locação associada, para mais trezentos e vinte e cinco fogos. De facto, é um investimento de uma magnitude muito grande. Importa conseguir dar uma resposta cabal rápida, que permita atingir esse desiderato e, no fundo, aproveitar os fundos comunitários que estão disponíveis. E este é, de facto, um grande desiderato que tem em cima da mesa, num curto espaço de tempo. Depois, três outros desideratos. Um

deles, também, que tem a ver com algo semelhante, que tem a ver com a implementação efetiva da reabilitação urbana e revitalização do Centro Histórico; o programa de revitalização da Serra da Estrela, portanto, que também está em cima da mesa; e a dinamização da própria área de acolhimento empresarial, incluindo a gestão efetiva de uma comunidade de eficiência, uma comunidade de energia renovável. Portanto, no fundo, são os quatro desideratos que estão em cima da mesa e que, para os implementar, e, de facto, impõe-se uma implementação rápida, importa olhar para a realidade do Município. Neste momento, o Município, se nós olharmos para aqueles quatro desideratos, tem essas incumbências divididas em três unidades orgânicas flexíveis, três divisões. Ou seja, se olharmos para a estrutura orgânica, se olharmos para a matriz de atribuição dessas unidades orgânicas, de facto, misturada com outras atribuições, também temos estas. E, portanto, neste momento, caberia, se a estrutura orgânica não fosse alterada, a estas três divisões, nas mais diversas valências, implementar aqueles quatro desideratos. Neste momento, dentro dessas três divisões, aquele é o quadro, são os recursos humanos e materiais que estão afetos. Manifestamente insuficientes para dar conta desta responsabilidade, que é incremental. Eu, aqui, reforçava esta dimensão incremental. Ou seja, aquilo que está ali e aqueles quatro pilares, que importa implementar a breve trecho, são incrementais. O Município da Guarda, neste momento, não tinha essas incumbências. E de um momento para o outro tem de facto essas incumbências e, sobretudo, tem que as concretizar num curto espaço de tempo. No Fundo, tem que conseguir dar cabal resposta. E, portanto, importava analisar todos os cenários possíveis para implementar este desiderato. E, portanto, estudaram-se quatro situações, embora uma delas seja um misto de duas outras. Primeiro, olhar para a estrutura orgânica, olhar para aquilo que é o quadro legal, quer a Lei 49/2012 que regulamenta e adapta à administração local o estatuto do pessoal dirigente e, bem assim, o Decreto-Lei 305/2009, que regula a organização dos serviços municipais. Tentar encontrar aí uma solução orgânica que pudesse dar cabal resposta. Foi o primeiro cenário analisado. Um segundo cenário, que é um bocadinho, enfim, o Município, neste momento e, bem assim, muitos Municípios têm recorrido porque, de facto, não é fácil ter uma capacidade de resposta tão rápida à magnitude destes desideratos e é recorrer ao outsourcing. Neste momento, o Município recorreu já cerca de 100 mil euros ao outsourcing para projetos. E isto para a primeira parte da

estratégia do 1º Direito. Portanto, isso não vai conseguir, obviamente, dar resposta àquilo que é esta dimensão mais ampla de trezentos e vinte e cinco fogos. Depois, analisar uma solução mista que é reforçar os quadros e, bem assim, continuar a recorrer à contratação externa. E depois uma solução de criar uma empresa, uma empresa local. Portanto, os quatro cenários foram analisados. E vou passar muito rapidamente por eles para não vos levar muito tempo e, portanto, deixar o tempo que entenderem por conveniente para a discussão e para as questões que tenham por convenientes. Mas, numa primeira, analisou-se então aquilo que era a possibilidade de reforçar internamente o quadro de pessoal e criar uma ou várias unidades orgânicas. Aqui impunham-se criar pelo menos uma unidade nuclear ao nível de departamento e duas unidades orgânicas flexíveis ao nível de divisão. A magnitude é tal nesta fase inicial, que é uma fase de planeamento, de projeto, de fiscalização e de investimento, mas uma fase imediatamente subsequente que é uma fase de gestão, ou seja, criam-se trezentos e vinte e cinco fogos, mas importa, claro, obviamente, depois mantê-los, fazer intervenções curativas e preventivas...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Doutor... Não há hipóteses de alguns senhores Deputados ouvirem, porque há outros que não estão a ouvir e estão a falar. É uma questão de respeito para quem está a falar. Desculpem eu dizer isto, mas é verdade. Muito obrigado, peço desculpa.” -----

- **Pedro Mota e Costa, Consultor:** “Muito obrigado. No fundo, olhando para aquilo que é a estrutura atual organizativa do Município, é uma estrutura hierarquizada, é uma das três que a lei permite. Então, dentro dessa estrutura hierarquizada, olhando para o decreto-lei n.º 305/2009, podiam ser criadas unidades orgânicas ou equipas de projeto. As unidades orgânicas, nesta lógica piramidal, podiam ter, desde uma direção municipal, a uma unidade de terceiro grau ou inferior. Manifestamente, ou seja, provavelmente a direção municipal, seria, enfim, desproporcional no caso concreto, e, eventualmente, uma unidade de terceiro grau ou inferior também não seria suficiente. E por isso aquilo que se preconizou e aquilo que se analisou foi um departamento municipal e duas unidades orgânicas flexíveis, lideradas por chefes de divisão. Portanto, no fundo, foi essa a realidade que se equacionou e que depois, também, na quarta análise, ao nível da empresa municipal foi uma estrutura semelhante, mas essa externalizada e, portanto,

no fundo, a comparação entre uma realidade e a outra. Aquilo a que, no fundo, se chegou à conclusão, aqui estão tão só para terem uma perspetiva daquilo que são os vencimentos de um diretor de departamento, que é um cargo de direção intermédia de primeiro grau e um de segundo grau. E depois vamos ver, mais à frente, quanto é que, no máximo, o administrador, o único administrador que pode ser remunerado na empresa local, porque a lei não permite que seja mais nenhum, e que não pode ser ninguém que seja da estrutura da Câmara nem nenhum eleito. Portanto, a lei impede que, de facto, eu tenha um eleito, alguém da Câmara, no fundo, a acumular e a ser remunerado pela empresa. Portanto, a lei impede essa essa questão. O artigo 30, n. 1, da Lei 50/2012, o regime da atividade empresarial local impede essa possibilidade. E, se houver um administrador remunerado (e só pode ser um, reitero, é isso que a lei estabelece) ele não pode ter um vencimento superior àquilo que é o vencimento de um vereador a tempo inteiro do Município. Também isso está limitado. E vamos ver que, no caso concreto, esse vencimento do administrador é inferior ao de diretor de departamento, se criássemos essa estrutura internamente. Portanto, no fundo, a lei baliza e limita esta questão. Quando nós olhamos então para a possibilidade de criar internamente essa estrutura orgânica, e eu reitero que importaria criar aqui uma unidade incremental com recursos incrementais que o município não tem, ou seja, se o Município realocasse trabalhadores das outras unidades orgânicas para este desiderato, iria desfalcar essas outras unidades orgânicas. Precisaria sempre de contratar técnicos superiores, precisaria sempre de abrir procedimentos para os dirigentes. Nós estamos a falar de um volume de investimento que tem que ser concretizado em três anos. Ou o Município começa já a fazer projetos, o Município começa já a lançar procedimentos e tem uma estrutura que dê resposta, ou então não lhe resta, e perdoem-me, senão avançar para o outsourcing, porque é a única forma de dar uma resposta tão rápida como eventualmente esta solução. Qual é o inconveniente? É que o *know-how* não fica internamente. Ou seja, estamos a recorrer a terceiros e podíamos criar, e essa no fundo é a solução que vamos ver, podemos criar esse *know-how* internamente no grupo municipal. Uma unidade que é de direito privado, é verdade, mas fortemente condicionada ao direito público que vamos ver. Ou seja, muitas das regras que se aplicam ao município também se vão aplicar à empresa local, designadamente o código dos contratos públicos, a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. Portanto,

eu vou passar, muito rapidamente, por isso. Ou seja, não é uma fuga para o direito privado do Município da Guarda, porque está perfeitamente blindada, balizada e os próprios estatutos fazem depender a ação da própria assembleia geral e do conselho de administração às orientações estratégicas do próprio município, designadamente do Executivo Municipal que é quem dá as orientações estratégicas, quer por força da lei, quer por força dos estatutos. É a Câmara Municipal que designa o representante na assembleia geral da empresa, é a assembleia geral da Empresa que designa o conselho de administração da empresa. Portanto, no fundo, se a empresa quiser contrair um empréstimo, só o pode fazer se a Câmara Municipal der autorização. A empresa só pode associar-se a qualquer entidade, seja ela qual for, de direito público ou privado, com prévia autorização da Câmara Municipal. Ou seja, os estatutos estão blindados para que o controlo esteja do lado município e, no fundo, eu já vou frisar essa questão, é muito importante neste tipo de empresas que o controlo efetivo esteja do lado do município e vão ver porquê. Isso tem, de facto, um impacto muito significativo na sustentabilidade e na viabilidade financeira e isso está consagrado, não só por força da lei que, por si só, já tinha mecanismos de *enforcement*, mas sobretudo pelos estatutos. Os estatutos são mesmo blindados para que, dando autonomia, obviamente, ao órgão de gestão, mas é uma autonomia condicionada e sob o controlo da Câmara Municipal e sob fiscalização desta Assembleia, porque é a esta Assembleia que cabe designar o fiscal único da empresa, quer por força da lei, quer por força dos estatutos. Olhando para a estrutura orgânica, eu diria que olhando para aquelas divisões que temos ou criando uma divisão nova, não é fácil, enfim, utilizar a palavra “não é possível” seria, se calhar, ousadia da minha parte. Mas no curto espaço de tempo que temos, com a estrutura hierarquizada que temos, com a estrutura de comando que temos, não era possível ou dificilmente seria possível, se calhar é melhor assim, implementar esta estratégia tão ambiciosa em tão curto espaço de tempo. Daí, no fundo, depois, equacionarmos outras soluções. Depois há aqui outras variantes, eu, se me permitirem, vou passar. Mas se a estrutura não fosse hierarquizada, mas fosse uma estrutura matricial, uma espécie de NASA que não se aplica à administração local, o legislador quando previu, para os municípios, esta figura, enfim, acabou por depois não lhe conseguir dar razoabilidade. E, de facto, não é possível nós termos organizada uma Câmara numa perspetiva matricial. Mas, numa perspetiva mista, é possível. Ou seja, numa perspetiva maioritariamente hierarquizada

e depois unidades orgânicas que não são verdadeiras unidades orgânicas, mas são equipas multidisciplinares que têm uma perspetiva transversal. Um grande problema que os municípios têm, e eu diria aqui que os trezentos e oito têm, é que, olhando para a matriz de atribuições dos municípios que vocês conhecem melhor do que ninguém, que está prevista no artigo 23º da Lei das Autarquias Locais, é tão heterogénea a matriz de atribuições e as unidades orgânicas ou a organização dos serviços municipais procuram lhe dar resposta, por isso é também ela muito heterogénea, muitas vezes, quando são estes projetos que são projetos que são transversais, se não houver algo, ou uma unidade ou um serviço, que ponha as unidades orgânicas a trabalhar, a máquina falha. Cada serviço está muito fechado sobre si próprio e esta perspetiva da cadeia de valor nem sempre funciona. E nós aqui temos que ser ágeis. Temos que ter uma cadeia de valor que funcione e ter uma solução, que está fechada sobre si própria, mas tem esta perspetiva transversal da cadeia de valor, acreditem que pelo menos tem dado bons resultados noutros exemplos, e nós vamos ver aqui vários exemplos em que isso está a funcionar, e estão a conseguir implementar mais rápido estas estratégias do que aqueles municípios que têm internamente e têm mantido estas competências. E, portanto, a estrutura mista, em limite, poderia ser equacionada com uma equipa multidisciplinar que tivesse uma ação transversal. O grande problema das estruturas mistas e das equipas multidisciplinares é que têm uma dupla dependência. Ou seja, o mesmo funcionário ficaria dependente de um dirigente e ficaria dependente do chefe de equipa e isto não funciona. Ou seja, nós conceptualmente percebemos, mas não é fácil eu estar a responder perante o chefe de divisão de obras municipais em relação àquilo que tem a ver com obras municipais, porque eu sou engenheiro, mas, ao mesmo tempo, ter aqui uma perspetiva de cadeia de valor e estar a responder também ao chefe de equipa multidisciplinar. O conceito é interessante, mas não funciona. Portanto, no fundo, não teria adesão à realidade que se impõe. E eu reitero, ainda tínhamos que ter técnicos superiores para dar cabal resposta que é incremental e impunha-se, obviamente, também a contratação. Depois, deixo aqui a comparação de uma equipa de projeto com uma equipa multidisciplinar. A equipa de projeto era possível se se mantivesse a estrutura hierarquizada, no fundo, a equipa multidisciplinar se tivesse uma estrutura mista. Portanto, uma equipa de projeto não funcionaria, porque a sua criação dependeria de deliberação do órgão executivo, mas o chefe de equipa e a equipa tinham

uma duração, no tempo, limitada, não podia ver a sua estrutura remuneratória alterada. Tinha objetivos, tinha que fazer relatórios, mas mantinha o seu vencimento como técnico superior. E aquilo que a experiência nos diz é que, de facto, não funciona. Eu contaria aqui, portanto, olhando para a questão do outsourcing, olhando para a magnitude do investimento, cerca de 600 mil euros e mais aqueles que o senhor Presidente referiu na sua intervenção, olhando para aquilo que tem sido a média dos valores dos projetos e bem assim da fiscalização. Ou seja, no fundo, falando no caso concreto, olhando para os 40 milhões de euros de euros e a média de projetos e fiscalização é cerca de 1,5%, nós estamos a falar de 600 mil euros de contratação externa de outsourcing para fazer os projetos para implementação da estratégia local de habitação e de todos aqueles pilares que falámos, estaríamos a falar efetivamente de contratações desta magnitude. Portanto, o que é que aconteceria? Eu não tenho grandes dúvidas que seria uma opção e essa opção permitiria porventura atingir o desiderato que está em cima da mesa, mas o know-how não ficava no município. Ou seja, importa neste momento investir, mas a seguir tem que se manter. E é possível criar aqui uma lógica semelhante àquela que em 79 se criaram com os gabinetes de apoio técnico, que é uma capacitação que, no caso concreto, era uma capacitação transversal porque os municípios não a tinham, mas era um gabinete que, no fundo, dava resposta precisamente em sede de projeto, em sede de fiscalização e em sede de acompanhamento. E aquilo que estará aqui é uma solução semelhante, que permita ao município criar uma estrutura altamente especializada, com a flexibilidade possível, mas sob orientação e controlo do município, mas que, em boa verdade, porque é controlada pelo município, pode prestar serviços numa relação *in house* ao município, respeitando o código dos contratos públicos. No fundo, essa contratação é possível, uma solução que permitisse ser mandatada pelo município para conduzir não só os projetos, a fiscalização, mas depois também a gestão efetiva destes equipamentos e isso não aconteceria com o outsourcing. Portanto, na prática, daríamos resposta àquilo que era de facto esta realidade ou a estas necessidades, mas não conseguiríamos manter esse *know-how* internamente, que pode, e o objeto social da empresa que mais à frente será apresentado tem esta amplitude, e a empresa local pode, inclusive, prestar serviços a outras entidades públicas ou privadas no território e com isso, também, obviamente, reforçar a sua sustentabilidade. Eu depois vou aqui avançando para a quarta análise,

porque a terceira é um misto das duas primeiras. Portanto, no fundo, era reforçar os quadros e não teríamos, provavelmente, tempo para o fazer, porque, eu reitero, tinha que haver contratação incremental e, por isso, num primeiro momento, pelo menos, tinha que haver outsourcing e voltamos à mesma questão da externalização, do conhecimento, da não especialização e, de facto, estamos num momento, não só por estes quatro pilares, mas a própria transferência de competências, no âmbito da Lei 50/2018, em matéria de manutenção e conservação, os poderes e as atribuições do município estão fortemente ampliadas e importa ter capacidade de resposta também nesses domínios. E, portanto, aqui o que se estudou, depois, foi numa quarta alternativa que foi internalizar esta competência. Não, reitero, pelo menos esta é a minha convicção, uma fuga para o direito privado e já vão ver porquê, mas efetivamente encontrar aqui uma solução que não fugisse ao controlo do município, que estivesse dentro do controlo do município, mas que tivesse a agilidade e a especialização necessária para dar cabal resposta num curto espaço de tempo à fase de investimento, mas, sobretudo, a seguir, numa lógica de sustentabilidade futura e de gestão eficiente, eficaz e económica destes equipamentos e altamente profissionalizada, que de facto pudesse dar cabal resposta. E eu aqui só começava por uma salvaguarda. Aquilo que hoje temos em cima da mesa, em termos da Lei 50/2012, que é aquela que regulamenta o regime da atividade empresarial local, depois temos um diploma que também se aplica supletivamente e, bem assim, o código das sociedades comerciais, mas sobretudo o regime da atividade empresarial local, tem uma mudança muito significativa em relação à realidade que o Município da Guarda teve em 2012 e 13, e que teve que fechar duas empresas locais porque ensaiou a sua fusão e o Tribunal de Contas entendeu que, ainda assim, não estavam demonstrados os pressupostos precisamente para cumprir aquele número 1, daquele artigo 62º. A realidade que encontramos hoje, embora permaneça aquela norma que obriga a que uma empresa local que em três anos consecutivos não tenha cumprido um daqueles requisitos tinha que ser dissolvida, no prazo de seis meses, depois conhecer as contas, encontrou várias alterações. Ou seja, desde 2012, que foi quando a lei foi publicada e entrou em vigor, até aos dias de hoje, são várias as exceções àquele número 1 daquele artigo 62º. Ou seja, a realidade que encontramos em 2013, quando aqui tiveram que tomar uma decisão também ela difícil, é diferente da que temos aqui hoje. Hoje, se fosse hoje, por força da lei, aquelas empresas não tinham que

ser fechadas. O legislador foi criando exceções. Também o objeto social desta empresa encontrar ali respaldo numa exceção, que é o número 15, do artigo 62º. Isso não foi tido em conta. Ou seja, houve uma preocupação efetiva de criar uma entidade que fosse sustentável. Mas, ainda assim, se ela não cumprisse algum daqueles quesitos do número 1 do artigo 62º, não teria que ser dissolvida, porque, para todos os efeitos, há exceções. E há exceções no âmbito da cultura, da educação, da ação social, equipamentos da ação social, desporto e ciência. Eu reitero, o estudo de viabilidade está alicerçado numa lógica de sustentabilidade e de viabilidade financeira, e este expediente não foi tido em conta minimamente e, portanto, não é relevante. Mas dizer-vos que é, de facto, uma realidade diferente daquela que tínhamos no início da lei e daquela que tínhamos em 2013. Um conjunto de pressupostos, rapidamente, cinco minutos, no máximo, e eu já me calo e colocava-me à vossa disposição. Uma primeira premissa que é fundamental. Eu conheço muitas empresas que têm este objeto social, trabalho com muitos municípios que, de facto, têm empresas com esta amplitude especializada e há aqui uma preocupação. Uma preocupação que foi tida, sobretudo essas outras empresas tiveram que tomar decisões quando, em 2020, entrou em vigor um novo paradigma contabilístico nos municípios e nas administrações públicas, que é o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas, um novo referencial contabilístico, que manda aplicar uma nova característica qualitativa da informação financeira, substância sobre a forma. Ou seja, não é relevante quem é o dono daquele edifício, quem o controla é quem o deve inventariar. Se o inventaria, tem que o depreciar. Se o deprecia, tem custos. E esses custos vão para a demonstração dos resultados e colocam em causa a viabilidade económica. Conhecendo essa realidade, aquilo que a maior parte das empresas que já existiam fizeram na altura, foi alterar os estatutos e alterar os contratos de programa para, se tinham o controlo, por exemplo, o Município do Porto, sobre uma empresa que tem objeto social em parte semelhante a este, embora eles depois têm isto espartilhado por mais empresas, mas, no fundo, a Domus Social, que era a empresa que geria a habitação social do Município do Porto fazia a gestão efetiva do parque de habitação social. Por fazer a gestão efetiva, ainda que não fosse proprietária dos edifícios, tinha que os inventariar. Se os inventariasse ia ter que depreciar e, por consequência, ia ser inviável e caía naquelas exceções, embora fosse equipamentos de ação social, não teria que ser dissolvida, mas no fundo teria esse problema. Então, aquilo que esses

municípios que já tinham feito, foi alterar os estatutos e dizer que o controlo é municipal. A orientação estratégica do município e isso faz, à luz deste novo paradigma contabilístico, com que os equipamentos que são geridos pela empresa, mas sob controlo municipal, continuem no inventário e cadastro do município, por consequência, no fundo, as suas depreciações não estão em cima da mesa da empresa. O investimento continua a ser um investimento municipal, aquilo que é possível fazer é através de contrato de mandato, mandar a empresa, que é um modelo que tem sido seguido e que funciona e que funciona bastante bem. Funciona em vários municípios, nós já vamos ver aqui rapidamente o exemplo. Mas, de facto, como o imóvel é do município, como o investimento é municipal, aquilo que é possível fazer através de contrato de mandato, não tem nada a ver com contrato de programa, é uma aquisição de serviços a uma entidade especializada que o município controla, para, em nome do município, lançar aquela empreitada, acompanhar aquela empreitada, a montante fazer o projeto, e, efetivamente, prestar esse serviço ao município em vez de ser uma entidade terceira. E, portanto, este pressuposto é fundamental e é um dos pilares da sustentabilidade que está à frente demonstrada. Depois, a outra questão tem a ver com, e aqui é um pressuposto porque é um pressuposto que decorre da lei, é que a esta empresa se vai continuar a aplicar, tal e qual como se aplicaria ao município, o código dos contratos públicos. O facto de criar uma empresa local, não nos estamos a subtrair aqui a nenhuma formalidade de contratação pública porque, para todos os efeitos, a empresa municipal continua-se a aplicar porque se aplicam dois quesitos cumulativamente do artigo 2º do código de contratos públicos e, portanto, está dentro do alcance do código dos contratos públicos, sem nenhuma exceção. Depois, a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. Nós estamos a falar de uma entidade que vai ter como objeto social a gestão da habitação social e o INE, por força do sistema europeu de contas nacionais e regionais, vai aplicar um teste de mercantilidade e vai dizer que esta entidade é uma entidade pública reclassificada. Sendo de direito privado, vai aplicar regras de direito público, entre as quais a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. Ou seja, também esse rigor orçamental que está imposto ao município e o município até pode pedir a exclusão do âmbito de aplicação da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, porque cumpre os requisitos, mas a empresa não pode. Não goza dessa prerrogativa, portanto, terá sempre essa obrigação.

Depois, muito rapidamente, a limitação a um administrador remunerado. E, no fundo, a sua própria remuneração, aquilo que eu já tinha referido, a sua indexação ao vereador a tempo inteiro do município. Não é possível remunerar mais do que isso. Mesmo que fosse esse o entendimento, a lei impede, não é uma questão estatutária, não é uma questão de decisão. É, de facto, uma imposição legal. Eu depois deixo aqui os vários artigos que consubstanciam e permitem precisamente chegar a essa conclusão. Portanto, deixo aqui e depois se entenderem que poderá ser distribuída esta apresentação, quer da lei dos compromissos, quer do código dos contratos públicos, quer do próprio sistema de normalização contabilística para as administrações públicas, e depois aquela limitação de um administrador. No máximo, em limite, se tivesse um volume de negócios superior 5 milhões de euros, durante cinco anos consecutivos, que não é o caso, podia ter dois administradores remunerados. Reitero, não é o caso. E depois a limitação, portanto, no fundo, aqui a questão. Aqui o vencimento do vereador a tempo inteiro. Portanto, se virem, é efetivamente aqui, os dirigentes, o diretor de departamento e o chefe de divisão, aqui o vereador a tempo inteiro é um vencimento inferior. Ou seja, comparando uma estrutura com a outra. É verdade que não podemos fazer uma comparação direta, porque aqui haverá incrementalmente gastos com o revisor oficial de contas, com o técnico oficial de contas e, eventualmente, no caso concreto, e isso está ponderado no estudo, mas comparando, no fundo, o mapa de pessoal dentro da Câmara ou fazendo externalizado, de facto, a estrutura de custos não é diferente e não temos aqui um incremento numa solução de externalização. Aqui os estatutos. Eu só coloquei aqui a questão do objeto social e depois daí colocava-me à consideração para qualquer questão, eu só chamava aqui à atenção de um erro que, no artigo 3º, logo na primeira parte, por lapso, há uma remissão para o n.º 3 do artigo 29º e, perdão, é uma remissão para o n.º 3 do artigo 28º. E esta é uma... n.º 4, perdão. Muito obrigado, senhor Presidente. Para o n.º 4 do artigo 28º e não para o n.º 4 do artigo 29º. E agradeço, senhor Presidente, essa questão. Porquê? Este é o objeto social, mas este objeto social essa remissão é de facto relevante, é concretizado no contrato de programa. O que é que isto quer dizer? Aquilo que se aprova aqui, se for esse o caso, ou aquilo que é colocado aqui à votação, é de facto um modelo, é de facto uma lógica estatutária. Mas a implementação concreta deste objeto social faz-se pelo contrato de programa. E o contrato programa tem que ir todos os anos a reunião de Câmara e todos

os anos à Assembleia Municipal e todos os anos remetido para conhecimento do Tribunal de Contas, já não está sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas, mas todos os anos cabe à Câmara Municipal e cabe à Assembleia Municipal, efetivamente, aprovar o contrato de programa que é a concretização deste objeto social. Ou seja, o facto de ser aprovado ou não ser aprovado aqui hoje, carece ainda, se for aprovado, desse contrato programa. Eu colocava-me, agora, senhor Presidente, à disposição para aquelas questões que entendam por convenientes. Muito obrigado.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Doutor, muito obrigado. Vou abrir à discussão. Faça favor.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Eu gostaria de pôr uma questão ao senhor Doutor. Eu acho que, em certo sentido, já me respondeu. Nós estivemos envolvidos, em 2012, na luta pela defesa das empresas municipais, nomeadamente na área da cultura. E solicitámos, na altura, até uma reunião à comissão do poder local. Na altura em que fui eu o porta-voz dessa comissão. E em que, no fundo, solicitávamos duas coisas. Ou era o carácter de excecionalidade desta lei para as empresas municipais da área social, ou reduzir a obrigatoriedade dos 50% para 30%. E tivemos essa reunião da comissão do poder local, que devem estar lá as atas que ficam. Essa proposta não foi aceite e, portanto, levou, depois, à extinção das empresas municipais. E eu pensei que essa lei se mantivesse em vigor, porque a lei, o que tenho aqui, é de 2012. Porque, no fundo, não entram a obrigatoriedade dos 50% de receitas próprias. Mas o que era mais estranho é que não se entendia na altura, o Tribunal de Contas pode ser que esteja mais tolerante, não entendia como receitas próprias, nem os fundos comunitários, que entravam como subsídios, nem as contratações *in house*, que também entravam como subsídios, não entravam como receitas próprias. E isso levou depois à extinção e à internalização, um processo que se desenvolve já em 2014, acho eu. A questão é, esse carácter de excecionalidade a estas empresas manteve-se? Não é obrigatoriedade aquilo que está constante no ponto 1 do artigo 62 para essas empresas? Não se mantém essa obrigatoriedade? Porque a solução que propõem para garantir o financiamento da empresa é a contratação *in house*, que, ainda por cima, para o Tribunal de Contas, é um subsídio e não uma receita. Muito obrigado, senhor Doutor, era só essa questão, se essa excecionalidade existe ou se se mantem a mesma obrigação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Luciano Calheiros, faz favor. Ó senhor Deputado, já estava pedido a palavra.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Ora bem. Sobre esta matéria, eu, naturalmente, também gostaria de colocar aqui uma questão ao senhor Doutor. Eu sei que o senhor tem muita experiência nesta matéria, trabalha com vários municípios. Creio que até foi assessor do Tribunal de Contas ou ainda é. Isso também é importante aqui nesta equação, digamos assim. Mas, dizer o seguinte, se me dissessem assim: nós estamos no ano 2007 ou 2008, eu diria já: não, zero, em relação às empresas municipais, fosse o objeto que fosse, diria não, redondamente. Porque, efetivamente, as empresas municipais estavam estigmatizadas na altura, como é do conhecimento, uma vez que eram, enfim, muitas delas, entidades empregadoras e, portanto, havia um anátema, digamos assim, sobre as empresas municipais e foram, inclusive, responsáveis pelo endividamento de muitos municípios. Chegados a 2011, 2012, por imperativo da Troika, do Tribunal de Contas, fez-se um trabalho, a extinção de muitas empresas municipais e acho que houve aqui uma clarificação. Daí para cá, várias alterações legislativas. E indo aqui à questão que interessa, embora eu continue cético em relação às empresas municipais, não tanto como fui na altura, como era na altura, no entanto, tinha aqui uma ou duas questões que gostaria de colocar ao senhor Professor. Li com atenção os documentos. Aliás, eu faço sempre o trabalho de casa. Quando há bocado se falava da educação alguém dizia: eu estudei. Eu leio tudo, leio tudo porque não venho para aqui só por questões de politiquice, atirar para o ar. Não. Tento ler. Posso estar enganado, mas isso é da vida. Agora, leio as coisas. E, portanto, li e foi muito claro também na sua apresentação. Mas, na ata da reunião de Câmara, o senhor Professor não fecha de todo a porta à possibilidade de serem os serviços da Câmara, os serviços internos a desenvolver aqui alguma iniciativa. Não fecha essa porta. Mostra dificuldades, aliás, elencou-as agora, evidenciou, diz que há muitas dificuldades. Eu não conheço bem o funcionamento interno da Câmara Municipal da Guarda a esse nível, em termos de qualificação de recursos. Não sei se isso é possível. Agora, há uma coisa que eu não queria, é que eu fosse responsável, com o meu voto, de inviabilizar o desenvolvimento da Guarda. Isto é, temos em cima da mesa, se não estou em erro, o que temos aqui é um prazo para desenvolver candidaturas, não é? Temos um processo burocrático para

desenvolver e, portanto, eu sei que as empresas municipais agilizam procedimentos. E sei que hoje, conforme se constitui uma empresa municipal, também se pode extinguir. Também não é difícil. Também sei que o Tribunal de Contas acompanha devidamente o processo. Agora, tenho aqui esta dúvida que é: o senhor Professor fez o estudo dos serviços internos da Câmara Municipal e pergunto-lhe se é de todo impossível fazer isto internamente? Eu sou contra o outsourcing, também pelas razões que aduziu. Mas se é possível fazer isto internamente ou não. E, se fizermos internamente, se corremos o risco de perder candidaturas à estratégia local de habitação, ao 1º direito, etc., e por aí fora, e se pomos em causa o desenvolvimento da Guarda nessa matéria, uma vez que o parque habitacional já é significativo ou começa a ser e tende a ampliar-se. Portanto, a minha questão de fundo é esta. Se não constituirmos empresa municipal, se corremos o risco de não aproveitar o dinheiro dos fundos comunitários para esta matéria? Essa é a minha questão, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado pela pergunta. Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Relativamente à eventual constituição desta empresa municipal, eu quero aqui recordar que pelo menos aqui na Guarda e tanto quanto eu sei é um pouco generalizado ao nível do país, há uma certa má memória em relação às empresas municipais, como aqui... Não se ouve? Como aqui já foi dito, foram, em tempos mais recuados, um sorvedouro de recursos públicos e eu temo que esta empresa vá um pouco nessa senda. Depois, por outro lado, também acho um pouco estranho o facto de em trezentos e oito municípios no país, apenas quinze deles terem empresas municipais que percorrem este âmbito, ou seja, a nível da reabilitação urbana. E friso que esses municípios são municípios que têm uma dimensão, não só do parque habitacional como populacional, completamente díspar da da Guarda. Estamos a falar de Braga, de Cascais, Porto, Matosinhos, Funchal, Gaia, etc. Portanto, eu não sei se a Guarda terá dimensão, tanto ao nível do parque habitacional como a nível populacional, que justifique uma criação de uma empresa municipal neste âmbito. Depois, por outro lado, também, a diversa literatura que existe sobre o tema dá-nos aqui algumas desvantagens, designadamente fraca sustentabilidade económico/financeira, a grande dependência do poder político local, a

fraca reputação perante a opinião pública, a falta de um ambiente competitivo e também a instabilidade originada pelos ciclos eleitorais que prejudicam, muitas vezes, o normal funcionamento destas iniciativas. Depois, há aqui outra questão que também me suscita alguma preocupação, que tem a ver com os salários, designadamente com os salários dos técnicos superiores. Eu temo que isto possa vir a gerar um mal-estar entre os colaboradores da câmara, da autarquia, e desta empresa municipal. Senão, vejamos. Para um lugar de técnico superior, um indivíduo que vá para os quadros desta empresa vai ganhar 2.154 euros mensais. Um técnico superior aqui na Câmara da Guarda rondará à volta dos 1.200, 1.300. Portanto, estamos aqui a falar de uma diferença salarial muito grande, em que eu temo que as pessoas que têm um salário inferior comecem aqui a ter alguma animosidade em relação aos colegas, porque, efetivamente, para a mesma categoria profissional, há aqui essa grande disparidade salarial. Depois, por outro lado, no estudo que o senhor Professor fez, há uma coisa que me suscita aqui alguma dúvida que é o facto de, quando estamos a falar do investimento, aparece apenas o investimento de um software no valor de 52 mil euros. Então e não há computadores, não há mobiliário, ou seja, não há outros investimentos? Se só temos apenas o investimento em software, como é que nós fazemos em relação aos outros equipamentos que são necessários para o bom funcionamento de uma empresa? Depois, por outro lado, também, nós sabemos que estas empresas têm que ter sustentabilidade, porque, se não o tiverem durante três anos, são obrigadas a fechar. Então há uma componente muito importante a nível da fonte de rendimentos que tem a ver com as consultorias. Essas consultorias, nos anos iniciais, representam à volta de 80% de todo o total de proveitos. Se no período de 2024 a 2026 se fizerem menos duas ou três consultorias do que aquelas que estão previstas, mantendo-se a mesma estrutura de custos, obviamente que isto, durante esse período, vai ter resultados negativos e, portanto, vai ser obrigada a fechar. E depois também não entendo e o senhor Professor fará o favor de me esclarecer, porque é que a partir de 2027, o peso representativo da consultoria desce bastante e o ponto que sobe exponencialmente tem a ver com os fogos em regime de habitação social/renda condicionada livre. O que é que acontece a partir desse ano para haver uma inversão na proporção da composição do rendimento? Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Miguel Borges. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Só mesmo para colocar duas ou três questões. E, depois, a seguir, farei uma intervenção diferente. Falou de 100 mil euros que já estão neste momento contratualizados para o 1º Direito. Eu gostaria de saber qual é que é o valor de investimento a que se refere esses 100 mil euros. Fala depois de três engenheiros, três arquitetos, um jurista e um economista. Gostaria de saber de que tipo de engenheiros é que estamos a falar, existem vários engenheiros. Já agora, se não seria útil ter a descrição de funções de cada um deles, uma vez que estamos a criar uma empresa. E depois, dizer-vos, também, que vai ser criada uma coisa similar e vamos ter a oportunidade de ver a seguir, e eu também leio os documentos que me chegam, e dizer-vos que... não lhe querendo dizer nada, percebe-se que é economista, percebe-se que, se calhar, de reabilitação percebe muito pouco, porque a outra descrição técnica que nos é apresentada a seguir é substancialmente melhor em termos técnicos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais... senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente e todos os que nos ouvem. Senhor Professor, no primeiro ponto queria só... porque eu sou muito sensível, e gato escaldado de água fria tem medo, em relação a empresas públicas que vêm do tempo anterior. Eu percebo que nós, o Executivo, mas nós, essencialmente, Assembleia Municipal, vamos manter, de ano a ano, um ponto de observação sobre esta empresa, mas eu estava enganado e antigamente também havia isso e houve descalabro ou agora isto é radicalmente diferente? Eu queria que depois precisasse melhor a garantia que todos os cidadãos da Guarda... temos que sair daqui com a forma clara de que isto não vai derrapar. Isto tem que ter mecanismos que tenham transparência, que tenham democraticidade e que tenham clareza nos objetivos, nos métodos e nos resultados. E eu queria que depois o senhor Professor precisasse um bocadinho mais isso. Obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Professor, se desejar responder às questões colocadas, faça favor.” -----

- **Pedro Mota e Costa, Consultor:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Eu, pela mesma ordem, portanto, no fundo, a questão da mudança de paradigma, a lei de facto evoluiu. Evoluiu sobretudo nesta questão do artigo 62º. No fundo, o olhar do próprio Tribunal de Contas para aquilo que eram as contratações *in house* também mudou. Ou seja, é o próprio Tribunal de Contas que na análise que faz de contratos programa, fazia, agora deixou de estar sujeito a visto, mas era o próprio Tribunal de Contas e nas inspeções que fazia que dizia: atenção, isto é contratação em *in house*, aplica-se o artigo 36º, e na prática é uma atividade mercantil e releva para o rácio, releva para os 50% do rácio de mercantilidade. Isto não, isto é uma subvenção porque não há contraprestação. Ou seja, o próprio Tribunal, sempre que há uma contraprestação, sempre que há uma contratação numa lógica de mercado, é o caso da contratação *in house* e dos contratos de mandato e são vários e têm sido todos eles visados. Portanto, foi uma solução que começou no Município do Porto e de Lisboa e hoje é uma solução que está perfeitamente estabilizada e, portanto, sujeita a visto e tem sido visada. Contratação *in house* é como se estivéssemos a comprar ao mercado, embora, porque temos o controlo semelhante com aquela entidade, fazemos uma contratação por ajuste direto e não, em função do valor, nos sujeitamos a outros procedimentos mais solenes de contratação pública. Portanto, essa é uma questão que é de facto relevante. E eu, se calhar, entroncava esta resposta na resposta à penúltima questão. Porque é que, num primeiro momento, nós temos muitas prestações de serviços e depois desce a prestação de serviço e a seguir temos a questão das rendas? Precisamente porque estamos numa fase de investimento. Na fase de investimento, aquilo que o município está a fazer é contratar empresa para fazer projeto, para fazer fiscalização, para acompanhar esses projetos. Os edifícios estão prontos, reduz precisamente essa prestação de serviço e emerge os imóveis prontos e as rendas. Portanto, no fundo, é tão só essa lógica. É a fase de investimento e a fase de exploração, portanto, no fundo, é essa a diferença. Depois, a questão de... perdão, eu já não consigo ler o que eu próprio escrevi, mas... O risco de, perdão, ajudem-me só... a questão do risco, peço-vos perdão. De facto, há aqui mesmo uma alteração de paradigma e uma alteração legal. Portanto, no fundo, eu tenho a convicção, sinceramente, de que não é possível neste prazo fazer internamente e conseguirmos, no fundo, reforçar a ponto de, em tempo útil, conseguir dar resposta a esta questão. E por isso e acredito na solução que está aqui desenhada, porque aquilo

que a empresa vai fazer, se repararem, não está prevista um único cêntimo de subvenção. E isso vai passar por esta Assembleia Municipal os contratos de programa. Portanto, se houver aqui uma mudança de paradigma e se for necessário, porque efetivamente a empresa não está a dar resposta ou não está a cumprir aquilo que é o plano de sustentabilidade, então será via contrato de programa, terá que haver uma subvenção. Eu acredito que isso não seja necessário e acredito que, efetivamente, nesta fase inicial de investimento, em que o município tem que dar uma cabal resposta e uma rápida resposta, ter projetos para os poder candidatar, para apresentar. O 1º Direito é um chapéu de financiamento, mas o 1º Direito tem que ser concretizado com planos de financiamento. Esses planos de financiamento só podem ser concretizados se o município tiver uma determinada maturidade, tal e qual como noutros fundos comunitários. Para ter essa maturidade, tem que ter os projetos e tem que lançar as empreitadas. Tem que fazer, no fundo, os contratos promessa de compra das habitações. Tudo isso implica um trabalho técnico a montante e esse trabalho técnico será concretizado por esta solução que permite, de uma forma manifestamente ágil, dar esta resposta. Portanto, eu acredito no modelo de sustentabilidade que está previsto. Depois, a questão dos 100 mil euros que, neste momento, estão contratados, é para 6,7 milhões de euros. Ou seja, este momento, são 6,7 milhões de euros que estão naquilo que está aprovado, naquilo que é o chapéu. E 1,5% tem a ver com aquilo que já foram as contratações que o município fez para projetos de arquitetura. Portanto, foi a partir daí, desta realidade. Também, em média, fizemos uma análise do base.gov, que é o portal da contratação pública, os valores médios de contratos e de projetos de arquitetura. Foi isso também tido em conta para, no fundo, fazer esta extrapolação das prestações de serviços pela empresa. Não sei se ficou alguma questão... O tipo de engenheiros, no fundo, aquilo que está aqui preconizado, atendendo à necessidade de fazer projetos, são engenheiros civis, são arquitetos e também engenheiros que permitam concretizar as especialidades inerentes a estes investimentos. E, já agora, se me permitem, depois para além de técnicos superiores, também estão assistentes operacionais para permitir já e a partir do momento inicial, (aquilo que está ali testado é a elasticidade do modelo, não quer dizer que se concretize tudo no imediato, mas, se tivesse, queria-se demonstrar a sustentabilidade) mas também os assistentes operacionais para termos aqui duas brigadas que possam fazer intervenções rápidas no

parque habitacional que o município já tem, e, bem assim, naquele que venha a ter, para não ser necessário o recurso ao outsourcing ou eventualmente recorrer aos recursos da Câmara, que serão insuficientes para dar resposta a esta necessidade incremental.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Professor...” -----

- **Pedro Mota e Costa, Consultor:** “Perdão, perdão. Claro que sim. Não, aqui o que está dito é que os 52 mil euros em equipamento administrativo (e equipamento administrativo são secretárias, computadores) também inclui o software. Porque podia haver dúvidas porque o software é um ativo intangível, ou pode ser um ativo intangível, como nós o colocámos nos ativos fixos tangíveis, no equipamento administrativo, numa conta 43 5, também inclui. Portanto, no fundo, não é só software, é o equipamento, os computadores portáteis, as mesas, as secretárias, está incluído nesse valor. Daí esse investimento cíclico, porque todo o outro é feito por mandato pelo município. Muito obrigado. Peço desculpa... Mas está equacionado. Esse está equacionado. Foi ponderado e, de oito em oito anos, que é a vida útil, investimentos de substituição e no estudo de viabilidade, na parte de sustentabilidade financeira e na parte de viabilidade económica, as depreciações estão em cima da mesa, essas. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Professor, muito obrigado. Senhor Deputado, deseja falar? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como há pouco vos disse, esta é daquelas importantes. Esta é daquelas importantes. Portanto, das três, esta é a segunda que vem aqui que, quanto a mim, se classifica daquelas importantes e que todos nós temos que pensar porque está em causa o futuro da Guarda e nós não podemos hipotecar o futuro da Guarda. Depois, ainda, só um bocadinho, é assim, eu também, lá está, mais uma vez, como o Deputado Calheiros dizia, eu também estou atento sempre aos documentos, e da ata da reunião onde isto foi discutido, havia um ponto onde o consultor dizia que tinha a ver com o artigo 13º, alínea n) e o), onde devia ser alterado. Eu não sei se foi ou não foi alterado. Mas não me parece que o documento que tenha vindo que tenha já essas alterações. Já? Ok. Pronto. É que eu estive a tentar ver e por isso é que eu estava a dizer. Bem, então, do ponto de vista de intervenção. No dia 28 de fevereiro de 2023, veio a esta sala uma moção apresentada pelo Partido Socialista, que acabava da seguinte

forma: instar a Câmara Municipal da Guarda a adotar medidas concretas e urgentes para fazer face à carência habitacional a custo acessível, mormente fazendo um estudo sobre as carências habitacionais no concelho, incluindo o alojamento para estudantes, apresentando candidaturas futuras do Município da Guarda a programas de apoio à criação de habitação acessível, de forma ponderada e planeada, onde identifique fogos habitacionais, onde inclua uma promoção da reabilitação urbana do Centro Histórico da cidade da Guarda e inclua a participação das freguesias rurais, de modo a promover também o repovoamento das aldeias do concelho. Vale a pena focarmo-nos em alguns conceitos. Estudo; alojamento para estudantes; apresentar candidaturas de forma ponderada e planeada, Centro Histórico e freguesias rurais. Esta esta moção foi apresentada tendo por base o rotundo falhanço deste Executivo que, por inabilidade, displicência, distração, mas, sobretudo, incompetência, candidatou uns meros 485 mil euros e onze fogos ao protocolo de cooperação para apoio a projetos de habitação a custos acessíveis das Beiras e Serra da Estrela, entre o IHRU e a CIMBSE, enquanto outros municípios candidatavam milhões e centenas de fogos. Esta moção foi aprovada por unanimidade, mas com críticas dos senhores do PG e do próprio Presidente. Como sabemos, as moções, nesta legislatura, não são para aplicar. Como sabemos também, estudos, alojamento para estudantes, Centro Histórico, reabilitação de casas nas freguesias rurais e, acima de tudo, ponderação, planeamento e estratégia, não fazem parte do léxico deste Executivo. Ou, se fazem, será apenas por desconhecimento do seu significado. Vem esta questão a propósito do assunto apresentado aqui à votação da criação de uma empresa para tomar conta de tudo e mais um bocadinho. Servirá para o 1º Direito, servirá para a habitação acessível, servirá para a BNAUT, servirá para a implementação da estratégia de reabilitação urbana, da estratégia local de habitação, revitalização do Centro Histórico. Servirá, segundo o senhor Presidente, para tudo e mais um bocadinho. Mas nós sabemos que do tudo e do bocadinho só o bocadinho existe e o resto são miragens e devaneios. O tudo, com que o Presidente da Câmara constrói castelos na areia, é um investimento de 40 milhões. O bocadinho, que é a realidade, realidade com que o Presidente se vê confrontado, fruto da incompetência deste Executivo, é um investimento de apenas 7 milhões de euros. 6 milhões e tal mil do 1º Direito e a insignificância do arrendamento a custos acessíveis. Foi bem jogado, senhor Presidente. Apresentou um papelito, na última reunião de Câmara, papelito que

tinha no cabeçalho IHRU e CIMBSE, declarou que tinha andado a negociar com o IHRU e que, pasme-se, tinha passado de onze fogos para duzentos e vinte e cinco e de 485 mil euros para muito mais. Ainda bem que não teve a desfaçatez de cometer mais um pecado e avançar um número. Senhor Presidente, o programa não mudou. Lamento. Senhor Presidente, o protocolo que agora apresentou era o mesmo que já existia e para o qual o Fundão candidatou cerca de 30 milhões e o senhor Presidente apenas 485 mil euros. A lei não mudou, senhor Presidente. Aquilo que o senhor anda para aí agora a afirmar já existia em fevereiro deste ano e tive oportunidade, nessa data, de o informar. Quanto à primeira parte, acho que estamos entendidos. Não há negócio nenhum com o IHRU, com CIMBSE, nem, e mais importante, 40 milhões de euros. Na passada sessão da Assembleia Municipal foi trazido um ponto: discussão e votação da proposta de alteração modificativa número dois ao Orçamento e GOP's para o ano de 2023. Foi aprovada, por maioria, com nove abstenções. As nove abstenções foram dos senhores Deputados e Presidentes de Junta do PS que estavam presentes. Ora, o que esta proposta continha era já a possibilidade da criação de uma empresa. Muito bem jogado, senhor Presidente. Quer isto tudo dizer que a criação da empresa já andava para aí a marinar desde abril e quer isto dizer que, ou não há vergonha, ou o senhor Presidente, em abril, pensava acerca do projeto de habitações a custos acessíveis, o mesmo que pensava em fevereiro e que teve aqui a oportunidade de salientar nessa altura. O que quer dizer, mais uma vez, que não houve qualquer negociação, a não ser que a nossa moção tenha sido tão esclarecedora que tenha contactado imediatamente o IHRU, a Ministra da Habitação, a reconhecer o erro e a pedir perdão. Estou a brincar... mas o assunto é sério. Inicialmente, pensei: mais uma vez distraídos e agora têm de arranjar maneira para resolver a questão da contratualização das verbas do 1º Direito e estão sem tempo. Mas não. É que, como agora já foi dito pelo consultor e é o que está escrito no documento, hoje já existem 100 mil euros para a questão do 1º Direito. Portanto, o 1º Direito está resolvido. 6 milhões e 700 e tal mil..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, não querendo retirar a palavra, mas..." -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** "Sim, sim. Mas como já falaram também os consultores... Assim, não resta nada, nem um bocadinho. Mas existem mais

contradições. Em todo o documento se faz referência à necessidade de alterar a estratégia local de habitação. Ó senhor Presidente, não deveria ser esse o primeiro passo? Para colocar aqui a reabilitação do Centro Histórico, fala da aprovação da ARU, mas continua a faltar a definição e implementação da ORU, que é o conjunto articulado de intervenções de uma forma integrada, visando a reabilitação urbana de uma determinada área. Não seria esse o primeiro passo? Não seria um passo importante, antes de se lançar em aventuras, seguir as recomendações aqui deixadas pelo grupo municipal do PS acerca da reabilitação do Centro Histórico e que hoje, novamente, apresentamos? E depois falava há pouco das atas e que teríamos de ler as atas do município. Relembro que foi o Vereador do PS que, relativamente à questão da compra de imóveis, disse, e está em ata, que cada vez que um imóvel fosse para ser adquirido, devia o Executivo colocar para que servia, porque senão o PS votaria contra a aquisição do imóvel. E, a partir daí, sim, o senhor Presidente começou a colocar isso. Depois, relativamente à questão dos cinco cenários que nos são aqui apresentados, um é discutido profundamente, os outros são todos discutidos ao de leve. A primeira, a criação de unidade orgânica, um diretor de departamento, dois chefes de divisão, cinco técnicos superiores. Estamos a falar de oito pessoas. É assim, não existe, neste município, a figura do diretor de departamento. O senhor Presidente não quis. Não sei se não o informaram. Provavelmente, para fazer o estudo deviam-no ter informado. Mas não há. Veio à votação e o senhor Presidente não quis esta forma. Portanto, relativamente ao estudo, estamos a ver mais ou menos as bases com que foi pedido.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe que seja mais sintético porque, daqui a pouco, está no dobro do tempo permitido. Seja mais sintético.

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ok. Mas foi o senhor Presidente que propôs o quadro municipal e nós concordámos, em dezembro. Em dezembro não se lembrou que necessitava de uma empresa ou dos técnicos sugeridos, senhor Presidente? Não lhe parece confuso, senhor Presidente? Para que quer a criação da empresa, senhor Presidente? Onde está, desta vez, o jogo, senhor Presidente? Os deputados do Partido Socialista não ficarão associados à incongruência, à tentativa de branqueamento da inatividade e falta de estratégia, mas, acima de tudo, à falta de rigor e à glorificação do irreal e do tudo feito em cima do joelho. Iremos votar contra, com a mesma convicção

que trouxemos aqui propostas para a Guarda, para que a Guarda não perdesse o comboio do PRR e para que a Guarda pudesse ter um Centro Histórico que honrasse a sua história. Pode contar sempre connosco para, em conjunto, tentarmos corrigir os seus esquecimentos e apatias. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado... não sei, vocês é que decidem.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa tarde, mais uma vez, senhor Presidente, e, em si, cumprimento todos os que nos ouvem. A habitação, já o dissemos aqui cinquenta vezes, é um assunto importante para a Guarda, para todos os municípios deste país. Verdadeiramente, não tem havido política de habitação com esse nome de nenhum dos governos desde o 25 de Abril, como uma exceção ali do primeiro ou do segundo do Portas. Do Portas, do arquiteto. Para a Guarda tem ainda mais um problema, é que nós temos um Centro Histórico mais danificado do que muitas das capitais de distrito. Por isso temos que fazer alguma coisa. Temos que fazer alguma coisa sobre a habitação e temos que fazer alguma coisa no Centro Histórico. O PRR está aí e tenta dar recursos para isto, mas estão limitados no tempo. Estão limitados no tempo. Três, quatro anos, quando muito. O que quer dizer que, se formos fazer esta atividade com os recursos do município, dado o conjunto de atividades que eles têm para fazer com as novas funções, por mais diligentes que sejam, e eu acredito que sejam porque não tenho meios para dizer que não são porque nunca trabalhei na Câmara, como é óbvio não se vai fazer isto a tempo e a horas. Não se vai fazer a tempo e a horas porque precisamos de uma equipa dedicada e focada sobre esta atividade. Tem que ser focada e dedicada a esta atividade em exclusivo porque é, obviamente, importante. Se isto é assim, como é que vamos fazer? Internamente, não podemos. Delegarmos para fora, sem qualquer mecanismo de controlo, voto contra. Só há uma solução, é esta. Esta empresa é a solução para nós fazermos isto de uma forma ágil, rápida e mantendo o olho nisto. Todos vocês, os que aqui estão, do PS ao Bloco de Esquerda, ao nosso amigo ali do Chega e passando pelo PSD... não sei se me esqueci de alguém. Estamos todos... Os últimos somos nós, pronto, tudo bem. Nós também. Temos que estar aqui a olhar. Temos que estar a olhar e este mecanismo permite-nos manter a observação. Permite-nos fazer um mecanismo rápido, expedito e sério, democrático, transparente. E esta história da rapidez é obviamente

assim. Porque, se vocês forem ver, por exemplo, o nosso amigo do PS que falou. Na sexta-feira, sábado, é só uma questão de confirmarmos, no “Público”, o senhor Ministro da Cultura vem dizer: «Eu vou fazer uma reestruturação nos mecanismos da cultura. Como é que o consigo fazer? Um, vai ficar público com competências delegadas. O outro, para ser rápido e expedito» são os termos que ele utiliza «vou fazer uma empresa». Vão fazer uma empresa. Os argumentos do Valbom são os argumentos do Adão e Silva, senão, não faz. Nós precisamos de responder a isto de uma forma rápida, com democraticidade e com controle. Para quem falou aí no grupo do PSD, clarinho como a água, com controle e com observação. Foi-me garantido aqui, se vocês têm algum dado contra, ponham em cima da mesa, que o Executivo, onde têm Vereadores e bem, podem observar. E vocês, os Deputados, e eu também, com os mesmos poderes, podemos observar isto. É isto que nós queremos, certo? Sobre outro ponto, em janeiro ou fevereiro houve a célebre candidatura da CIM. O Município da Guarda, na minha opinião, bem, não tinha tanta convicção sobre isso como tem hoje, mas já naquela altura o disse. Mas hoje mais ciente estou de que fez bem não ter ido a jogo. Se nós soubéssemos que ia dar isto, nem os 400 mil euros devia ter candidatado, porque as regras foram alteradas por pressão de uma... Pronto. Posso? Eu também não interrompi o nosso amigo Borges, por isso, eu estou a falar e estou a dizer a minha opinião. E responsabilizo-me por ela. Factualmente, é assim. E vem em benefício até de vocês, porque o Partido Socialista aceitou acatar, enquadrar recomendações dos municípios. A Guarda também. Mas a Associação Nacional de Municípios fez propostas de alteração, propostas de alteração a esse programa que era um contrato leonino a favor do IHRU e, neste momento, não é. Posso dizer só dois ou três pontos sobre isso? Primeiro, os projetos agora já têm financiamento. Naquela altura, não tinham. Certo, Borges? Senhor Deputado Borges? Segundo, a fiscalização... eu gosto de ver papel, mas é normalmente na minha biblioteca. A fiscalização era a cargo do Executivo. Agora não é. A manutenção após o término, que era o pior, era também da responsabilidade do município. E, por último, e principalmente é o pior, olha, vai perguntar ao Sabugal, as rendas que não fossem pagas, dos edifícios não fossem arrendados, tinha que ser o município a suportar isso. Por isso, vimos agora a jogo e vimos em condições mais favoráveis. Temos que o fazer é depressa, porque o tempo corre e já lá vão dois ou três meses. Por isso é que é necessária a empresa, porque o tempo corre. A Câmara deve, neste processo, e vai

manter-se porque as condições são melhores, vai manter-se essencialmente como um mecanismo de controlo. E isso consegue-se fazer através de uma empresa deste nome, que eu não sei como é que é. Aliás, isto até encaixa mais ou menos no que o senhor Deputado Borges leu aqui na introdução. Efetivamente, nós ouvimos e votámos que devíamos ir a jogo na habitação, que devíamos enquadrar o Centro Histórico. Efetivamente, a vossa proposta, a vossa moção foi um estímulo. Não temos nada contra. Eu até nem vou ler que o PS nos deu a razão, porque o Deputado Borges leu-o. Por isso, nem vale a pena lê-lo. Mas é efetivamente isso que nós queremos: estudar, fazer com seriedade, ter pessoas credíveis na empresa. E o meu amigo também vai estar de olho nisso, para efetivamente fazer estes projetos e esta requalificação e, de certa maneira, entrar no Centro Histórico. Porque eu tenho uma certeza, mas é uma certeza absoluta, se nós não fizermos esta empresa, nós vamos deixar o Centro Histórico como o herdámos, porque já o Executivo anterior o deixou e vocês também o deixaram. O Centro Histórico da Guarda precisa de intervenção significativa. Dos poucos que intervieram alguma coisa foi o Partido Socialista, já foi há muito tempo e já está degradado outra vez. Precisa de intervenção. Em relação ao malfado das empresas públicas, tudo muda. Pelo facto de eu me ter dado mal com uma namorada, era só o que faltava não tentar outra. Ora essa! Por exemplo, vocês tiveram um projeto que funcionou bem. Nas empresas até se pode ter razão de queixa. Mas, por exemplo, o Polis foi um trabalho que foi mais ou menos. Eu considero que... não estive em nenhum projeto do Polis, mas conheço as pessoas que lá estavam. Acho que fizeram um trabalho sério e a Guarda lucrou com isso. Lucrou ou não lucrou? Então, não vejo porque é que nós havemos de estar com tantos pruridos se a lei mudou, se nós tivermos olho nisso. Porque, senão, eu não vou a jogo, está a perceber? Por isso e porque nós queremos, obviamente... dizer-lhe duas coisas. Precisamos de mexer no Centro Histórico. Precisamos de fazer habitação. E também há uma coisa que é certa. Eu vou dizê-lo baixinho, mas é assim. O Executivo que ganhou foi este. Isto é uma alavanca fundamental para este Executivo. Nós temos a responsabilidade de fazer e ser vigiados. As oposições, perante governos minoritários, têm que ser corresponsáveis. Nós aceitamos ser escrutinados no fim do mandato, mas todos os que agora se retirarem, não venham tentar retirar lucros do que nós façamos. Porque, efetivamente, é hora de vermos quem quer vir a jogo connosco, ou seja, quem quer fazer alguma coisa por isto.

Se conseguirmos, ou não, o futuro a Deus pertence. Se não fizermos a empresa, os serviços municipalizados com o conjunto de atividades que tem que fazer, a exiguidade do tempo do PRR pura e simplesmente vai-nos inviabilizar o essencial do que é importante fazer. Por isso, a nossa opção é claramente votar a favor. E claramente, mas muito claramente e sem medo, porque tem mecanismos de controlo democráticos. Por isso, eu apelo a que se aprove esta proposta.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Ora, boa tarde a todos. Para esclarecer aqui uma pequena questão que, confesso, ficou um bocadinho confusa após estas declarações. O senhor consultor Mota e Costa disse-nos aqui que, em última instância, o órgão fiscalizador seria o Município e esta Assembleia. O senhor Deputado Valbom disse aqui que não era a Câmara o órgão fiscalizador. Queria que me esclarecessem esta pequena questão. E também questionando e colocando aqui à consideração de todos, obviamente que, quem votar agora, vai ficar responsabilizado por como correrá esta empresa municipal. Mas, obviamente que também teremos que imputar, caso corra bem, e esperemos bem que sim, mas se correr mal também teremos que imputar ao Executivo Municipal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Muito boa tarde, novamente. A única questão que eu tenho aqui e que me sugere bastantes dúvidas é que a premissa para criar esta empresa é a falta de tempo. Ou seja, vamos ter que ser céleres, temos que ser rápidos. Qual é o problema disto? Esta empresa, se for aprovada aqui, vai a Tribunal de Contas, vai demorar tempo. Vai a Tribunal de Contas. Depois, vamos ter que fazer as adjudicações todas do material, do software, de implementação. Mas o que me preocupa mais no meio disto tudo é os engenheiros que o senhor consultor disse. É que foi dito aqui nesta Assembleia, há umas Assembleias atrás, por um dos Deputados do PG, que não havia engenheiros. Portanto, se não havia engenheiros e há falta de engenheiros, não vamos conseguir contratar engenheiros e lá se vai o tempo. E, então, como não há tempo, vamos fazer, nesta empresa, outsourcing. Então, se vamos fazer

outsourcing para conseguir cumprir os prazos, então, senhor Presidente de Câmara, faça logo os outsourcings. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, só chamando à atenção que já ultrapassaram também o tempo. Ainda tem. Ainda tem.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Pois, era isso que eu ia dizer, que ia falar já com o tempo, com o excesso. Eu tenho andado, nos últimos dias, a refletir acerca desta questão, se será a revolução da Guarda, se será mais do mesmo. Mas, na verdade, temos que voltar aqui ao início porque a grande questão que se me coloca aqui, e acho que se coloca a todas as pessoas lá em casa, as pessoas que estão a analisar este processo de volte-face de fevereiro, março, abril, maio, junho até hoje. Há aqui várias candidaturas, milhares, milhões. As pessoas lá em casa querem saber objetivamente qual é que é a necessidade desta empresa. Esta empresa é necessária para executar o facto de nós termos... nós temos dinheiro, temos milhões, temos um projeto e vamos ter que o executar. A minha dúvida existencial é saber se há mesmo projeto e se a Guarda tem mesmo os 40 milhões ou coisa que se pareça. Nós andámos a falar em fevereiro, claro que está tudo junto, não podemos confundir o 1.º Direito com mais habitação. Mas a verdade é que a comunicação do Executivo camarário é muito difusa, é muito confusa. Quer dizer, nós não conseguimos avaliar precisamente... nós hoje vamos votar aqui. Muito bem. Cada um terá a sua opinião. Mas eu tenho que votar com certezas. Um voto contra ou a favor ou uma abstenção, não vale nada. Se eu não souber o que está em causa, votar a favor tem o mesmo valor que votar contra. Porque, é assim, não é um voto informado. E, portanto, eu gostava de saber, de viva-voz, do senhor Presidente da Câmara, que dinheiro é que a Guarda tem. Vamos buscar dinheiro a outra CIM? É isso que está em causa neste momento? Quais é que são os mecanismos que a Câmara está a tentar encontrar para ir buscar o financiamento que não conseguiu ir buscar lá atrás em fevereiro? Já sabemos que tem os 6 milhões do 1.º Direito. Mas de 6 para 40 vai muita diferença, ou de 7 para 40. Como é que surge? Como é que passamos de 11 para 200? Como é que passamos de 7 para 40? Isto é o essencial. É aqui que entronca o verdadeiro problema. Depois, faço minhas as palavras da Deputada Lucinda Fernandes. É assim, eu quero... pressuposto que a empresa vai funcionar bem, todos queremos que

funcione bem, mão de obra qualificada e pessoas. O Senhor Presidente falava dos concursos à prova de bala, aqui é que tem mesmo que ser, neste caso, currículos à prova de bala. Tem que ser gente mesmo muito competente, por forma a levar o barco a bom porto. Nós temos que ter aqui gente qualificada e gente capaz efetivamente de fazer aquilo que o senhor Presidente quer, que é a reabilitação urbana. E, portanto, eu acho que isto é uma... estamos aqui a fazer isto a contrarrelógio, sem as informações necessárias e sem, acima de tudo, os esclarecimentos necessários. É assim, eu não acredito, depois daquilo que se passou em fevereiro, que a Guarda tenha, neste momento, assegurados os 40 milhões. E se não tiver assegurados os 40 milhões, lá se vai as receitas e lá se vai a esperança nesta empresa municipal, porque, na verdade, acaba por não ter sustentabilidade. Só terá sustentabilidade... este é um projeto, é uma história bonita, mas tem que ter um final feliz. E nós temos que ter os elementos que comprovem que ela vai ter um final feliz. Porque, senão, votar contra ou votar a favor... é pá, é um bocadinho redutor, não é? Porque temos que ter isto. Finalmente, dizer que o Presidente reorganizou a Câmara organicamente, todos estivemos de acordo. Mas há aqui uma bandeira vermelha que eu também gostaria de mencionar. O senhor Presidente falou acerca da Câmara Municipal e da resposta que dá aos concursos públicos e à contratação, tinha mais de cinco mil candidaturas aos concursos públicos. Muito bem. Funciona em velocidade de cruzeiro, está tudo a correr bem. Acredito que sim, obviamente que sim. Temos funcionários de grande qualidade. Agora, de um momento para o outro, o recrutamento da Câmara parece não funcionar para a reabilitação urbana. Eu também não vou atirar para o ar, porque, na verdade, não tenho os dados todos nem tenho em mente as dificuldades que existem neste processo em específico. Mas se o recrutamento, se os processos de recrutamento da Câmara são tão rápidos e eficientes como diz o senhor Presidente, qual é que é a necessidade de andarmos aqui a dizer que a única forma de recrutar profissionais é através de uma empresa municipal? Mas, eu até podia dar de barato que seria a melhor forma. Agora, como é que neste espaço de tempo vamos buscar os melhores dos melhores? É que nós aqui precisamos de uma *task force*, não precisamos de mais do mesmo, salvo erro. Nós precisamos de uma *task force*, por isso é que o senhor está a elevar a fasquia. Se a fasquia está aqui, nós vamos ter que ir buscar os melhores dos melhores, não é?" -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, também com algum controle de tempo.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Muito sinteticamente, ultrapassando os cumprimentos. E sobre os números dos engenheiros e para que fique claro. Fernando Almeida Santos, informação deste ano: para executar o PRR, necessitamos de formar quinhentos engenheiros civis, por ano. O país forma duzentos e cinquenta. Sobre os números e a problemática dos engenheiros, subsiste alguma dúvida do que eu disse? O que eu disse é que havia poucos engenheiros. A história diz a mesma coisa. Qual é a dúvida sobre isso?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, peço desculpa. Peço desculpa. Senhor Presidente da Câmara, deseja usar da palavra? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Reitero os meus cumprimentos a todas e a todos. Nós estamos perante um dos maiores desafios para os próximos anos, para a próxima década. O desafio para que todos estamos convocados, a começar pelos executivos municipais, não sem antes falar do governo, das instâncias públicas, a ajudar o país a executar o PRR. Estamos todos convocados. Eu já disse isto mais do que uma vez. Eu tenho falado com vários Membros do Governo, precisamente para todos nós podermos ajudar a ir ao encontro daquilo que é a necessidade absoluta do país: executar o PRR nos próximos três anos e meio, sensivelmente, e evitar que o país tenha que devolver dinheiro à União Europeia. E eu recordo aqui as minhas declarações de janeiro, também estão em ata, onde eu referi que, à época, e era isto que estava em cima da mesa nas reuniões da CIM e nas reuniões com o IHRU, que os municípios eram responsáveis por fazer os projetos, por fazer a fiscalização, por assegurar a manutenção pós garantia do edificado e as rendas de todos os fogos, tivessem ou não tivessem arrendatários. Isto seria um negócio ruinoso para os municípios. Isto ficou tudo no ar. Pois bem, fruto da minha intervenção nos órgãos e publicamente e nas reuniões da CIM, mas outros colegas meus, não só da região, mas do país, disseram exatamente a mesma coisa nos fóruns de discussão nacionais sobre esta matéria, para onde somos todos convocados. E a CIM encabeçou o processo negocial com o IHRU para alterar o paradigma. E por isso houve a mudança das condições, porque agora o PRR, não é agora,

era em abril, foram quatro meses, abril, maio, foram mais meses de negociações. Os projetos já são financiados pelo PRR, a fiscalização é financiada pelo PRR, a manutenção pós garantia é da responsabilidade do dono dos prédios, dos edifícios, que é o IHRU. E mais importante ainda, como disse o Deputado José Valbom, as rendas dos edifícios, tivessem ou não arrendatários, são da responsabilidade do IHRU, porque a União Europeia, o PRR, proibiu, proibiu o IHRU de fazer esta imputação de subarrendamento aos municípios. E ainda bem que assim fez. Aliás, a minuta que foi a uma das últimas reuniões de Câmara, do protocolo a estabelecer com a CIM e com o IHRU, teve uma evolução. Se quiserem, posso-vos mostrar a primeira versão onde estava lá isto tudo plasmado e agora já estão as coisas mais concretas e mais definidas. E estamos, por isso, perante um potencial de investimento, um potencial de investimento, só na nossa cidade, de mais trezentos e vinte e cinco novos fogos de arrendamento acessível, de arrendamento social, nos próximos três, quatro anos. São cerca de duzentos e vinte e cinco. É esse o potencial existente de prédios. Não estamos a falar em moradias, estamos a falar em prédios. Construção de habitação coletiva, cerca de duzentos e vinte e cinco, ao que se somam os cinquenta do Bairro das Lameirinhas, cuja candidatura já está apresentada ao PRR, os tais 6,7 milhões de euros, e mais os cerca de cinquenta, que já hoje de manhã aqui falei, para o Centro Histórico, através do 1.º Direito. São cerca de 40 milhões de euros de investimento possíveis, ao longo dos próximos três, quatro anos. Isto é um verdadeiro Plano Marshall de habitação na cidade da Guarda. Como Plano Marshall foi também, há uns anos atrás, o programa Polis. Lembra-se? Pois bem, o programa Polis, vejam só, em termos de recursos humanos e em termos de recursos financeiros, foi mais ou menos similar. Eu sei bem, porque também passei por lá. E bem. E aprendi umas coisas. E muito bem, e ainda bem que foi criada a sociedade Polis. Caso contrário, os municípios não tinham a mínima capacidade de executar um programa com aquela envergadura. Ainda bem que o fizeram. E, pois bem, passados estes anos, volvidos estes anos, estamos perante exatamente o mesmo tipo de desafio para os próximos três, quatro anos. O desafio ainda é maior, porque temos que executar os montantes pretendidos em menos tempo. E, de facto, esta é a melhor solução. Para quem ouviu atentamente o estudo do Doutor Pedro Mota e Costa, que agradeço uma vez mais a sua explanação absolutamente técnica, mas verdadeira. Aliás, já nos vai habituando ao longo dos anos, porque já há uns anos também estive aqui com outro

processo, aqui na Câmara da Guarda. E, portanto, segundo o estudo apresentado, é efetivamente a melhor solução. Mas devo recordar também que o objeto social desta empresa que se propõe é a habitação, a reabilitação urbana. O foco principal, neste momento, é a habitação. Mas, no futuro, está lá previsto, se for esse o entendimento dos órgãos, que possa fazer a gestão dos parques habitacionais da cidade e do nosso concelho, tal como poder também executar as políticas de habitação que possam vir a ser previstas no Plano de Revitalização do Parque natural da Serra da Estrela. É isso que está lá no objeto social. Estamos assim a decidir o futuro da nossa cidade, do nosso Centro Histórico. Já tanto hoje se falou aqui do Centro Histórico. Mas de manhã diz-se uma coisa, à tarde já se diz outra. Temos que ser coerentes no nosso discurso, simplesmente porque alguém ousa fazer mais, ousa fazer melhor. Mas tem que se deitar abaixo, porque Aqui d'El Rei que eles agora podem fazer isto muito rapidamente e depois nós perdemos o controle da situação. Não, de todo. Como já aqui foi dito pelo Deputado José Valbom e pelo Doutor Pedro Mota e Costa, o organismo fiscalizador é a Assembleia Municipal. A Câmara Municipal, na justa medida das suas competências também, que terá controlo absoluto sobre esta empresa municipal. Está lá bem plasmado. Está lá bem escrito na sua proposta de estatutos. Sobre a questão dos recursos humanos, voltando a essa questão dos recursos humanos. A Câmara Municipal da Guarda não tem, neste momento, os recursos humanos suficientes para fazer face à necessidade deste investimento. Eu recordo os projetos que nós falámos aqui ao final da manhã, no ponto 2.1, a quantidade de projetos que estão em execução nesta casa. Uns em execução, outros em acompanhamento pelos gestores do empreendimento. De facto, são os técnicos desta casa atualmente que estão a fazer o controlo de tudo isto. E depois a fazerem o controlo da fiscalização das obras. Efetivamente, não temos recursos humanos para mais, por mais que nós queiramos. Doutor Pedro Mota Costa, há dezasseis municípios no país, sensivelmente, que têm este tipo de solução. Senhor Presidente, posso fazer uma pergunta ao Doutor Pedro Mota Costa, dentro do meu tempo? Já agora, se tiver aí os dezasseis municípios, telegraficamente, só para nós sabermos quais é que são os municípios, para sabermos qual é que é a diversidade da sua dimensão. Não sem antes dizer também que há outros municípios no país da mesma dimensão da Guarda que estão exatamente a encarar esta possibilidade e a fazer este caminho para a gestão de todo este processo. É, de facto, um grande desafio. O desafio

de executar o plano de recuperação e resiliência, a tal bazuca que tanto se fala e que muitos nos queixamos que não vemos. Mas agora, quando alguém quer executar, alguém acha por bem querer amputar este processo, porque, Aqui D'El Rei, nós só estamos apenas a ser coerentes com aquilo que dissemos no início do ano, em janeiro. Eu disse qualquer coisa como isto: se as regras mudarem, então nós estamos disponíveis para ir mais além. Foi isto que eu disse em janeiro e é isto que está plasmado em ata. Posso, senhor Presidente? -----

- **Pedro Mota e Costa, Consultor:** “Então, muito obrigado. Eu iria pela lista, portanto: Braga, Cascais, Guimarães, Porto, Maia, Figueira da Foz, Vila Nova de Gaia, Lisboa, Évora, Viseu, São João da Madeira, Matosinhos, Vila Franca do Campo, Funchal, Valongo. Não se esgota aqui porque estes são os que têm na denominação social este alcance. Há outros que, não tendo na denominação social, também prosseguem estas atribuições, este objeto social.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, Senhor Doutor. Só para percebermos a diversidade da dimensão dos municípios. Há municípios de grande dimensão, de média dimensão e de pequena dimensão. Pequena, média, como é o caso do nosso. Aliás, Vila Franca do Campo ainda é muito mais pequeno do que o nosso município. Alguém falava há pouco de salários, se são iguais. Estamos na função pública. Esta empresa ir-se-á regular pelas leis da função pública e, portanto, isso será exatamente tudo da mesma forma. E o Doutor Pedro Mota e Costa deixou isso muito bem evidente, muito bem esclarecido. Mas devo dizer também, senhor Deputado, sobre as ARU e sobre as ORU, eu já expliquei aqui o que é que é uma ARU e o que é uma ORU, que já existe. Já existem as duas. A outra está em discussão pública, ainda há outra que está em elaboração. Portanto, eu sei bem daquilo que estou a falar. As operações sistemáticas que têm que ser feitas ao nível da ORU é um trabalho que está a ser feito. Mas uma coisa não invalida a outra, correm em pista própria. Como se fosse numa pista de atletismo, correm de uma forma paralela. Não podemos estar à espera de uma coisa para avançar com a outra, porque senão perdemos as oportunidades e, como alguém dizia de manhã, vemos o comboio a passar ao nosso lado. E por isso não podemos tolerar tamanha demagogia, permita-me, senhor Deputado. De facto, as suas declarações foram absolutamente demagógicas, em relação a todo este processo. Quando, em

janeiro, nós dissemos o que dissemos, os senhores disseram o que disseram. Em fevereiro, os senhores apresentaram uma moção, e bem, tanto que foi aprovada por unanimidade e por isso disseram o que disseram. E agora, passados estes meses, dizem o que dizem, contrariando exatamente tudo aquilo que tinha sido dito antes. Lamentável, senhor Deputado. Mas tenho que lhe dizer isto, absolutamente olhos nos olhos. Mas já aqui se falou na Estratégia Local de Habitação. Já falei aqui, nas últimas Assembleias Municipais, na revisão que está em curso da Estratégia Local de Habitação. Os senhores Presidentes de Junta de Freguesia receberam lá um e-mail há cerca de um mês, mês e meio, para sinalizarem imóveis da sua propriedade para poderem entrar na Estratégia Local de Habitação. Algumas Juntas de Freguesia, as que têm imóveis, enviaram para o município. E muito bem, estamos muito agradecidos. Mas também foram contactadas as IPSS do nosso concelho, tal como a nossa diocese, para sinalizarem os imóveis que têm devolutos na zona rural da nossa cidade, mas na zona urbana também porque também existem alguns, para poderem integrar a Estratégia Local de Habitação. Isso é absolutamente fundamental para podermos maximizar. E pode ir muito além ainda dos 40 milhões de euros. Estamos a falar, destes imóveis que foram sinalizados, estamos a falar em cerca de mais vinte ou trinta imóveis que foram sinalizados por todo o concelho. Não é a Câmara Municipal que vai executar essas intervenções na Estratégia Local de Habitação, seja para as Juntas de Freguesia, seja para o terceiro setor, seja para a diocese. Serão os próprios. Mas, pois bem, tem que ser a Câmara Municipal a coordenar todo o processo de candidatura e a controlar tudo isso, porque a Estratégia Local de Habitação é uma estratégia municipal e para isso é também preciso mais recursos humanos. Devo dizer também, vejam só, daqueles cerca de meio milhão de euros que nós sinalizámos no início do ano, porque não quisemos mesmo ir mais além e, se calhar, fomos além de mais, até, na altura, como disse o senhor Deputado José Valbom, dos que foram sinalizados já todos foram vendidos a terceiros. Para que conste. Dos sinalizados pela Câmara Municipal à época, já todos foram vendidos a terceiros para outros investimentos. E bem. Quer dizer que o mercado imobiliário na cidade da Guarda funciona. Há outros que têm que ser sinalizados a seu tempo, no mais curto espaço de tempo, para podermos seguir em frente com esta estratégia. Mas devo dizer também que, até agora, já passaram estes meses, nem um único município assinou o acordo com a CIM e com o IHRU. Nem um. Sabem porquê?

Porque estiveram a fazer todas estas definições, a fazer todas as avaliações, a definição das suas estratégias, a identificação de todos os fogos, porque muitos já foram vendo e não foi só na Guarda, foi em toda a região, na região da Guarda e na região de Coimbra que também já está lá este modelo sinalizado para seguir em frente também. E por isso é que este processo está todo ele atrasado e nós temos que recuperar, efetivamente, o tempo perdido. Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, nós queremos trabalhar, nós queremos executar, mas precisamos das condições certas para isso, precisamos dar celeridade a todo este processo, com responsabilidade, com sentido de responsabilidade, com verdadeiro sentido de Estado e não com declarações demagógicas como as que aqui hoje ouvimos. E por isso pedimos o vosso voto favorável neste ponto da ordem de trabalhos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, esta proposta à votação, com um pequeno esclarecimento em função do ponto 2.3 que eu elaborei. O que está aqui em causa são os estatutos, é a aprovação e os estatutos com aquela ressalva que o senhor Doutor Pedro Mota e Costa já referiu, que é um erro de escrita no preâmbulo ou no corpo do artigo terceiro, no objeto social, onde se diz: número 4 do artigo 29º, é um lapso de escrita, é número 4 do artigo 28º. Como repararam, também, no ponto 2.3 da proposta, eu escrevi: e denominações alternativas propostas. Porquê? Porque o nome proposto é, se eu não erro, *Guarda Viva, Renovação Urbana e Gestão do Património, EMSA*, ainda não foi pedido o certificado de admissibilidade do registo nacional de pessoas coletivas e quando se pede um certificado, quem já constituiu associações, indica sempre três nomes para a eventualidade de o primeiro nome já existir ou ser parecido. E, portanto, são outros dois nomes que estão aqui constantes da página 4: este *Guarda Viva*, depois *Guarda Edifica* e *Guarda Renova*. Portanto, é isto que nós, no fundo, aprovamos ou desaprovamos. Colocava, então, a proposta à votação... Já acabámos. O senhor Presidente é o último a falar. Já acabou, agora é votação. Peço desculpa.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.3 - Proposta de constituição de Empresa Municipal, sob a forma de Sociedade Anónima Unipessoal, de responsabilidade limitada, aprovação dos respetivos Estatutos e denominações alternativas propostas - discussão e votação. -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e um votos a favor, onze abstenções e dezanove votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O senhor Presidente está a pedir apenas meio minuto para dar uma informação que recebi sobre uma questão que debatemos aqui de manhã, o IMI. Recebi uma informação.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Peço imensa desculpa, senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, Presidentes de Junta de Freguesia. Acabo de receber o despacho da tutela governamental, permitam-me que passe a dizer. Foi agora mesmo despachado no sentido de haver liquidação na sequência dos trabalhos em curso na AT, a liquidação do AIMI e, continuando, os sujeitos passivos que já tenham pago tudo, seja porque só têm uma prestação inferior a 100 euros ou porque tendo mais optaram por pagar logo a totalidade, vão receber uma nova liquidação e um reembolso. Os restantes, haverá uma liquidação com um acerto nas prestações subsequentes. Novas prestações já corrigidas. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Entramos no ponto 2.4... Declaração de voto? Miguel, desculpe lá, foi sem querer.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É sempre a mesma coisa, senhor Presidente. É o rigor para um lado e depois a falta de rigor para o outro lado. Como é óbvio, devia ter deixado a votação acabar para, depois, a seguir, dar a informação. Desde já... desde já... não estou a falar consigo. Desde já, como é óbvio, dizer que me congratulo com aquilo que o senhor Presidente agora acabou de dizer e tenho a certeza absoluta que toda a população da Guarda, que estava ansiosa relativamente a esta questão. Portanto, também fugindo aqui um pouco àquilo que era a minha intervenção relativamente a este ponto. Relativamente a este ponto, dizer que nós, Partido Socialista, votámos contra a criação desta empresa, mas, como é óbvio, e como eu referi e como somos pela Guarda, como é óbvio esperamos que a empresa tenha todo o sucesso e que, na realidade, seja um polo de desenvolvimento para a Guarda. Temos dúvidas. Mas, de qualquer maneira, desejamos que isso aconteça.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu peço desculpa. Já pedi aqui particularmente ao senhor Deputado Miguel Borges. Não me apercebi que havia declarações de voto. E, portanto, façam favor. Senhor Deputado, peço-lhe desculpa, mais uma vez.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Eu abster-me relativamente a esta matéria, porque apesar de ter feito já aqui alguma evolução no que respeita às empresas municipais, não tenho um estigma como já tive no passado, no entanto, não me sinto verdadeiramente esclarecido e foram colocadas aqui questões pertinentes que me levaram à abstenção. No entanto, também não quero inviabilizar o desenvolvimento da Guarda, tendo em conta a matéria que está em causa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Declaração de voto?” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Como é óbvio, congratulo-me com a aprovação da empresa. Mas todos os que aqui estão, votando a favor, abstendo-se ou votando contra, têm o mesmo papel a partir de agora. É estar obviamente vigilantes e atentos, porque isto é um assunto da Guarda. Não há que haver grandes fissuras sobre coisas importantes. Nós consideramos que é importante. Vamos ver. E foi isso que dissemos. Não há aqui guardenses de primeira, de segunda, de terceira. Não, é tudo igual.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se há mais alguma declaração... Cláudia, faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Em relação à criação desta empresa, eu votei a favor também, apesar de todas as questões que nos levantam as empresas municipais, até porque o passado, de facto, não tem sido muito favorável. Ao ler o documento fiquei com algumas dúvidas que foram sendo esclarecidas e, então, viabilizei, em nome do aproveitamento de fundos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Declaração de Voto?” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Como sempre, vou ser breve, até porque o tempo urge. Já há desistentes e espero não contribuir para mais desistências. Eu votei sim porque sou testemunha de que, efetivamente, a Câmara não tem condições, neste momento, para assumir essa responsabilidade de executar estes fundos que nos estão destinados. Eu próprio, foi-me distribuído, não sei agora, pelo menos meia dúzia de

projetos para desenvolver e sinto que não tenho condições para cumprir os prazos que me elencaram.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Só fazer uma declaração de voto. O mais fácil acho que foi feito, que foi, apesar de tudo, aprovar a empresa. A Guarda, os cidadãos da Guarda estão à espera de resultados desta empresa e por isso é que eu votei a favor. Mas isto coloca uma grande responsabilidade no Executivo e agora na empresa que foi criada a partir daí, para dar resposta ao Centro Histórico. Foram décadas em que foi sendo deteriorado, mas as pessoas estão a ver o trabalho que fizemos a partir de agora. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Obviamente que não falei sobre isto na qualidade de Presidente e antes, mas relativamente a algumas questões, eu li com atenção os estatutos, até pela função que exerci durante muitos anos, e o controlo da Câmara está plasmado nos artigos 5º, 10º, 21º e 22º. Portanto, quem ler os artigos 5º, 10º, 21º e 22º vê perfeitamente que há efetivamente controle da Câmara. Muito obrigado.” -----

Ponto 2.4 - Constituição de Serviços Intermunicipalizados (Municípios de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal) para gestão dos Serviços de Abastecimento Público de Água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de águas pluviais, e participação do Município da Guarda nos mesmos - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Pedia que os senhores consultores, se pudessem...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Os senhores consultores? Façam favor... Senhores Deputados, creio que os pontos hoje são demasiadamente importantes e, peço desculpa, para não nos ausentarmos da sala. Pedia, se possível, brevidade na apresentação.” -----

- **Paulo Miguel, Consultor ReportMaxi:** “Boa tarde a todos. Vou ser o mais breve possível. Antes de mais, gostaria de cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara Municipal, todos os Deputados Municipais e todos os presentes. Tentaremos ser o mais sínteses possíveis. Gostaria também de agradecer a oportunidade que a Câmara Municipal da Guarda nos deu de participar num estudo sobre serviços públicos que são essenciais à vida da população do Município da Guarda. Nós estruturámos a nossa apresentação em quatro pontos principais: o enquadramento; requisitos estratégicos imperativos à decisão sobre o futuro modelo de gestão das águas; o ponto de partida, ou seja, a situação atual dos serviços municipais e a caracterização da solução futura que foi proposta no estudo. Fazendo um enquadramento sucinto do nosso estudo, o nosso estudo teve como objetivo avaliar e propor a definição de um novo modelo de gestão, estudando o mais adequado aos interesses dos municípios e dos seus munícipes. Gostaria de referir que a alteração do modelo de gestão das águas está sujeita a um conjunto de requisitos legais estabelecidos pelo regime jurídico dos serviços de águas e resíduos e ao regime empresarial do setor local, que estabelece que têm que ser feitos um conjunto de estudos de aspetos económicos e financeiros e que tem que ser demonstrada a viabilidade económico-financeira, a racionalidade acrescentada e os ganhos de qualidade que poderão advir desta alteração do modelo de gestão. O nosso estudo envolveu um conjunto de fases e um conjunto de relatórios. Numa primeira fase, foi feita a caracterização do ponto de partida, ou seja, da situação atual dos serviços municipais. Depois, tendo em conta os objetivos e os requisitos estratégicos que nos foram transmitidos pelos municípios e que são imperativos à tomada de decisão, fizemos uma análise comparativa dos modelos de gestão que são possíveis de implementar. Após a seleção do modelo de gestão, que cumpre todos os requisitos, foi elaborado, numa terceira fase, um plano de projeto. Ou seja, consiste nas projeções da atividade dos serviços num horizonte temporal de cinquenta anos, para estudar a sua viabilidade económica, os ganhos de qualidade e a racionalidade acrescentada. E, numa última fase, foi apresentada uma proposta de acordo de parceria intermunicipal, que tem como objetivo estabelecer as regras da parceria entre os municípios e que inclui um conjunto de anexos, entre os quais os objetivos estratégicos que se pretende atingir e as iniciativas estratégicas que se vão implementar, o plano de investimentos, os bens

que vão ser afetos, as demonstrações financeiras previsionais, a trajetória de tarifário. Fazendo um pequeno enquadramento das agregações em termos do plano estratégico e político a nível nacional, gostaria de referir que, em outubro de 2015, foi iniciado um novo ciclo de governação em Portugal, e que se mantém até aos dias atuais. E este ciclo apresentou uma nova visão sobre o setor que foi refletida num documento, no compromisso nacional para a sustentabilidade dos serviços públicos de águas. A visão deste novo ciclo de governação, assentava e assenta numa filosofia de agrupamento de sistemas de águas, agrupamento para criar uma escala e uma dimensão que sejam consideradas sustentáveis. Esta filosofia, por sua vez, foi transposta para o acesso aos fundos comunitários e muitos dos requisitos, em termos de escala, são refletidos nos avisos para fundos comunitários. Alguns desses requisitos envolviam a geometria variável; a obrigatoriedade da continuidade territorial dos municípios; a flexibilidade dos modelos de gestão; uma gestão especializada; o requisito em termos da dimensão das entidades gestoras, ou seja, entre oitenta mil e cinquenta mil habitantes, que nos requisitos dos fundos comunitários foi reduzido para cerca de cinquenta mil habitantes e os novos sistemas agregados tinham que assegurar a sustentabilidade económica, ou seja, assegurar a cobertura dos custos. Em termos dos requisitos estratégicos imperativos à tomada de decisão e à análise sobre o novo modelo de gestão, um dos pressupostos foi manter a cidade da Guarda como a capital de distrito também nos serviços de águas. Outro requisito era, ou seja, constituirmos este modelo de gestão o mais brevemente possível, até setembro de 2023, para podermos, ainda em 2023, realizar candidaturas e obtermos os fundos comunitários. Outros requisitos muito importantes, ou seja, manter o controlo local da gestão e o controlo deliberativo sobre os serviços das águas, que envolve o controlo sobre as tarifas, o controlo sobre a execução dos investimentos, manter a titularidade dos ativos afetos aos serviços. Tendo presente o requisito de acedermos a fundos comunitários, um dos requisitos era também reduzir o esforço de financiamento exigido ao município e também o esforço de tarifário e da tarifa junto dos munícipes, assegurar uma transição tranquila e de adesão dos atuais trabalhadores ao novo modelo de gestão, assegurar uma gestão especializada dos serviços e todos os processos da cadeia de valor, permitir uma gestão integrada das águas, incluindo as águas pluviais e promover a solidariedade regional com outros concelhos e outros municípios. Da análise comparativa que foi realizada,

chegámos à conclusão que os serviços intermunicipalizados são modelos de gestão que asseguram a totalidade destes requisitos. Em termos da situação atual dos serviços, os dados que são apresentados neste slide são os dados dos quatro municípios em conjunto e, em termos das principais conclusões, gostaria de referir que, neste momento, os serviços não asseguram a cobertura total dos custos. E por este motivo não cumprimos os requisitos para aceder a fundos comunitários, nem as próprias receitas dos serviços geram a margem necessária para os investimentos necessários nos serviços. E estes investimentos nos serviços são necessários porquê? Nós temos cerca de mais de 50% da água que entra nos sistemas de água e nos sistemas de saneamento, é água não faturada. E esta água é paga, o tratamento e a aquisição é paga às Águas do Vale do Tejo. Nós estimamos que esta água não faturada tenha um custo anual, para o conjunto dos quatro municípios, na ordem dos 3,2 milhões de euros. Temos ainda outras situações. Por exemplo, em termos da medição dos consumos, temos cerca de um terço dos contadores em utilização que tem mais de doze anos de utilização e por isso nós estimamos que exista uma submedição dos consumos na ordem dos 20%. Estes níveis de água não faturada resultam de um fator principal, que é o estado de conservação das nossas redes de distribuição e coletores. Ou seja, nós temos cerca de mais de 50% das redes com mais de trinta anos de utilização e com um estado de conservação considerado mau ou insuficiente. Por outro lado, em termos de especialização do pessoal e tendo em consideração os rácios de referência da entidade reguladora, o pessoal que nós temos afeto aos serviços tem um nível mediano, de acordo com os parâmetros definidos pela entidade reguladora. E temos outra situação que é uma reduzida especialização dos trabalhadores. Nós não temos praticamente trabalhadores afetos a 100% aos serviços. Em termos da receita temos ainda outra questão. Nós temos uma grande concentração, na generalidade dos municípios, uma grande concentração das receitas nas tarifas variáveis. Portanto, estamos muito suscetíveis a flutuações cíclicas das receitas, nomeadamente atualmente em que estamos a verificar uma crise económica e que as pessoas contêm os seus consumos. Em termos do acordo de parceria intermunicipal, foram vertidos um conjunto de princípios e de requisitos no mesmo, ou seja, que derivam dos requisitos exigidos pelos municípios e também outros princípios de base ao acordo. O principal princípio é a solidariedade intermunicipal, ou seja, em que a soma dos dois/quatro municípios é superior à soma das partes

individuais. Em termos do objetivo e âmbito, está previsto a água, saneamento e também as águas pluviais, mas é deixado em aberto a possibilidade de, no futuro, os serviços intermunicipalizados poderem abranger outras competências. Em termos de duração, a duração prevista é de cinquenta anos, mas com possibilidade de renovação. É previsto um período de transição de seis a doze meses. É prevista a transferência dos ativos para a gestão dos serviços intermunicipalizados. Prevemos também um tarifário intermunicipal comum a todos os municípios, mas com a possibilidade de decisão de cada município de terem um período de convergência tarifária, no máximo de cinco anos, sendo que essa convergência será sempre subsidiada pelos municípios e não por via tarifária. Temos ainda previsto decisões, decisões relevantes que têm que ser sujeitas a maioria de três quartos, ou seja, decisões a nível de tarifas, de investimentos, de empréstimos, o orçamento, a decisão de entrada de novos municípios, sempre sujeito a três quartos da participação dos municípios. Sendo que a participação dos municípios é definida em função do peso da população de cada um na área territorial dos serviços intermunicipalizados. Em termos de orientações estratégicas, já falámos um pouco delas. Mas, apenas para resumir, a principal orientação estratégica é assegurar a sustentabilidade económica dos serviços. Como é que vamos assegurar esta orientação estratégica? Através da melhoria, da fiabilidade e qualidade dos serviços, ou seja, no nosso estudo é previsto a renovação de mais de 50% das redes e com a renovação das redes prevemos reduzir as perdas reais e reduzir as afluências indevidas, que contribuem para aqueles 3,2 milhões de custos anuais que referi anteriormente. Voltando aos fundos comunitários, como tinha referido, no compromisso nacional para o setor foram estabelecidos um conjunto de requisitos para as agregações e, como podemos verificar na coluna do lado direito, esta agregação que estamos a estudar preenche todos os requisitos necessários para acedermos a fundos comunitários. E gostaria de ressaltar que os fundos comunitários são uma importante componente de financiamento do investimento neste setor e este quadro comunitário poderá ser o último quadro comunitário em que poderemos aceder a este tipo de financiamento. Nesta figura, nós apresentamos a cadeia de valor com base na metodologia reconhecida internacionalmente de Michael Porter, que compreende os processos de valor para a atividade dos serviços e os processos de suporte. Nós apresentamos esta cadeia de valor porque esta cadeia de valor foi a base para a definição da estrutura organizacional que

nós propomos para os serviços intermunicipalizados. Esta estrutura é uma estrutura simplificada e otimizada, ou seja, é composta por um Conselho de Administração, um Diretor Delegado e três Direções. Estas três Direções abarcam os principais processos de valor dos serviços. Temos a Direção dos Ativos e Projetos que abrange a gestão e a manutenção dos ativos e no planeamento dos projetos nos serviços. A Direção de Exploração que vai gerir os três serviços - águas, saneamento e águas pluviais. E a Direção Administrativa que irá gerir a relação com o cliente e tem todos os demais processos de suporte às restantes direções. Em termos do plano de investimentos, o plano de investimentos estimado e definido totaliza cerca de 73 milhões de euros, entre 2024 e 2073. E, como podem verificar, cerca de 91% do plano de investimento é dirigido à renovação de infraestruturas. Mais de 50% das redes, mais de 50% dos ramais, 90% das caixas de visita e um plano de substituição dos contadores a cada 12 anos de utilização. Em termos do tarifário, neste slide nós apresentamos o comparativo do tarifário proposto com o tarifário atual do município da Guarda. E o tarifário tem uma lógica. Ou seja, nós, no tarifário proposto, propusemos um aumento do peso da tarifa fixa e uma redução da tarifa variável. Tendo em consideração o consumo médio no município da Guarda, o aumento estimado ronda entre 3 a 5%. Mas gostaria de ressaltar que este tarifário foi proposto numa perspetiva conservadora. Este tarifário que ali está não considera fundos comunitários, portanto, todos os fundos comunitários que forem captados serão refletidos no tarifário através de uma redução do tarifário. Em termos de sustentabilidade económica, o que prevemos, e como podem verificar neste slide, prevemos que a partir de 2032, ou seja, com a incorporação de todas as eficiências resultantes do plano de investimentos realizados nos próximos dez anos, prevemos que os serviços sejam sustentáveis a partir de 2032. Ou seja, que assegurem a total cobertura dos seus custos. E no aspeto específico do abastecimento de água, nós, em 2042, podemos ter um nível de tarifa idêntico ao nível de tarifa que temos hoje, e isto é o resultado do investimento, e, apesar do maior nível de investimento, conseguimos ter uma tarifa ao nível que temos hoje. No caso do saneamento, existe um défice atual e a tarifa é superior porque temos que cobrir esse défice. Em termos de ganhos de qualidade, verifica-se uma melhoria na generalidade dos indicadores de qualidade. Eu gostaria de salientar apenas três indicadores em cada serviço, que é o índice de renovação dos coletores e das condutas, que aumenta substancialmente no plano de

investimentos e que se traduz na redução das perdas reais e da água não faturada. A poupança que nós estimamos, nestas duas componentes, no caso da água, é estimado em 28 milhões de euros em cinquenta anos, que representa 80% do investimento previsto na água. Ou seja, esta eficiência quase que permite financiar na totalidade o investimento. No caso das afluências individuais, a poupança é estimada em 16 milhões de euros, que cobre cerca de 40% do investimento previsto. Em termos da racionalidade acrescentada, o facto de criarmos uma economia de escala e de fazermos uma gestão integrada do plano de investimentos, nós estimamos que o plano total de investimentos totalize 73 milhões de euros e nós estimamos que, caso os municípios façam o mesmo investimento em termos individuais, o custo de investimento é estimado em cerca de 90 milhões. Ou seja, o ganho de escala, a gestão integrada do plano de investimentos permite-nos uma poupança na ordem dos 17 milhões de euros. O facto de estarmos agregados possibilita-nos concorrer aos fundos comunitários e, portanto, nós ali estimámos cerca de 5 milhões de euros de fundos comunitários, mas todos os fundos comunitários que forem captados nos próximos dez anos, aumentam a nossa racionalidade acrescentada. Para além disso, o facto de estarmos agregados aumenta o nosso poder negocial, que permite também uma redução dos próprios custos de operação. A gestão especializada dos recursos humanos em áreas em que neste momento não existe essa especialização, nomeadamente o combate às perdas, a eficiência energética, os sistemas de informação. E por outro lado, mesmo nos serviços de suporte, vamos ter um aprovisionamento dos recursos humanos a trabalhar apenas para as atividades de valor dos serviços de águas. Para terminar, em termos da prossecução do interesse público, neste mapa nós temos a comparação entre o futuro, ou seja, qual será o custo para o utilizador, para o município, caso adotemos este modelo de gestão, ou, nas colunas da direita, caso seja mantido o atual modelo de gestão. E nós estimamos que, caso se mantenha o atual modelo de gestão direta, individualizado, nos próximos cinquenta anos e com estes pressupostos, ou seja, nomeadamente o plano de investimentos, a tarifa a aplicar pelo Município da Guarda, tinha que ser superior em 5%, inclusive àquela que estamos a propor. E com os fundos comunitários, essa diferença aumenta para 6%. E consoante maior for o nível de fundos comunitários que nós conseguimos obter, maior será a diferença, porque é a agregação que nos permite aceder a esses fundos comunitários. E, apenas para terminar, gostaria apenas de referir

que o investimento é mesmo muito necessário nos serviços e a realização desse investimento necessita de escala, necessita de financiamento e necessita de uma gestão especializada. Agradeço, desde já, a vossa atenção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava este ponto à discussão. E, sendo 19 horas, pedia, enfim, a possível celeridade nas intervenções, obviamente sem prejuízo de cada um dizer o que entende dever dizer. Muito obrigado.

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. É só para complementar um bocado e reforçar a importância desta empresa intermunicipal para a gestão das águas. Este quadro que vocês aí têm é de uma empresa, é feito pela ERSAR que é a entidade reguladora de serviços de águas e resíduos. Ali, os vermelhos, apesar de ser do Benfica, os vermelhos significam o mau. O amarelo, razoável, e o verde, bom. 2011 foi o ano em que a ERSAR começou a ser mais rigorosa, nomeadamente o número de parâmetros que analisava e podemos ver que tivemos ali seis ou sete a vermelho. Entretanto, no ano a seguir, e atenção, reparem, até 2017 foi quando o SMAS era uma entidade independente da Câmara, vemos que há ali uma melhoria clara até 2017, e depois a passagem do SMAS, em 2018, para a Câmara, para a esfera do município como entidade incluída, e vejam o que aconteceu imediatamente. Portanto, de um ano para o outro as coisas agravaram-se e estiveram assim durante pelo menos entre 2018, 19, 20 e 21 com uma ligeira melhoria. Portanto era só, perante as evidências, contra factos não há argumentos, e é apenas mais uma achega para aquilo que o município está a pretender fazer que é, novamente, tornar o SMAS independente, ter uma esfera independente e intermunicipal que, como já vimos, tem todas as vantagens, nomeadamente na gestão e também na obtenção de fundos estruturais. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Miguel Borges.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem. Esta é a terceira daquelas que eu achava que eram muito importantes para hoje. E, lá está, mais uma vez, com a mesma responsabilidade que votámos a Carta Educativa favoravelmente, com a mesma responsabilidade que votámos contra a criação da outra empresa, iremos votar favoravelmente esta. E acho que conseguem ver as diferenças. Do ponto de vista

técnico, a criação de uma empresa e a criação de outra empresa é da noite para o dia. Se vocês estiveram a assistir àquilo que eu acabei de assistir e se tiveram oportunidade de ler os estudos feitos, conseguem perceber basicamente aquilo que eu vos disse do ponto de vista inicial. No entanto, tenho aqui algumas dúvidas. Eu, fazendo assim umas contas por alto, parece-me que a tarifa, e não fiquei por não estar a ouvir, eu penso que a tarifa, para o primeiro escalão, vai subir cerca de 30%, correto? Certo. Mas, por exemplo, eu as contas que fiz foi no sentido de numa fatura de cerca de 20 euros, portanto de 0 a 10 m³, estaríamos ali num aumento de 3 euros... Vai para os 2 euros? É? Pronto, ok. É mesmo uma dúvida, eu estive a tentar... mas, pronto, tudo bem, ok. Ainda bem, ainda bem que é assim porque não tem nada a ver. Depois, dizer-vos, claramente, concordando com aquilo que o Deputado Breia acabou de dizer, o maior erro cometido nos últimos anos por este município foi ter acabado com o SMAS. A reativação do SMAS estava no nosso programa eleitoral. Sabemos que também estava no programa eleitoral do PG. Isto não são SMAS, na realidade é outra coisa. Mas, na realidade, é a coisa que nos permite ir a fundos comunitários neste setor. E, como dizia, este setor, que eu conheço por razões profissionais que não quero agora estar aqui a dizer, realmente no interior, principalmente no interior, principalmente quando falamos de afluências indevidas ou quando estamos a falar de recuperação de condutas, realmente é terceiro mundista porque pouco foi feito, e, aí, mesmo pelos últimos governos, incluindo os governos do Partido Socialista, no sentido de darem dinheiro aos municípios, no sentido dos municípios, por eles próprios, se poderem dotar de maiores capacidades. Dizer-vos, como é óbvio, há algumas coisas que... não é que não concorde, há algumas coisas que penso que já não se usam. Quer dizer, a direção de exploração poderia ser direção de operação de abastecimento/saneamento. Mas pronto, não vou entrar por aí. Acho que o estudo está bem feito, vamos votar favoravelmente. Tinha aqui duas ou três questões que eu não sei se serão para vocês, se serão para o senhor Presidente, no sentido de porquê estes municípios e não outros? A escala parece-me, mesmo assim, curta. Nós sabemos que a partir de oitenta mil habitantes é aquele limite já mais agradável e porque é que não chegámos aí? Se está prevista ou não a integração de outros municípios? E, lá está, o que é que nos levou a estar com estes e não com outros? Eu estive a ver, mesmo a nível de instalações de abastecimento e instalações de saneamento, há algumas situações onde nos poderiam levar a agrupar com estes, mas

também há outras situações que nos poderia levar a agrupar com outros. Nomeadamente aqui a questão do Sabugal faz-me aqui alguma confusão, porque o Sabugal está no meio de muitos municípios e não sei até que ponto é que esses municípios também não podiam servir para ganhar escala e vir para o lado de cá. Mas são apenas estas questões. Eu sei que está no documento a possibilidade de isso acontecer. Mas, lá está, única e exclusivamente do ponto de vista político dizer-vos assim, com a mesma responsabilidade que votámos a Carta Educativa favoravelmente, que votámos contra a criação da outra empresa, é a mesma responsabilidade que trazemos aqui para a criação desta empresa que vai corrigir um erro, que foi um erro da última Câmara onde o senhor Presidente também era Vereador e onde alguns que estavam aqui, ou que ainda estão, também eram Vereadores. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção de algum senhor Deputado. Se não houver, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente, reiterar os meus cumprimentos. Telegraficamente, assim o espero, senhor Presidente. Este é verdadeiramente o caminho do futuro para a gestão da água, do abastecimento de água à nossa população, do saneamento, mas também das águas pluviais. Este foi mesmo um daqueles desideratos que eu fiz questão de pedir aos consultores para lá considerarem. Não é possível fazer gestão de águas residuais sem fazer a gestão das águas pluviais, as águas da chuva. Isto foi uma tendência aqui há uns anos no país, entretanto, parou. Mas é absolutamente necessário que se faça a gestão conjunta para que possam existir, pelo menos nos grandes centros urbanos, as redes separativas. Caso contrário, nós não vamos conseguir alcançar o objetivo da redução das aflúências indevidas das águas pluviais nas águas residuais e, naturalmente, baixar a fatura que temos que pagar à entidade em alta. E por isso nós temos um ganho de eficiência, um ganho de eficácia, um ganho de escala, porque passamos a ser sensivelmente 61 mil habitantes. Mas também falar sobre o espírito da solidariedade regional. É claro que isso é inequívoco, não é por eu estar a dizer, mas toda a gente sabe que, em toda a região, o município que está mais bem preparado, por força dos dezanove anos, e bem, dos SMAS, que infelizmente acabaram em 2017... se for preciso, eu repito. Os dezanove anos dos SMAS,

e bem, que infelizmente acabaram em 2017, toda a gente sabe que o Município da Guarda é quem está mais bem preparado para este setor a nível regional. E por isso o espírito da solidariedade regional e agregar os municípios na envolvente de menor dimensão, para podermos ganhar efetivamente, todos, os tais ganhos de eficiência e de eficácia com esta escala. Naturalmente, Deputado Miguel Borges, há outros municípios que poderão aderir no futuro. Estes foram os primeiros que se sentaram à mesa. Já outros foram contactados para se poder fazer o caminho. Hoje são estes, amanhã serão outros. E hoje, eu também devo dizer aqui uma coisa, arriscando-me a dizer, hoje é este modelo. Se, no futuro, se se verificar que há outros modelos possíveis, então, sem tabus, desde que seja para prestar um melhor serviço aos cidadãos, naturalmente estaremos sempre todos de acordo. Este é verdadeiramente o caminho da profissionalização de todo este setor. E, efetivamente, a tendência nacional que é apoiada pelo Governo da República já desde 2015/2016. É a tendência, é a agregação dos sistemas. Falar também que o futuro do acesso aos fundos comunitários, tal como há pouco aqui já foi falado, será cada vez mais reduzido, apenas para os sistemas agregados. Já acontecia no atual quadro comunitário de apoio, no POSEUR, mas no próximo quadro comunitário de apoio, que será o 2030, vamos ver como é que isto vai funcionar, porque agora as CCDR's e as CIM's terão atribuições dos fundos comunitários na água e no saneamento, mas o dinheiro é o mesmo. Está-se mesmo a ver aquilo que vai acontecer. Mais atribuições, mais competências, mas o dinheiro é o mesmo. Ou seja, o mesmo é dizer que teremos menos dinheiro para tudo isto. Mas veremos como é que vai ser feita essa gestão. Mas cada vez mais serão privilegiados os sistemas agregados. Para além do apoio anual que estamos a perder do Fundo Ambiental, simplesmente por não termos sistemas agregados com outros municípios. Isto acontece em todo o país. Não é preciso ir muito longe. Vamos ali a Seia, Gouveia e Oliveira do Hospital. Mas poderemos ir à zona de Tondela, temos, digamos, os municípios agregados mais próximos. É isso que já está a acontecer com uma grande alavanca financeira anual do Fundo Ambiental. E, naturalmente, nós temos que nos adaptar, nós temos que nos pôr também, eu não diria na fila, mas é na *pole position* para podermos almejar ir buscar esses tão benditos fundos. Naturalmente, o caminho para a redução das perdas, das afluências indevidas, como há pouco já referi, e, só por esta via, com a diminuição das afluências indevidas e a redução das perdas, iremos conseguir gerar alguns fundos para pudermos fazer

investimento. Há pouco o senhor consultor acabou por referir um pouco isso, embora muito ao de leve, mas acabou por focar isso. É muito importante nós pouparmos naquilo que pagamos à entidade em alta para podermos investir nas nossas redes em baixa que, como sabemos, são redes antigas, algumas com quarenta, cinquenta anos e que precisam, urgentemente, de um plano de substituição para os próximos anos. No futuro, naturalmente, tal como aqui já foi referido, podem ter outras atribuições os serviços intermunicipalizados. A questão dos requisitos, chegámos a falar entre os municípios: vamos avançar já com os resíduos? Não, para já ainda não. Primeiro vamos consolidar, assim é que é, vamos consolidar as águas de abastecimento público, as águas residuais, as águas pluviais. Vamos consolidar. Mas se, no futuro, tivermos que congregiar para os resíduos serem também integrados nos serviços intermunicipalizados, porque cada município tem o seu tipo de contrato diferente, naturalmente faremos também a migração desse serviço para os serviços intermunicipalizados, sempre com os mesmos objetivos do aumento da escala. E por isso esta é também é melhor solução e a mais rápida a ser implementada. É mesmo possível que, em setembro, esta entidade já esteja em funcionamento. Naturalmente que haverá um prazo de adaptação de seis a doze meses, conforme foi bem referido. Mas é possível que, em setembro, sob o ponto de vista jurídico/legal, já esteja constituída e já possamos ir buscar alguns fundos para o seu funcionamento. Estamos assim a fazer o caminho da gestão profissionalizada ao setor a ele dedicada. A gestão absolutamente profissionalizada. Quem estiver a trabalhar nestes serviços intermunicipalizados não estará a fazer outras coisas. Não estará preocupado a assentar um tijolo ali ao lado, desculpem o termo, ou a abrir a cova no cemitério ou a cortar o arbusto ali ao lado ou a relva naquele jardim além, que é aquilo que acontece atualmente. E com este sistema, os serviços intermunicipalizados, o SMAS a quatro municípios, hoje a quatro, amanhã a outros, naturalmente, iremos ter muitos ganhos de eficiência, de eficácia. E o nome, acho que há pouco não foi falado, o nome que os municípios entre si propuseram e vamos seguir em frente com esse nome, será Águas Públicas de Altitude, Serviços Intermunicipalizados, para que nós possamos, efetivamente, trabalhar em conjunto. E vejam só, senhor Presidente, para terminar, devo mostrar aqui esta tabela. Os vermelhos... lembra-se desta tabela, Deputado Miguel Borges? Dos vermelhos, dos amarelos e dos verdes. É um semáforo. 2017 está aqui. Vejam para a esquerda os verdes e para a direita. 2017 foi quando acabaram os SMAS.

Efetivamente, foi o caminho que foi feito, não interessa agora discutir se foi o mais bem feito ou o menos bem feito. O objetivo era bom. O objetivo era bom, efetivamente. Mas passados estes anos, efetivamente, nós temos que arrepiar caminho e enveredar por uma estrutura absolutamente profissionalizada para dedicar a este setor e por isso é que vos pedimos o voto favorável neste ponto da ordem de trabalhos. Muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Colocava este ponto à votação.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.4 - Constituição de Serviços Intermunicipalizados (Municípios de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal) para gestão dos Serviços de Abastecimento Público de Água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de águas pluviais, e participação do Município da Guarda nos mesmos - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e nove votos a favor. -----

Ponto 2.5 - Proposta de abertura de Procedimento de Contratação de Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão Normal (iluminação pública, edifícios e infraestruturas municipais), através de Concurso Público Internacional - delegação de competências na ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior - autorização prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passando ao ponto 2.5, e ainda temos um, dois, três, quatro, cinco, seis pontos, por isso... São 19h15, eu acho que era preferível continuarmos porque, se interrompemos, depois nunca mais começamos, não é? Então, vamos ao ponto 2.5, proposta de abertura de procedimento de contratação de serviço de fornecimento de energia elétrica em baixa tensão normal. E delegação de competências na ENERAREA. Quem deseja pronunciar-se... senhor Presidente, estava a entrar no ponto 2.5... Não há problema. Compreende-se a boa educação. Deseja usar da palavra ou só no fim? No fim? Algum senhor Deputado ou alguma senhora Deputada deseja pronunciar-se sobre este tema? Parece que não. Senhor Presidente, deseja dizer qualquer coisa?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, isto é apenas a continuação de um processo que já aqui há tempos veio aqui a esta casa e continuamos sempre na prossecução da redução dos custos da energia elétrica que nos aflige a todos nós em nossas casas, e naturalmente aqui também na Câmara Municipal e nas empresas. E, portanto, esta contratação em escala tendencialmente para podermos reduzir os custos da energia elétrica. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, à votação o ponto 2.5.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.5 - Proposta de abertura de Procedimento de Contratação de Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica em Baixa Tensão Normal (iluminação pública, edifícios e infraestruturas municipais), através de Concurso Público Internacional - delegação de competências na ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior - autorização prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e nove votos a favor. -----

Ponto 2.6 - Proposta de modificação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transportes Coletivos de Passageiros da Guarda n.º 29/2022 - discussão e votação. ---

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, se me permitir, pedia que a senhora Chefe de Divisão nos pudesse explicar resumidamente este processo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então, resumidamente, tanto quanto lhe for possível. Muito obrigado.” -----

- **Cristina Martins, Chefe de Divisão de Mobilidade:** “Obrigada, vou demorar pouco tempo. Boa tarde a todos. A apresentação sobre este assunto, condensei em três pontos ou três momentos que considero que marcam o processo. O primeiro ponto apresenta de forma breve, muito breve, uma primeira fase em que foi dado início, ou seja, que foi operacionalizar o concurso público realizado. O segundo ponto enquadra a decisão tomada em fevereiro de 2023 e o terceiro ponto foca as alterações mais relevantes, resultantes do estudo efetuado e da análise técnica efetuada, após todas as reclamações

que todos nós conhecemos. Eu preferia ter aqui o portátil, mas pronto. Assim sendo, em 2018, no sentido de preparar o processo de contratualização da rede urbana, a Câmara Municipal da Guarda procedeu à reestruturação da rede, trabalho que foi concluído em 2019 pela empresa TIS.pt. Essa foi a mesma empresa que agora procedeu à análise técnica para a modificação contratual. Uma vez em curso a nova concessão dos transportes públicos, impôs-se a necessidade de enquadrar a oferta dos transportes públicos nos termos em que foi desenvolvido o concurso para a sua realização. As condições de oferta da rede que foi considerada para efeitos de concurso, veio revelar-se, no imediato, inadequada, à data em que começa a operar. Desta forma, ao aplicar a nova rede de serviços constante do Concurso Público Internacional, atento o amplo leque de queixas e reclamações, bem como os graves constrangimentos decorrentes da alteração de horários e do cancelamento de carreiras, verificou-se ser necessária uma nova ponderação das necessidades dos utentes e a necessidade de aferir qual a rede mais adequada às reais necessidades da população. A proposta de rede, presente hoje para aprovação, procura apresentar uma solução para servir a população e, simultaneamente, cumprir as condições de oferta estabelecidas no concurso de concessão. Em face da ampla contestação da população, salvaguardando o interesse público, foi tomada a decisão de determinar que fossem temporariamente retomados os percursos e horários vigentes à data de 2022. Releva-se o facto de a rede vigente em 2022, não ser a rede pré-contrato de 2019. Isto é, os estudos contratualizados que vieram a fundamentar a elaboração das peças constantes no Concurso Público Internacional, que decorreu em 2020, foram desenvolvidos em 2019, tendo-se verificado, entretanto, que entre 2019 e 2021 foram introduzidas alterações na oferta proporcionada aos utentes mediante as necessidades que estes foram apresentando. Acrescentar que os documentos técnicos e jurídicos que fundamentam a modificação do contrato de concessão que está aqui para aprovação ou para deliberação, são um relatório de fundamentação técnica das alterações ao contrato e o parecer jurídico que vos foi disponibilizado. O objetivo é ser efetuada a modificação do contrato com a nova ponderação das necessidades dos utentes e rede mais adequada às necessidades da população, cumprindo, no entanto, as condições do contrato inicial de concessão. Passamos, assim, para o ponto dois, ou para o momento dois, que foi a determinação de retomar os percursos e horários vigentes em 2022, que se consubstanciou numa

atuação modificativa do contrato de concessão. Então, a atuação modificativa de 1 de fevereiro constituiu uma modificação unilateral do contrato de concessão, fundada em razões de interesse público por ato administrativo praticado em estado de necessidade. Isto está previsto na lei. O ato administrativo foi praticado em circunstâncias excepcionais, de manifesta urgência, inviabilizando que a atuação administrativa observasse todos os formalismos eventualmente aplicáveis ao caso concreto. Os formalismos a efetuar são agora avaliados após a análise articulada entre o relatório de fundamentação técnica das alterações do contrato e a análise jurídica da modificação do contrato, plasmada no parecer jurídico disponibilizado aos senhores Deputados da Assembleia Municipal. Da análise conjunta dos dois documentos, resulta a avaliação da necessidade de cumprimento de cada um desses formalismos previstos na lei. A decisão de 1 de fevereiro é qualificada juridicamente como um ato de legalidade excepcional, impondo-se agora a necessidade de regularizar esta legalidade excepcional em legalidade normal e, para tal, haveria, em circunstâncias normais, portanto, etapas formais a que as deliberações modificativas de contratos estão sujeitas. São elas: o parecer prévio da Autoridade para a Mobilidade e Transportes, a deliberação dos órgãos municipais, Executivo e Assembleia Municipal, a fiscalização prévia do Tribunal de Contas e a publicitação da modificação do contrato. Avaliada a modificação contratual em concreto, relativamente ao parecer vinculativo da Autoridade para a Mobilidade dos Transportes, verificou-se não estar sujeita a parecer vinculativo. No entanto, a AMT, por iniciativa própria, pode sempre, na qualidade de entidade reguladora, analisar a modificação contratual e emitir parecer à posteriori. E apesar de tudo nós vamos, como como é evidente, e sempre foi intenção desde o início, enviar a modificação contratual, que está aqui para vocês deliberarem, vai ser enviada à AMT. A deliberação dos órgãos municipais, nomeadamente a do Executivo já foi tomada, e a da Assembleia Municipal, como é evidente, há a obrigatoriedade da deliberação deste órgão. A fiscalização prévia do Tribunal de Contas, após quantificadas pelo relatório técnico efetuado, após quantificadas as alterações da modificação pelo relatório técnico, verificou-se não estar sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, uma vez que esta existe se e na medida em que a modificação contratual, ou seja, a que nós estamos a fazer, acarrete um agravamento dos encargos financeiros. No entanto, a modificação contratual vai ser enviada para o Tribunal de Contas, como é evidente, para conhecimento e devidos

efeitos. A publicitação verifica-se, como é evidente também, a obrigatoriedade de publicitação nos mesmos termos e nos mesmos moldes em que foi feita a publicitação do contrato inicial. As alterações, para além de se pretender dar uma resposta eficaz em função das reclamações recebidas, tiveram um pressuposto fundamental que era manter válidos os referenciais do concurso. Ora, num quadro em que se mantêm válidos os referenciais do concurso, são propostas, então, as seguintes alterações, que são as mais relevantes e, como é evidente, não vamos estar aqui a dissecar e a falar sobre cada uma delas, cada uma das linhas, cada um dos horários que, a breve trecho, espero eu, estejam à disponibilização de todos. Então, as alterações propostas mais relevantes são: a harmonização dos horários de modo a que o período de férias e o período escolar, tenham a mesma oferta. Isto é, a oferta dos dias úteis passa a ser igual no período escolar e nas férias escolares, respondendo às necessidades de toda a população e não apenas dos estudantes; o alargamento do horário das linhas ao final da tarde, que tivemos também muitas reclamações nesse sentido; a criação de horários no fim de semana; o aumento da oferta no Bairro do Torrão, a adaptação de alguns circuitos e horários, com a criação de novas variantes, de modo a garantir o serviço de transportes públicos nas escolas de Santa Clara e da Sé, que não existiam; a criação de uma linha suplementar que tem um percurso mais extenso entre o Campus do IPG e a PLIE, nos períodos de ponta da manhã e da tarde dos dias úteis; um percurso mais curto entre o Retail Park e o Campus do IPG nos restantes períodos do dia, bem como nos fins de semana e feriados. Estas alterações, em termos de quantificação e sempre dentro do quadro de manter válidos os referenciais do concurso inicial, estas alterações que são aqui objeto desta modificação contratual, estas alterações na rede, implicam uma produção quilométrica anual de duzentos e noventa e sete mil veículos/quilómetro, que correspondem a 96% do valor contratualizado. Ou seja, o contrato inicial considerado no concurso, foi de cerca de trezentos e onze mil veículos/quilómetro que não está ultrapassado. Depois, só para dizer que as linhas modificadas vão ser identificadas por numeração e cor, como é habitual aqui e em todo o lado. Aqui não se vê muito bem, mas, enfim, estará depois disponível. A primeira linha terá a cor verde, é uma linha que terá percursos entre a Escola Carolina Beatriz Ângelo e as Lameirinhas. A segunda linha, a azul, fará aqui o percurso de Sequeira/Liceu. A linha vermelha é a que fará o tal percurso extenso nas horas de ponta da manhã e da tarde e o percurso mais curto entre

a PLIE e o campus do IPG. A linha amarela é também entre o IPG e a Escola Carolina Beatriz Ângelo. Portanto, reforçamos, digamos assim, os horários e as frequências de transportes urbanos no IPG. A linha rosa faz aqui um percurso mais na alta da cidade, entre o Jardim José de Lemos, o Parque da Saúde, passando por alguns serviços, como o da Loja do Cidadão. A linha laranja tem aqui um percurso entre o Bairro do Pinheiro e o Bairro da Luz. E, para não vos maçar mais, resta-me dizer que, da minha leitura pessoal, as conclusões que eu considero que são de relevar são: a criação de um novo circuito de ligação à PLIE; o reforço das frequências para o IPG; o reforço da oferta no Torrão; a adaptação, em alguns horários, com a criação de novas variantes para servirem as Escolas da Sé e da Santa Clara nos horários de entrada e saída da escola que não existiam; o reforço da oferta aos fins de semana e nos períodos de regresso a casa, procurando atender às reclamações que solicitam mais ofertas ao final do dia. Tínhamos alguns horários que terminavam antes das 19h00 e as pessoas que trabalhavam nos estabelecimentos comerciais saíam às 19h00 e o autocarro tinha passado há dez minutos, portanto, tínhamos aqui diversas reclamações nesse sentido. Há a relevar, também, e estes são pressupostos que foram sempre tidos em conta e fundamentais no estudo que foi feito, há a relevar que se encontra garantida a mesma cobertura da rede que foi a concurso, que estão garantidas as condições de base do contrato e que as alterações respeitam os limites legais aplicados à modificação contratual. Muito obrigada pela vossa atenção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Engenheira, muito obrigado. Alguma senhora Deputada, algum senhor Deputado deseja falar? Tem a palavra, faça favor.” ---

- **Gonçalo Marques, Deputado (PS):** “Dado o avançado da hora, já será boa noite. Portanto, cumprimento o senhor Presidente e, na sua pessoa, sintam-se todos cumprimentados. Em toda e qualquer cidade, a mobilidade urbana é uma das áreas mais importantes da sua gestão e que afeta, de forma direta, a qualidade de vida de todos os cidadãos. Exemplo disso é a situação ocorrida em final de janeiro deste ano, onde a aplicação do novo serviço de transportes urbanos da Guarda revelou-se uma autêntica catástrofe para a vida de todos os munícipes, traduzida na supressão de linhas e em diversos atrasos às atividades letivas e aos locais de trabalho. De fato, é de salientar que passados dois dias após a implementação deste novo modelo de transportes, a

autarquia, a 1 de fevereiro, face ao elevado número de queixas, bem como elevado nível de descontentamento demonstrado pela população, viu-se obrigada a comunicar que iria adotar o antigo modelo de transporte utilizado, rompendo, por completo, com os novos serviços de transportes implementados. Ora, sem dúvida que esta situação implica uma reflexão a ser realizada por todos nós, mas, sobretudo, pelo Executivo Camarário. Como é justificável que um serviço de transportes, desenvolvido ao longo dos últimos cinco anos, em menos de uma semana tenha sido implementado e revogado? Como é que as mudanças que este serviço acarretava, quer a nível de horários, quer a nível de rotas, fossem tão mal conhecidas por parte da população? De facto, e após uma leitura atenta do relatório fundamentação técnica das alterações ao contrato, são várias as reclamações que os cidadãos da Guarda manifestaram, de entre as quais o facto de se terem alterado e/ou suprimido algumas rotas, o que levou a atrasos das crianças e jovens às atividades letivas, bem como da restante população aos seus locais de trabalho, assim como a necessidade, por parte da população, da existência de horários de transporte no período de almoço e que o novo serviço de transportes não contemplava. Para além disto, o mesmo relatório apresenta algumas críticas da população à atuação da autarquia, sobretudo no que concerne à falta de informação acerca do novo modelo de transportes e das alterações que o mesmo acarretava, a carência de paragens, o que implicava o desconforto do cidadão enquanto espera pelo transporte e a falta de serviço em pontos específicos da cidade, tais como o IPG, a PLIE ou a zona industrial. Desta forma, facilmente se conclui que o modelo de transportes que se queria implementar apresentava claras falhas, na medida em que não cumpria o seu objetivo principal, que é de servir o cidadão e proporcionar-lhe um serviço de qualidade e que vá ao encontro das suas necessidades. Hoje, contudo, é apresentada a esta Assembleia Municipal uma alteração ao contrato de serviço de transportes e, desta forma, ao serviço de transportes urbanos que são oferecidos aos cidadãos. Apesar destas alterações irem ao encontro das reclamações e sugestões dos cidadãos da Guarda, no que toca aos horários e rotas a adotar há algumas considerações que poderão fragilizar o documento em discussão. Desde já, o facto do parecer jurídico, pedido pelo Executivo Camarário para a análise do documento, não excluir a possibilidade de nenhum outro concorrente, achando-se lesado, interpor uma ação em tribunal para anular este concurso, o que, a acontecer, será mais um episódio em que

sujeitamos que o serviço pare, lesando o cidadão e a Câmara Municipal. Para além disto, é de realçar o facto de que não basta modificar a oferta dos serviços de transporte para que as pessoas adiram aos mesmos, mas será, sim, necessária a estimulação para o assentimento das pessoas a estes serviços, concretamente, por exemplo, mediante a oferta do passe aos estudantes, na verdade uma fatia importante dos utilizadores deste serviço na nossa cidade, mas também, de forma muitíssimo importante, um maior esforço da Câmara na comunicação para o público de todas as informações inerentes à utilização dos STUG, aliás, uma das maiores falhas e que potencializou o caos que ocorreu no final de janeiro. De referir, ainda, que o relatório técnico fala de que ficarão catorze mil quilómetros por cumprir na nova oferta de serviços de transporte, face aos quilómetros contratados. Quilómetros esses que irão ser pagos por todos nós e para os quais não haverá utilização imediata. No entanto, será pertinente salientar que, tendo em consideração a abertura da Linha da Beira Alta para novembro do presente ano, de acordo com as Infraestruturas de Portugal, essa mesma bolsa de catorze mil quilómetros poderá ter de ser utilizada para colmatar o aumento da procura pelo serviço de transportes, havendo a necessidade de se proceder a um ajuste pontual dos horários e serviços, por forma a serem compatíveis com os serviços ferroviários. Assim, e para concluir, apelo a que o Executivo Camarário concentre esforços para que haja um acompanhamento sistemático e uma revisão constante do serviço transportes, de forma a não só servir os cidadãos da melhor forma possível, indo ao encontro das suas necessidades, mas também para que os transportes na Guarda não tornem a chegar ao estado a que chegaram neste momento, com todas as consequências que daí advêm, bem como para que o Executivo tenha consciência de que a grande prova de fogo para esta nova organização dos transportes será o início de mais um ano letivo, em setembro, esperando que não ocorra um novo episódio de total desordem num dos serviços fundamentais desta cidade. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais algum... Faça favor.” -----

- **Pedro Nobre, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente da Mesa e restantes elementos, senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores, senhores Deputados, senhoras Deputadas, senhores Presidentes de Junta, público, trabalhadores. Já ouvimos aqui a

falar dessa coisa lá do Facebook e não sei quê, menorizando, mas foi precisamente no Facebook do Município da Guarda que se fez grande publicidade dos novos horários e das novas linhas de transportes aqui da Guarda. Claro que passados dois ou três dias foi dado o dito pelo não dito. Isto leva-nos a crer uma única situação: de que forma é que se trabalha aqui? Vamos ver. A questão aqui é que dá a ideia que... primeiro, fazer aqui uma ressalva. Estamos a falar dos transportes públicos que é sempre um tema delicado, porque se a mim me dá jeito entrar às 10h00, porque a loja onde eu trabalho abre às 10h00, não dá jeito apanhar o autocarro que está à espera que eu entre às 09h00. Mas são situações pontuais. Mas com isto eu quero dizer que esta situação dá ideia que o Município da Guarda não faz aquilo a que se poderia chamar o trabalho de casa. Ou seja, deveria de haver um trabalho junto da população para saber quais seriam os horários, quais seriam as rotas, que melhor serviriam a população. E a questão é, falaram com os estudantes? Falaram dentro dos vários níveis de escolaridade? Falaram com o comércio ou com quem lá trabalha? Falaram com a indústria? Falaram com os serviços públicos? É que dá mesmo a ideia que não, porque se tivesse feito este trabalho de formiga, de formiga, tinham chegado à conclusão que aqueles horários propostos inicialmente não eram válidos e então não tinham que desfazer a coisa passados dois dias. Portanto, há aqui trabalho de formiga que não está a ser feito. Isso mesmo vem aqui no na conclusão do relatório, no último parágrafo que diz: finalmente, importa referir que a fase de ajuste de operação será necessária que o operador e a Câmara Municipal da Guarda procedam a uma revisão rigorosa dos horários, uma vez que, nos termos do concurso atualmente declarados nos horários, têm alguns troços... vejam bem, alguns troços, velocidades comerciais elevadas dificilmente realizadas. Estas adaptações correspondem a situações que frequentemente ocorrem durante a fase de operação, mas que podem implicar reajustar as necessidades de material circulante e ou reforço da equipa de motoristas. Ou seja, o que é que isto quer dizer? Quer dizer que há autocarros andar rápido demais, há autocarros que se atrasam e a questão é: a Câmara Municipal está a monitorizar esta situação? Volto a dizer que dá a ideia que não. A Câmara Municipal gosta de publicar nessas tais redes sociais que está a olhar para a obra que está a ser feita, se calhar é mais fácil tirar uma fotografia destas, mas dá a ideia que, no que diz respeito aos transportes públicos, está assim um bocadinho ao Deus-dará. Depois, esta esta situação vem outra vez aqui corroborada quando o mesmo relatório

diz: o operador efetua algumas variações dos trajetos normais em determinados horários e em determinadas circunstâncias. Este tipo de procedimento, para além de não estar refletido nos horários, deve ser evitado na medida em que prejudica a previsibilidade e a fiabilidade do serviço, contribuindo para a criação de uma imagem pior do serviço por parte dos utilizadores. Alguns dos tempos dos trajetos assumidos para a elaboração dos horários publicados assumem velocidade... Bem, repetem outra vez aqui a parte final deste estudo mandado fazer pela própria Câmara. Já agora, gostava de saber se o Município sabe se há horários espalhados pelas paragens de autocarro. Não há. Ainda recentemente, uma senhora, ao pé da casa onde eu habito, estava numa paragem de autocarro *ad aeternum* à espera que aparecesse algum autocarro, porque a senhora não sabia quando passava, não tinha visto nenhum parar e ali estava ao semiabandono. Isto tudo e poderíamos continuar a falar, porque depois há um outro estudo que vem corroborar estas mesmas situações que demonstram que, efetivamente, é importante que isto se faça. É importante que isto se faça, mas é muito importante que se ouça a população. Não basta só dizer que o vamos fazer, basta concretizar esta situação para saber se as linhas efetivamente correspondem às expectativas da população, se as linhas passam efetivamente nos sítios onde a população mais necessita, ou se as leva para os sítios que eles mais necessitam, evitando depois este reajuste, mês sim, mês não, dos horários e das linhas que estamos a verificar. Portanto, aqui há muito trabalho de formiga para fazer, porque, neste momento, só estamos a verificar, efetivamente, é a cigarra. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não havendo mais...” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Boa tarde. Em relação a este a este assunto, duas notas breves. Relembrar que o concurso é de 2020, portanto, é anterior ao atual mandato, quer da Câmara, quer da Assembleia Municipal. Face à implementação, em quarenta e oito horas, não havia outra opção que não voltar atrás dadas as reclamações que houve. Depois de ter sido dado esse passo atrás, traz-se aqui agora um reforço de linhas, uma melhoria dos serviços prestados. Eu só exorto agora a que se faça uma auscultação contínua dos vários setores, estudantes, jovens e idosos, população ativa, todos esses setores para ir melhorando as linhas de forma frequente. Espero que tenha

sido já levado em conta as propostas, por exemplo, do Conselho Municipal da Juventude, naquelas propostas/pareceres que aqui tivemos há algumas Assembleias e que também frisava isso mesmo. E era só isso que eu tinha aqui para acrescentar. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Eu permitia-me esclarecer que temos cinquenta e oito senhores Deputados. Se saírem quinze, deixa de haver maioria. Portanto, pedia... deixa de haver quórum. De haver quórum. Portanto, pedia aos senhores Deputados que fizéssemos mais um esforço, mais um esforço para... o sentido de maioria era haver mais de metade. Deseja, muito rápido, um esclarecimento? Faça favor... senhor Presidente, deseja falar?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo cumprimentos. Duas ou três notas que importa aqui ressaltar. Muito obrigado, Deputado José Rodrigues, por ter repostado a verdade. Afinal de contas, parece que se pensava que tinha sido este Executivo a lançar este concurso com estes horários! Com aqueles famigerados horários, que nós colocámos, permitam-me a expressão mais brejeira, a cabeça no cepo, no dia 3 de fevereiro, quando tomámos uma decisão de uma forma unilateral. Mal feito fora que, ao fim do terceiro dia, nós não voltássemos atrás nos horários. Horários esses de um concurso que foi lançado em 2020. Vejam só, foi aprovado na Câmara, à época, e foi aprovado aqui na Assembleia Municipal. E nós tivemos o cuidado de os comunicar. Gastámos algum dinheiro a fazer a comunicação, muito para além das redes sociais. Nos papéis, nos cartazes, em todos os sítios, e na informação, à população, nos próprios autocarros. Só que, infelizmente, aqueles horários não serviam mesmo quase ninguém. Até havia uma linha que andava pela cidade perdida, vazia. Nem um passageiro, de facto, era transportado nessa linha. E por isso, ao fim do terceiro dia, nós tivemos que voltar atrás com os horários e tomar essa decisão. E depois desse tempo, ou melhor dizendo... nós tomámos essa decisão, porque verificámos (foram centenas ou milhares de reclamações, senhora Vereadora?) que nós recebemos em apenas três dias. Vejam só, em apenas três dias. E facilmente se chega à conclusão que os horários estavam completamente desfasados, desajustados às necessidades da população. Ato contínuo, depois de termos repostado os horários antigos, porque quando o concurso foi lançado em 2020, não teve em consideração que o estudo

que tinha sido feito era de 2017 e não foi feita a integração de todos os horários a seguir, houve aqui muito desfasamento. O porquê? Não me perguntem porque não lhes sei responder. Mas tivemos que fazer uma consulta jurídica a um especialista na matéria, na área deste tipo de contratação dos transportes, e contratámos uma consultora técnica, a TIS, que já tinha feito o estudo também para poder fazer esta integração e a melhoria destes horários. E por isso aquilo que aqui se propõe é manter os horários atuais, naturalmente que sim, mas estender à rede aquelas melhorias que, e muito bem, a senhora Chefe de Divisão, que agradeço a sua explanação, referiu, as melhorias, a extensão da rede à Plataforma Logística, ao Instituto Politécnico, os horários para período não escolar, os horários de fim de semana, o Bairro Torrão, a melhoria dos horários da Escola da Sé e na Escola de Santa Clara. Parafraseando aquilo que disse a senhora Chefe de Divisão, para os locais principais. E assim iremos ter uma rede mais adaptada às reais necessidades da população. Há pouco foi aqui referido, senhor Deputado, processos em tribunal. Ó senhor Deputado, se foi aqui referido que não há aumento de custos, então alguém lá vai reclamar em tribunal que vai ter que trabalhar mais pagando-lhe o mesmo? É claro que não. Mas se alguém o quiser fazer, faça favor. Lá vamos, com certeza, para os tribunais. Se alguém o quiser fazer, faça favor. Nós seguimos em frente com as nossas decisões, porque o que está em causa é o serviço público à população. E por isso ninguém se pode atravessar na frente do serviço público, do interesse Público, porque, de facto, caso contrário, então estaríamos a inverter por completo a polaridade das coisas. Mas devemos dizer também que se no futuro se revelar necessário, depois desta auscultação que foi feita... foi feita agora uma auscultação. Eu pergunto se, em 2020, foi feita alguma auscultação? Se foi feito algum inquérito à mobilidade da população? Não foi feito. Quem nos diz foi a consultora, a TIS. Não foi feito nenhum inquérito à mobilidade. Pois bem, agora nós tivemos o cuidado de falar com as empresas da Plataforma Logística, com as Escolas, com o Politécnico, enfim, olhando ao grosso das reclamações que nos chegaram no início de fevereiro. Mas, mesmo assim, se se revelar necessário, no futuro, efetuar mais algumas alterações, naturalmente que serão alvo de uma análise técnica, jurídica e financeira e cá estaremos, naturalmente, para fazer sempre a melhoria da prestação do serviço público de transportes urbanos aos nossos cidadãos. Por último, dizer que... as senhoras e os senhores Deputados, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, já

viram os buracos abertos ao lado de uma série de paragens de autocarro. Estamos a implementar o sistema de informação em tempo real. Vai lá ser colocado um painel. É um projeto piloto, são quinze ou dezasseis painéis para que os munícipes saibam a que horas é que passa o autocarro. Porque neste momento nós já temos a bilhética eletrónica. Não era como acontecia antigamente, porque os operadores cobravam os bilhetes e nós não sabíamos quanto é que eles ganhavam verdadeiramente, mas agora a bilhética é eletrónica. As viaturas estão todas equipadas com GPS e assim já conseguimos, digamos, uma informação mais fidedigna, o caminho que estamos a fazer para termos a informação, enquanto operador de transportes urbanos que somos, uma informação mais fidedigna para, naturalmente, no futuro, podermos estudar as melhorias em toda a rede de transportes urbanos. E por isso pedimos a vossa aprovação neste ponto da ordem de trabalhos. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, este ponto à votação.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.6 - Proposta de modificação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transportes Coletivos de Passageiros da Guarda n.º 29/2022 - discussão e votação. -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e dois votos a favor, dezoito abstenções e seis votos contra. -----

Ponto 2.7 - Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2022 do Município da Guarda - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguém... o senhor Deputado deseja pronunciar-se? Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Esta aqui, eu já vos peço desculpa. Está aqui escrito: analisámos. Não fui eu que analisei. Houve um senhor Deputado que analisou e, portanto, como analisou e ainda por cima não está cá, eu tenho mesmo que vos pôr isso à consideração. Analisámos a documentação remetida pelo Executivo Municipal, dos quais resulta evidência de não obstante o Município ter participações sociais em seis entidades, apenas uma cai no perímetro de consolidação. Nos termos do disposto na lei

de finanças locais, tratando-se de uma operação relativamente trivial, da nossa parte nada obsta à sua aprovação. Não queremos, porém, deixar de questionar o Executivo sobre a sua política de gestão de participações sociais, nomeadamente no que se refere às seguintes questões. É intenção do Executivo manter todas as participações atuais? Quais os ganhos que cada uma delas traz atualmente aos munícipes? Quem são os representantes nomeados pelo Município para cada uma das participadas, nomeadamente nas respetivas assembleias gerais? Era só isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais algum senhor Deputado ou alguma senhora Deputada? Penso que não. Senhor Presidente da Câmara, deseja intervir?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, senhor Presidente. Só para esclarecer porque isto é um imperativo legal. O nosso Revisor Oficial de Contas isso diz e, naturalmente, nós temos que votar aqui a consolidação das contas, no caso concreto da empresa Município, que é uma empresa que foi criada em Oeiras há alguns anos atrás, há dez, quinze anos atrás, talvez, que tem cerca de noventa municípios aderentes. Trata essencialmente do cadastro de matérias ligadas ao ordenamento do território. Bom, mas efetivamente a empresa deu prejuízo e agora tem que ser considerado nas contas. Não é que nós queiramos ou vamos pagar um cêntimo para o prejuízo. Não, eles vão ter é que recuperar o prejuízo e certamente, nas assembleias gerais, este assunto vai ser muito badalado. Senhor Deputado, no que diz respeito àquilo que falou de manter as participações sociais, olhe, a Ensiguarda vamos manter, naturalmente que sim. Habitualmente é a senhora Vice-Presidente que lá vai ou eu, se conseguir. Vamo-nos articulando nessa matéria. A Município, naturalmente, nós, para já, vamos manter a participação, até porque o Município da Guarda já teve algum ganho com a presença na Município, com o cadastro que foi, à época, no SMAS, que foi executado das redes de água e de saneamento. A Beiragás, por agora, também são 5 mil euros de participação social, porque é um operador que presta o serviço público das redes de gás natural na nossa cidade e, portanto, vamos manter. A Sociedade Ponto Verde também iremos manter, são 500 euros a participação social, portanto, se nós alienarmos a participação social, não é aqui que iremos ter grande ganho. Águas de Lisboa e Vale do Tejo, claramente que vamos manter nesta dupla qualidade de acionista e cliente. Há sempre

aqui uma dualidade que nem sempre é fácil. Nas assembleias gerais nós conseguimos, os municípios, impor a sua vontade. E, naturalmente, na Resiestrela também iremos manter a nossa participação, exatamente pelas mesmas razões. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, este ponto à votação.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.7 - Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2022 do Município da Guarda - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta votos a favor. -----

Ponto 2.8 - Alteração Orçamental Modificativa - terceira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2023 - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Senhor Presidente da Câmara?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, estamos perante a necessidade de o município ter que investir, até final do ano, mais mês, menos mês, cerca de 1 milhão de euros em viaturas pesadas de passageiros para transporte escolar. Há cerca de dezasseis ou dezoito anos, consoante a viatura, foram adquiridos esses autocarros e, portanto, estão a chegar ao fim do ciclo de vida para poderem ser usados nos transportes escolares. E naturalmente que nós temos que continuar a manter o serviço, claramente que sim. Estamos obrigados, não só por imperativo legal, mas por imperativo também da manutenção da qualidade da prestação de serviços, no caso concreto à comunidade educativa, e precisamos de abrir mão desse grande investimento. E para fazer este investimento era impensável nós pagarmos estas viaturas a pronto. É impensável despendermos de 1 milhão de euros para tudo isto. E por isso, o que se propõe, que é a rubrica de leasing, que já não é usada nesta casa há muitos anos a rubrica de leasing, mas é também necessário fazer o processo de procurement para encontrarmos a melhor solução, seja por leasing, seja pelo renting e não ficarmos, assim, limitados a apenas um único tipo de contratualização para

podermos adquirir essas cinco novas viaturas de transporte de passageiros para o transporte escolar. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava à votação.” -----

- **Resultado da votação do ponto 2.8 - Alteração Orçamental Modificativa - terceira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2023 - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta e dois votos a favor e uma abstenção. -----

Ponto 2.9 - Proposta de atribuição de apoio financeiro às Juntas de Freguesia para obras/atividades e aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia do Concelho - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor, tem a palavra.

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Aqui é só uma questão de, lá está, incompreensão minha ou falta de rigor do município, não sei. Quando se coloca aqui a questão da aprovação da minuta, nós não temos nada opor. Antes pelo contrário, iremos votar favoravelmente. Quando, depois, a seguir, vêm verbas para algumas Juntas, nomeadamente para a Junta de Freguesia da Guarda, para a Junta de Freguesia... vinha, pelo menos estava isso em anexo na reunião de Câmara. Não sei se estou a falar bem, se não. Está, não é? Pronto. Se não seria de votar uma coisa, não votar as duas coisas ao mesmo tempo. Quer dizer, são duas coisas diferentes. Porque, provavelmente, terá que vir aqui a esta Assembleia a aprovação de verbas para outras Juntas. E, portanto, a minuta, para mim, estaria aprovada. E haveria depois o outro ponto que seria a aprovação de... É só isso, mais nada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Penso que é importante. Mais alguém quer falar? Senhor Presidente, se faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Deputado, essa questão já foi colocada precisamente na reunião de Câmara e nós ultrapassámos isso. Acabámos por votar dois em um. Uma coisa é a minuta, outra coisa

são as verbas, porque a minuta será uma minuta geral para todas as Juntas de Freguesia. E, portanto, hoje estamos a aprovar para três Juntas de Freguesia, amanhã estaremos a aprovar para outras Juntas de Freguesia. E, portanto, ficou precisamente em ata essa aprovação em separado e deixo aqui à consideração da Mesa também essa questão. Bom, nós estamos, no caso concreto deste ponto, daquilo que está em discussão, nós estamos a continuar a nossa política da delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Devemos recordar os cerca de meio milhão de euros já antes atribuídos para aquisição de equipamento de prevenção contra incêndio, que estão em execução pelas Juntas de Freguesia e em breve iremos entregar essas verbas. De facto, o esforço que as Juntas de Freguesia fizeram, ao longo dos últimos dois meses, três meses, particularmente, para ser possível que, no mais curto espaço de tempo, nós possamos dar execução a estes contratos interadministrativos. E recordar, também, claramente, os mais de cerca de 1 milhão de euros, a delegação de competências que, há cerca de um ano, nós aprovamos aqui mesmo nesta casa e que nós entregámos a todas as Juntas de Freguesia. Estamos perante três intervenções escolhidas por três Juntas de Freguesia, com o apoio possível do município naturalmente, para que agora possam seguir em frente com estas concretizações, com estas ambições destas Juntas de Freguesia, e, naturalmente, o município sempre de portas abertas para continuar a fazer este trabalho com cada uma das Juntas de Freguesia. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Se eu percebi, senhor Deputado, é fazer aqui uma votação para a minuta e uma votação para estes três casos. Eu estive agora a ler a proposta com mais atenção e dá-me a ideia que o que diz aqui é a aprovação da minuta do contrato entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia do Concelho...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Estamos de acordo. A questão que se coloca é que está aí uma minuta. Uma minuta não tem lá o nome da Junta, é uma minuta. E essa minuta terá que ser aprovada numa fase. E, depois, a seguir, os valores a distribuir por essa Juntas, noutra fase. Porque essa minuta já não terá que vir novamente à Assembleia. Portanto, nunca mais tornará a vir à Assembleia. Portanto, nós temos que votar primeiro a minuta e dizer, sim senhor. Mas eu proponho, uma vez que acho que toda a gente... quer dizer, nós nunca sabemos se haverá votos diferentes, não é? Se

calhar é melhor por à votação uma primeira vez e uma segunda vez, caso possa haver uma questão diferente. Era só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu penso que a proposta permite. Então, a Mesa propõe que seja votado primeiro minuta do contrato e depois o apoio a estas três Juntas em concreto. Algum senhor Deputado se opõe? Votação separada. Então, colocava à votação.” -----

Resultado da votação do ponto 2.9 - Proposta de atribuição de apoio financeiro às Juntas de Freguesia para obras/atividades e aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia do Concelho

- **discussão e votação. Aprovação da Minuta.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e quatro votos a favor. -----

Resultado da votação do ponto 2.9 - Proposta de atribuição de apoio financeiro às Juntas de Freguesia para obras/atividades e aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia do Concelho

- **discussão e votação. Aprovação do valor atribuído às Juntas de Freguesia de Alvendre, Guarda e Vila Fernando.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e quatro votos a favor. -----

Ponto 2.10 - Construção de Habitação Colaborativa para pessoas idosas e pessoas com deficiência - Emissão de Declaração de Equipamento Especial de Interesse Municipal nos termos do artigo 23º do Regulamento do PDM - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Quer pronunciar-se? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como é óbvio, iremos votar favoravelmente. Queríamos também deixar aqui um apelo a todas as entidades e nomeadamente à Câmara, no sentido de encetarem todos os esforços de forma a darem apoio a estas instituições que se vêm candidatar a este tipo de habitação. Eu relembro que a Cercig, neste momento, tem aprovado cerca de 4 milhões de euros e não tem direito a uma empresa para gerir esses 4 milhões euros e, portanto, seria bom. Há um ano que anda nestas burocracias todas, e não estou a falar que sejam burocracias apenas da Câmara,

mas estamos a falar de burocracias também de outras entidades. No entanto, agradecemos que a Câmara faça todas as diligências no sentido que todas as associações do concelho, que se queiram candidatar a estas verbas, possam ter a oportunidade e possam ser apoiadas, dentro do possível e dentro daquilo que será lógico, pela Câmara. Era só isso que queria deixar. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir. Parece-me que não. Senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Deputado, no que diz respeito aos apoios às IPSS, o senhor quase que repetia aquilo que eu fui dizendo aqui ao longo deste ano e meio, particularmente. O Município da Guarda, naturalmente, é mais que óbvio que este processo teria que vir aqui à Assembleia Municipal para declarar o interesse público para poder seguir com o processo de licenciamento, no caso concreto desta instituição. Mas eu devo recordar os cerca de 700 mil euros que o Município da Guarda já entregou às cerca de vinte IPSS, ao longo do último ano e meio, para poderem candidatar-se aos fundos do PRR. Nunca podemos esquecer isto que é para depois não ficar no ar que nós não apoiamos ninguém. Antes pelo contrário. 700 mil euros. Dava para fazer a estrada dos Galegos. Quase a estrada dos Galegos. Mas nós... Deputado José Rodrigues, são aquelas obras que ainda não se vêem. E por isso, nós, em boa hora, tomámos essa decisão de podermos apoiar as nossas IPSS. No caso concreto das burocracias de alguns processos que referiu, senhor Deputado, tudo o que estiver ao nosso alcance é despachado em tempo recorde. Posso-lhe dizer que houve projetos nesta casa que, em menos de uma semana, no caso das IPSS, foram deitados fora, no bom sentido, com a arquitetura e com as especialidades todas aprovadas e com o alvará de licença de utilização pronto para ser levantado, para dar maturidade para as candidaturas. Em menos de uma semana. Agora, quando há questões que não estão devidamente resolvidas nos termos da lei, o município não pode ultrapassar a lei. Não podemos ser coniventes com coisas menos transparentes. Não quer dizer que as coisas estejam a ser mal feitas, não. Mas é o caminho que as instituições têm que fazer para que, chegando aqui aos técnicos, eles possam dar imediatamente o seu parecer positivo, sob pena, naturalmente, de nós não podermos

fazer a aprovação em definitivo. Mas esperamos que ao longo dos próximos dias, das próximas semanas, que isso possa ser ultrapassado, naturalmente. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava, à votação, este ponto.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.10 - Construção de Habitação Colaborativa para pessoas idosas e pessoas com deficiência - Emissão de Declaração de Equipamento Especial de Interesse Municipal nos termos do artigo 23º do Regulamento do PDM - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava, agora, à aprovação em minuta de todas as deliberações tomadas desde o ponto 2.2 até ao ponto 2.10. Quem vota contra a aprovação em minuta? Quem se abstém? Aprovado com sessenta e cinco votos. Muito obrigado. -----

Ponto 2.11 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se. Senhores Deputados, muito obrigado. Faço minhas as palavras do senhor Deputado Miguel Borges, boas férias e até setembro se Deus quiser. Muito obrigado.” -----